

Os Servos de santo Inácio a serviço do Imperador:

Demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ. (1790- 1820)

Carlos Engemann

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mestrado em história social

Orientação
Prof. Dr. Manolo Florentino

Rio de Janeiro
2002

Apresentação:

Vários estudos já foram dedicados à fazenda de Santa Cruz. Seus aspectos econômicos e sua importância para o sudeste colonial e imperial também já foram arrolados em vários trabalhos. O que justifica, então, voltar a envolvê-la em novas investigações? É que desta feita, menos que a fazenda em si, estaremos tratando de aspectos sociais inerentes a sua existência. Pelo fato de ser o que era, e mais, de ser de *quem* era, Santa Cruz vivenciou contextos sociais por demais expressivos para serem negligenciados. Principalmente no que tange a seus escravos.

Pouco se falou, até agora, sobre a pequena multidão de cativos que a habitava. A alegação de extrema especificidade talvez tenha obliterado os estudos a seu respeito. Exceto um capítulo publicado por Richard Graham¹ - que com a pretensão de dar conta da família escrava no Brasil, explora apenas alguns aspectos demográficos gerais - apenas algumas notas ou menções a essa população aparecem aqui e acolá, com cheiro de "notícias pitorescas".

A bem da sua singularidade, é certo que um plantel como esse tenha apresentado características que o correlacionaram com outros plantéis, seja pelo modelo administrativo, seja pela proporção. Uma escravaria que foi forjada pelo arguto senso administrativo dos padres inicianos, supostamente com

¹ GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1979.

esmerada organização e controle, e que depois passa às mãos um tanto desleixadas dos representantes do estado, pode parecer excessivamente peculiar para valer um estudo mais detalhado. Mas, eram escravos. Suas vidas não lhes pertenciam e era com essa realidade que tinha de se haver todos os dias.

Aí reside o valor histórico de um plantel aparentemente único. Seus cativos, tanto quanto quaisquer outros, queriam amenizar os seus fardos, seja por negociação, seja por conflito. Mas a escolha do caminho a ser seguido dependia totalmente do escravo. Não era ele o único elemento da relação, por tanto a decisão de negociar ou confrontar era gerada pela postura que ambas as partes, senhor e escravo, tomavam diante de seus interesses.

Mahoma Gardo Baquaqua, um africano que foi escravo no Brasil e posteriormente se refugiou nos EUA, evidencia em suas memórias² que sua primeira tentativa foi a de se tornar um “bom escravo” para escapar a ira descabida de seu algoz. Diante do fracasso total dessa estratégia, o confronto foi tomado como alternativa, variando sua intensidade do alcoolismo ao suicídio.

Obviamente que nem todos os proprietários de escravos eram destemperados como o que comprou Baquaqua. Principalmente os donos de grandes plantéis, onde a relação entre o senhor e o cativo era mais distanciada. Além disso, a perspectiva da produção e a resistência dos cativos poderiam se sobrepor às desmedidas do temperamento de donos e capatazes. Ao que tudo

² BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1977.

indica, alguns tinham efetivamente que negociar com suas propriedades, o que revela um inusitado limite na posse de homens sobre outros homens.

Um dos casos mais conhecidos é o dos cativos do engenho Santana, na Bahia, de propriedade de Manuel da Silva Ferreira. Seus escravos tomaram o caminho dos levantes, dos quais se tem notícias de dois, um em 1789 e outro em 1828. Neste último, chegando à ocupação das terras do engenho por três anos. Da primeira rebelião, resultou uma pauta reivindicatória³ a ser cumprida como condição para o retorno ao trabalho. Muitos itens desse documento se destacam, como as reduções da carga de trabalho e melhorias nas condições de vida, principalmente pela concessão de novas áreas de cultivo e apetrechos de pesca, e pela possibilidade de comércio livre de artigos da produção dos cativos fora do engenho; mas o mais revelador é, sem dúvida, que eles queriam “brincar, folgar e cantar em todos os tempos”, e mais, “sem que nos impeça e nem seja preciso licença”.

É de se notar que o documento foi produzido na primeira rebelião, o que pode sugerir que a segunda derivou do não cumprimento das cláusulas estipuladas. Para a maioria de nós, ignorantes das tramas da sociedade escravista, causa uma certa estranheza a ausência do quesito liberdade nestas tais negociações. O que se pode dizer? Queriam estabelecer a sua vida com os elementos com os quais já haviam se familiarizado e dos quais tinham por seguro extrair o de viver. As terras, o rio, o mercado, seja lá o que for, estava ali. O problema do cativo se agrava em função das condições impostas por

³ O texto foi publicado em: REIS, João José e SILVA, Eduardo, *Negociação e conflito*. Rio de Janeiro, Cia das Letras, pp. 123-124

Manuel da Silva Ferreira que não eram aceitáveis para os seus cativos, por isso, ou negociar, ou enfrentar.

Em Santa Cruz não era muito diferente. A política senhorial dos jesuítas era basicamente uma negociação, aos cativos era facultada a posse de um lote de terra e de cabeças de gado, porém lhes era exigida a disciplina e a moral que ordenavam a vida e que induzia a formação do pequeno império de Santa Cruz. A administração estatal não diferiu muito nesse sentido específico, ao contrário, se proclamava sua herdeira direta.

Tal como se vivia lá, deveria ser a vida em outras fazendas de grande porte, com plantéis de um certo nível populacional. Embora não seja possível determinar qual seria esse nível - se cem, duzentos ou mais escravos - mas certo é que uma população de grande porte tende, em geral, a manter seus níveis populacionais por crescimento vegetativo, isto é, sem o necessário ingresso de estrangeiros. Dito de outra forma, se o senhor fosse sensível o suficiente para negociar uma existência pacífica com seus cativos, sem tornar-lhes a vida por demais sofrida a ponto de evitar o seu desejo de se perpetuar, obteria uma população crescente, sem o investimento da compra de grandes quantidades de negros. Talvez sejam esses os pretensos "criadouros de escravos", plantéis nos quais se chegou a um volume demográfico suficiente para o crescimento endógeno e onde se estabeleceu uma *práxis* que atende minimamente aos interesses básicos dessa população.

Assim, caminhando entre o singular e o ordinário de Santa Cruz, procuramos construir um estudo que privilegia as ações coletivas do seu plantel frente ao seu contexto histórico.

Índice

<u>1. O CORSO DO REI CONTRA OS PADRES DE SANTO INÁCIO</u>	1
<u>2. UMA GRANDE GALERIA A SER VISITADA</u>	10
2.1. OS VIAJANTES E O CATOLICISMO PRÓ-CATIVEIRO	12
2.2. O SÉCULO XIX: ENTRE A ESCRAVIDÃO E A ABOLIÇÃO.	18
2.3. O SÉCULO XX - INTERPRETANDO O PASSADO.	30
<u>3. ALGUMAS IDÉIAS TEÓRICAS...</u>	41
3.1. AS CONTRIBUIÇÕES DA MICRO-HISTÓRIA	45
<u>4. DEMOGRAFIA E ESCRAVIDÃO EM SANTA CRUZ</u>	50
4.1. TODA HISTÓRIA TEM SUAS FONTES	50
4.2. DOS NÚMEROS DA ORIGEM	54
4.3. DOS QUE SE FORAM...	63
4.4. E DE COMO SE VIVE SEM ELES	76
4.5. O QUE SE FAZ EM SANTA CRUZ	84
<u>5. SOCIALIALIZAÇÃO PARENTAL E ESCRAVIDÃO EM SANTA CRUZ</u>	93
5.1. NO FINAL DO SÉCULO XVIII	97
5.2. NO INÍCIO DO SÉCULO XIX	108
5.3. DA PERMANÊNCIA E TRANSMISSÃO DA POSSE DAS HABITAÇÕES	112
<u>6. UM POSSÍVEL COTIDIANO EM SANTA CRUZ</u>	121
<u>ANEXOS:</u>	135
<u>BIBLIOGRAFIA E FONTES:</u>	138
I. FONTES	138
II. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	139

1. O curso do rei contra os padres de Santo Inácio

Era o ano de 1759. O marquês de Pombal havia obtido junto ao rei D. José I a expulsão dos padres da Companhia de Jesus de todas as terras sob seu domínio. Desejava, então, livrar o Estado português da temível influência dos inacianos, sem dúvida a maior ordem religiosa em ação no Império luso. Na colônia, mais especificamente na província do Rio de Janeiro, um grupo assaz numeroso de padres preparava-se para abandonar as suas obras erguidas através de anos de trabalho - não necessariamente seu. É possível imaginar a tristeza e o pesar dos padres ao abandonarem o majestoso colégio Rio de Janeiro, solidamente incrustado sobre o morro do Castelo e ladeado por algumas das primeiras construções da cidade, como a cadeia e a igreja de São Sebastião.

Tristeza ainda maior podem ter sentido os curas de Santo Inácio que residiam na Fazenda de Santa Cruz. Lá, eram senhores de uma estrutura auto-suficiente que contava com várias oficinas, escola, cadeia, hospital, botica,... É fácil imaginar algum dos últimos padres a sair do convento, dirigindo-se ao comboio que o levaria ao porto da Praça XV, tristonho, pensando enquanto observava o pó erguido com seus próprios passos. Estaria lembrando as histórias que ouvira recém-chegado sobre as origens da monumental fazenda, orgulho da ordem no Rio de Janeiro. Provavelmente ouvira falar, desde os seus primeiros dias ali, da generosidade de um certo Cristóvão Monteiro, ouvidor-mor da câmara carioca, casado com a Marquesa de Ferreira e pai de Eliseu e

Catarina. Cristóvão recebera, em 1567, por sesmaria as terras que iam de “Sapegoara, aldeia que foi dos índios, até Guaratiba, que são quatro léguas boas, ao longo da costa do mar, e estarão oito léguas boas, da bôca do Rio de Janeiro, para cá, contra Angra dos Reis”.⁴

Certamente os detalhes dessa história se perderam nos quase duzentos anos de descaminhos da memória dos sacerdotes de Santa Cruz. O que se sabia é que o desejo de Cristóvão, quando vivo, era de que suas terras fossem herdadas pelos padres da Companhia de Jesus. Ao que tudo indica, uma certeza repousava no coração de Cristóvão: a de que esse seu gesto de benevolência seria a garantia de compaixão na Eternidade. Que Deus o tenha!

O nosso hipotético e retardatário padre talvez soubesse que a Marquesa de Ferreira - pela alma de quem, quiçá, rezara algumas vezes, em especial no Tempo do Advento quando ela faleceu, há cento e setenta anos - havia cumprido a vontade de seu marido, e que sua filha, herdeira da outra metade acabara assentindo em ceder suas terras aos jesuítas. Em troca do seu quinhão, os padres ofereceram umas terras lá pelas bandas de Bertioga, na ilha de Santo Amaro e mais quarenta braças de chão na vila de Santos, caminho de São Vicente. Sendo estas, porém, de valor muito inferior ao terreno que recebiam, a transação conservou o título de doação, no lugar de troca, como seria de se esperar.⁵ Mas isso dificilmente passou pela cabeça de nosso imaginário e cabisbaixo sacerdote.

Quando a tristeza nos assalta a alma e a incerteza vem enevoar o horizonte do futuro, o tempo parece seguir com passos sólidos e cadentes

⁴ Carta de doação de sesmaria de Cristóvão Monteiro. In “Tombo ou cópia fiel da medição e demarcação da Fazenda de Santa Cruz...”. Arquivo Nacional. RJ.

⁵ VIANA, Sonia Baião Rodrigues. *Fazenda Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro. 1790-1850*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1974. p. 87.

rumo ao inexorável. No entanto, parece fazê-lo com mais vagar. Isso nos dá a oportunidade de inserir nas memórias do caminhante jesuíta mais algumas lembranças. Provavelmente, quem quer que ele fosse, teria conhecimento de que, fazia um par de décadas, um tomo minucioso havia sido realizado, e às terras de Cristóvão, outras vieram se juntar. Eram as terras de Manoel Velloso de Espinha que possuía uma sesmaria na cabeceira do rio Guandu, fronteira à dos padres inacianos.⁶

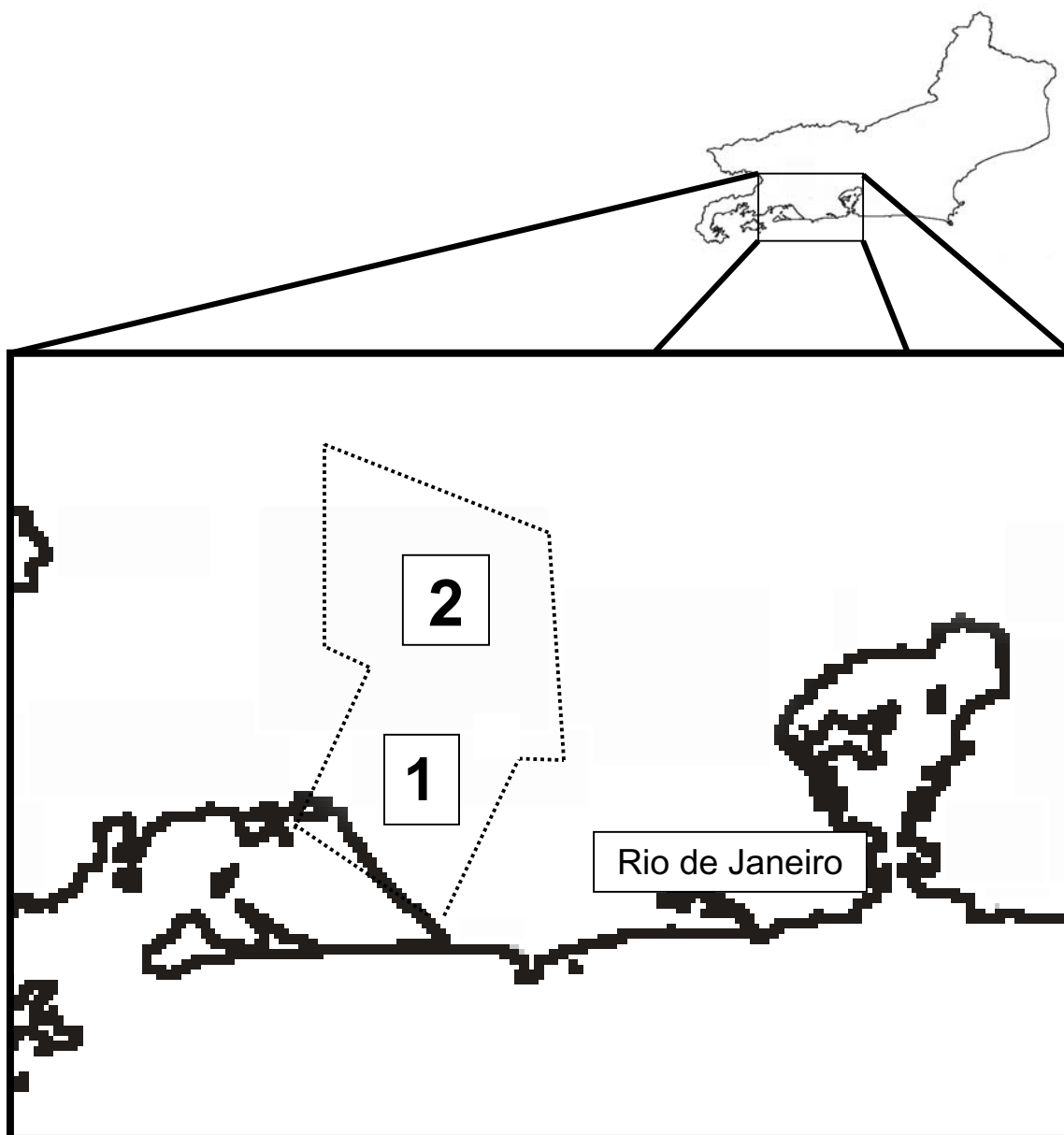
No Tombo de 1731, do qual talvez ele mesmo tenha participado, os limites da fazenda foram dados pelos seguintes marcos: a Freguesia de Sacra Família do Tinguá, em Vassouras; a linha do Curral Falso, contígua à Freguesia de Mangaratiba até o mar; os terrenos de Marabicu, a leste; e as terras de Mangaratiba, a oeste.⁷

Em meio ao pó que subia da estrada, o imaginário cura, já devidamente acomodado, num suspiro vislumbrou um dos bairros de senzalas. Nem que desejasse poderia se despedir pessoalmente de todos os escravos, somavam, então, mais de setecentas almas que agora estavam, compulsoriamente, sendo abandonadas.

⁶ *Id.*

⁷ *Id.*

Figura 1: Mapa com os limites aproximados da Real Fazenda de Santa Cruz segundo o Tombo 1731



1 – Terras de Cristóvão Monteiro e da Marquesa de Ferreira

2 – Terras de Manoel Velloso Espinha e seus filhos

Figura 2: Mapa do Povoado da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1848.



1. Paço Imperial (construído no lugar da antiga igreja) e cruzeiro.
2. Terreiro central.
3. Largo do Teatro.
4. Igreja Nova.
5. Estrada para a Corte.
6. Cadeia.
7. Hortas.
8. Plantações de capim.
9. Hospital.
10. Botica.
11. Hospedaria.
12. Conjunto com armazém, telégrafo e escritório.
13. Habitações dos escravos.
14. Casa do vigário.

Figura 3: Paisagem da Real Fazenda de Santa Cruz



Jean-Baptiste Debret. "Fazenda de Santa Cruz" (1823? 1818?). In *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, v. 3. Paris, 1834.

Entre suspiros e imprecações é possível imaginar o cortejo dos sacerdotes deixando com má vontade as terras da fazenda. Com o máximo de pertences atados às carruagens e animais de carga, tem início a derradeira procissão dos inacianos em Santa Cruz. Tomando o rumo oposto ao habitual, seguiam agora da igreja para fora, atravessando morosamente o terreiro central.

Xingamentos que vazavam pelos cantos das bocas habituadas a *Te Deum*, certamente houve. Um sentimento de injustiça os temperava com um sabor ainda mais acre. Estava nos planos de Pombal que as propriedades dos padres fossem seqüestradas pelo Estado português. Assim, a Fazenda de Santa Cruz, com todo o seu mundo à parte, autônomo e auto-suficiente, passou para as mãos da Coroa. Um roubo, diriam os curas. Uma questão de Estado, retorquiria Pombal.

A partir daí, o que foi feito de Santa Cruz? As opiniões são divergentes. Certamente o nosso sacerdote fictício acharia uma lástima, assim como, quase cem anos depois, o deputado Rafael de Carvalho, membro da Comissão de Contas da Tutoria de S.M. AA. Imperiais, taxaria a fazenda de “viúva aflita” pelos desmandos e pela ingerência com que seus negócios eram conduzidos. Tanto nos importa o que o rei e os seus fizeram de Santa Cruz, quanto como os seus mais numerosos habitantes perceberam e sentiram essas mudanças. Interessa-nos, enfim, como aqueles que se diziam servos de Santo Inácio se puseram a serviço do Imperador.

Tarefa difícil a que escolhemos. Não há um único relato de escravos que nos conte como isso se deu, nem sequer observadores a nos dar suas

impressões. O que se tem são os inventários onde os escravos figuram, graças ao seu *status* de mercadoria. No ano de 1791 foi realizado um grande inventário, o qual pudemos ler, assim como o de 1817 que foi atualizado até o ano de 1821. Destarte, temos as informações sobre nascimentos, batismos e óbitos ao longo de cinco anos. Além destes inventários, temos ainda relatórios, cartas e resumos estatísticos que vão nos auxiliar a compreender o que se passou em Santa Cruz de 1791 a 1821.

Vejamos o que é possível fazer.

2. Uma grande galeria a ser visitada

Ao inventariar as idéias que nortearam aqueles que nos precederam no trato com o mesmo objeto de estudo, é necessário que tracemos um roteiro; que escolhamos um critério para presidir o percurso pelas idéias afora. José Murilo de Carvalho, em um texto publicado na *Topoi - Revista de História*,⁸ trata exatamente desta escolha. Neste artigo, são apresentadas algumas possibilidades para a história das idéias.

Tradicionalmente, segundo o autor, ao fazer-se uma incursão pelo exame de idéias, o processo de montagem do roteiro seguia dois critérios básicos: ou bem se seguia apenas um elenco de autores, um tanto estanques entre si, ou bem se os enfeixava em correntes de afinidades. No primeiro caso, o pensador é o centro da análise, as idéias são compreendidas ligadas à personalidade que as produziu e descritas basicamente em conexão exclusiva com o seu autor. Alguns trabalhos de história que partem deste critério ainda recorrem a uma contextualização dessa autoria, tentando apreender a produção intelectual como resultado de sua perspectiva do desenrolar dos acontecimentos a sua volta, ou de influências recebidas ao longo de sua biografia.

No segundo caso a busca seria por um, ou alguns, pontos em comum entre grupos de autores. Desse modo, as idéias só seriam plenamente cognoscíveis a partir do contexto histórico, gerando correntes de pensamento, como as liberais, fascistas, marxistas,... Essas afinidades trariam em si a

⁸ Cf. CARVALHO, J. Murilo de. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". *Topoi - Revista de História*. No. 1. Ano I. 2000. pp.123-152.

essência do pensamento, produto, no mais das vezes, das circunstâncias históricas. Abandona-se a análise individual e opta-se por uma análise onde o autor, isoladamente, não pode ser plenamente compreendido.

Mas há ainda uma outra possibilidade, alerta-nos José Murilo de Carvalho, que seria um esforço para compreender os textos também a partir da recepção, dos argumentos, do texto e do estilo. Trata-se de um exame muito mais abrangente, já que investiga múltiplos aspectos da produção intelectual, por isso mesmo mais difícil e, por vezes de resultado incerto.

Ainda assim tentaremos avaliar o debate acerca da escravidão de modo a incorporar, quando possível, um exame mais amplo dos textos. Daremos ênfase aos autores católicos do século XVIII e ao debate do século XIX, pela maior relação que estas idéias têm com o corte temporal estabelecido em nossas fontes. Por se tratar de uma propriedade real, e posteriormente imperial, interessa-nos também avaliar o pensamento das figuras politicamente relevantes, de certo modo representantes dos grupos ligados à administração dos domínios reais.

Quanto ao século XX, interessa-nos analisar alguns tradicionais como Gilberto Freyre e Caio Prado, e a repercussão destes em determinados escritos posteriores. Por fim, chegaremos às mais recentes interpretações da escravidão, privilegiando autores que se dedicam à investigação da formação de núcleos familiares e outros laços de parentesco entre os cativos do sudeste.

2.1. Os viajantes e o catolicismo pró-cativeiro

A querela escravista que se desenvolve no final do século XIX, principalmente pelas inevitáveis interrogações - tácitas ou não - geradas com o fim da Guerra do Paraguai e que culminaram na abolição do cativeiro, liga-se às manifestações anteriores não apenas pelos argumentos, mas pelo próprio uso do estilo retórico. Nos séculos anteriores, os principais expoentes da retórica jesuítica no Brasil lograram estipular um cânon de argumentos básicos e comuns à maior parte deles. Segundo Ronaldo Vainfas,⁹ os principais autores que espelham esta ordem de argumentos seriam: Antônio Vieira, João Antonil, Manuel Ribeiro da Rocha e Jorge Benci.

A fonte básica de autoridade neste caso é a religião, espelhada na doutrina católica. Em última instância, a fonte apresentada é a mais inconteste possível, a Bíblia - a palavra de Deus - e a Patrística - o legado dos Padres da Igreja. Daí deriva uma íntima relação entre o cativeiro e o pecado original, obtida de Santo Agostinho. Um erro pretérito como causa da condição dos negros também é encontrado na maldição de Can.¹⁰ Dentre os filhos de Noé, Can, que teria dado origem aos etíopes, foi o que violou a nudez e embriaguez de seu pai, fazendo jus à punição que viriam receber seus descendentes. Daí a condição de penúria e nudez dos negros no Brasil.

De certo modo, esta perspectiva de escravidão-castigo permitiu a Antônio Vieira deslocar o sentido do Salmo 87¹¹ até transformá-lo na base

⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1986. pp. 87-91.

¹⁰ BENCI, Jorge. *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. São Paulo: Grijalbo. 1977. p. 65.

¹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e escravidão*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1986. p. 96.

argumentativa para uma escravidão-redenção. Se a escravidão era produto do pecado, seus padeceres poderiam se converter em fonte de redenção para os cativos que não apenas deveriam aceitar o jugo, mas serem gratos por ele. Neste jugo, segundo Vieira, os etíopes se assemelhavam a Cristo nos seus sofrimentos e seriam recebidos na Cidade Celestial.

A idéia de um cativo redentor também é observada na obra de um outro sacerdote. Secular, mas educado por jesuítas, Manuel da Rocha escreveu o *Etíope resgatado, empenhado, sustentado, instruído, corrigido e libertado*, que expressa, já no seu título, a idéia de que a escravidão era veículo de crescimento para os cativos. A marca diferencial de Manuel da Rocha é a indicação teleológica da manumissão, redenção terrena, ainda que remota, do cativo.

Ao cabo de tudo, a versão cristã da escravidão transforma o cativo em alguém a ser considerado, alguém cujo interesse último, a conversão e salvação, devem ser cuidados, mesmo que eles não concordem com isso. O que contrasta com a versão clássica, baseada no despotismo, do domínio exclusivo dos interesses dos senhores. Poderemos observar, mais adiante, os reflexos que estas duas fontes terão nas reflexões do século XX, especialmente na obra de Gilberto Freyre, que as põe em contato.

Do final do XVIII para o início do XIX, o bispo Azeredo Coutinho extrapolou a argumentação retórica tradicionalmente usada pelos seus predecessores. Em primeiro lugar, rompeu com a estrutura mais freqüentemente usada nos textos, articulando as suas idéias em sentenças seqüenciais, buscando uma lógica impecável. Em segundo lugar, há um grupo interlocutor claramente definido: os filósofos iluministas. Azeredo Coutinho

estava empenhado em desarmar os membros da “nova seita filosófica” e o campo desejado para tanto era a lógica.

O conceito de pacto social foi o primeiro a ser atacado, já que para o autor a sociabilidade é parte da natureza humana, independente de pactos. Além disso, os chamados direitos naturais foram igualmente desqualificados pela contestação da “razão natural”. De tal modo, a liberdade como direito natural seria uma falácia. Não apenas isso. A natureza também serviu de parâmetro para a manutenção do cativo nos seus “grilhões-libertadores”. Isto é, volta à cena o argumento da escravidão redentora, dessa vez como civilizadora. Se a natureza não trabalha por saltos, o processo de erguer e civilizar o africano não poderia se dar de um só golpe.

O mais curioso no texto de Azeredo Coutinho é que a lógica entra como um argumento de autoridade. Nas suas sentenças, a figura divina é substituída pela natureza, segundo o autor, para que possa ser mais bem compreendido pelos adeptos da “nova seita filosófica”. É como se dentro da tradição retórica luso-brasileira, Coutinho estipulasse uma variante pelo uso da lógica que a princípio destoa, mas que em certo sentido o insere nesta mesma tradição, na medida em que a lógica foi utilizada, em última instância, para dar autoridade a seus argumentos.

Mas uma outra lente observaria também a escravidão, dando-nos uma perspectiva diferente. Com o declínio das relações monopolistas entre Portugal e Brasil, o século dezenove inaugura um período de múltiplas interpretações da vida brasileira. A maior freqüência com que os estrangeiros desembarcavam e viajavam pelo interior, associada a uma maior penetração das idéias liberais,

criaram condições favoráveis ao incremento do escopo de descrições e interpretações do nosso cotidiano. E, bem no meio deste, a escravidão.

O trabalho da professora Ilka Boaventura Leite¹² nos mostra que os diversos viajantes que aqui aportaram criaram, ao longo do século XIX, um vasto repertório de observações. A profusão de escalas de mestiçagem e a crescente população “não-branca” causara impressões distintas nas retinas dos europeus que aqui passaram, pesquisando, observando, anotando,...

Baseado nos resultados obtidos pela professora Ilka B. Leite, é possível perceber que para alguns destes viajantes, como John Mawe, Johann Emanuel Pohl ou George Gardner, o relacionamento entre senhores e escravos era bom, com apenas algumas exceções. Ainda mais, Pohl acredita que não apenas os escravos no Brasil são mais bem tratados do que em outras partes do mundo colonial, como ainda crê que suas lidas são menos árduas que as de um trabalhador braçal europeu.

Há ainda os que, como Saint-Hilaire, Bunbury e Freireyss, vêm com desconfiança este relacionamento, apelando para algumas pistas disponíveis no seu campo de observação para colocar em xeque tal idéia. Bunbury questiona:

... Não sei, de fato, se as leis ostensivamente concedem ao senhor o poder de vida e de morte; aliás, creio que não; mas se as leis são tão ineficientes mesmo para a proteção dos cidadãos livres, é claro que não podem oferecer segurança alguma a uma infeliz raça de homens que são privados de todos os direitos sociais e políticos. Uma circunstância que parece indicar que a condição dos escravos se torna, muitas vezes, insuportável é o número elevado de fugitivos
...

¹² LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1996. pp. 106-129.

¹³ BUNBURY. *apoud*. LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia de viagem I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 1996. p. 212.

Para também no relato de Freireyss, uma desconfiança de que os abusos do poder senhorial eram freqüentes, e indicavam os crimes cometidos por escravos contra os seus senhores.

Mas de uma forma geral, para estes europeus o âmago da questão está na mistura das raças: a miscigenação seria, como benção ou maldição, a herança da escravidão à sociedade brasileira. Assim inicia-se uma certa polarização em relação à expectativa do que a escravidão produzirá com o passar dos anos.

No que toca especificamente a formação de famílias entre os escravos, as opiniões dos viajantes são díspares. Rugendas, Saint-Hilaire e Koster, chegam a mencionar um incentivo dado pelos senhores ao matrimônio regular de seus cativos. Outros são enfáticos na condição de promiscuidade e de anomia que se instalava entre os escravos, impedindo que se formassem uniões estáveis ou mesmo matrimônios. Charles Ribeyrolles é um destes autores. Categórico, ele escreve sobre as senzalas: “Mas nelas não há famílias, apenas ninhadas”. De certa forma, inicia-se nas divergentes opiniões dos viajantes um longo debate que esteve de pé, embora em outros termos, em dias que ainda não vão longe.

Talvez o consenso se estabeleça em relação às propriedades eclesiásticas. Não é raro encontrar referências à escravidão nestes pontos em particular.¹⁴ Ali a tendência geral era a de que todos estivessem ligados a um núcleo familiar. Mas não apenas isso; o tipo de tratamento dispensado também era qualitativamente mais elevado que nas demais propriedades. Menor carga de trabalho, maiores regalias, direito a pequenos rebanhos,...

¹⁴ Gilberto Freyre, por exemplo, assume a informação de Loreto Couto sobre o bom trato dos beneditinos aos seus cativos. FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2000. p. 492.

Posteriormente estas diferenças chegaram a ser interpretadas como constitutivas de um criadouro de escravos. Destarte, todo o incentivo dado principalmente pelas ordens religiosas detentoras de grandes propriedades, estaria ligado a uma diferente concepção da escravidão. Diferença essa, não de ordem moral, mas de ordem econômica. Com estes cuidados, os curas estariam em busca de um cativo ainda mais barato do que os que eram oferecidos pelo tráfico.

Uma tal interpretação das intenções sacerdotais, nos revela uma perspectiva muito bem definida na conceitualização do escravo. Definida pela animalidade e pela já relatada anomia. Assim, qual “gado humano”, posto junto e em condições favoráveis, os escravos se reproduziriam literalmente “em cativeiro”, presumidamente guiados pelos seus instintos mais primitivos. Por outro lado revela uma longa tradição da interpretação dos religiosos como os mais perspicazes e laboriosos dos colonos do Brasil, talvez até além do que pudessem sê-lo.

2.2. O século XIX: entre a escravidão e a abolição.

Em termos mais amplos, um outro motor das discussões sobre o cativo no século XIX, são as transformações geradas pela independência do Brasil em relação a Portugal. A partir daí, alguns autores passam a descrever a escravidão como um obstáculo à formação de uma nação civilizada, ou mesmo, liberal. Certamente esta perspectiva não era em absoluto unânime, pois muitos não viam oposição concreta entre a civilização ou o liberalismo à brasileira e a escravidão.

Neste debate destaca-se, ainda no início do século, a figura de José Bonifácio. Em sua tese de doutorado, Ana Rosa Cloquet da Silva¹⁵ mostra que apesar de ter ingressado na Universidade de Coimbra após o período reformista de Pombal, em plena “Viradeira”, suas influências e seus posicionamentos se vinculam diretamente ao reformismo ilustrado português. Os reflexos disto podem ser percebidos no seu pensamento posterior, no que a autora chama de fase nacional.

É nessa etapa que seus escritos acerca da formação nacional mencionam freqüentemente o problema da escravidão, e como esta se colocava qual um obstáculo à construção de uma nação moderna e liberal. O Andrada chega a enviar uma *Representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa* sobre a escravatura, em 1823. Nela, arrola uma série de motivos pelos quais o Brasil deveria se livrar o quanto antes da escravidão.

¹⁵ SILVA, Ana R. C. da. *Construção da Nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823*. São Paulo: Editora da Unicamp. 1999.

Do amplo escopo de argumentos levantados por José Bonifácio em prol da extinção da escravidão, destacamos os de ordem moral e religiosa, os de ordem econômica e os que dizem respeito à segurança dos próprios senhores.

No primeiro grupo, temos o seguinte trecho onde o autor levanta os argumentos tradicionalmente usados para defender o uso da mão-de-obra escrava:

Para lavar-se pois das acusações que merecia lançou sempre mão e ainda agora lança de mil motivos capciosos, com que pretende fazer apologia: diz que é um ato de caridade trazer escravos da África, porque assim escapam esses desgraçados de serem vítimas de despóticos Régulos; diz igualmente que, se não viessem esses escravos ficariam privados da luz do Evangelho [...] diz que esses infelizes mudam de um clima e país ardente e horrível para outro doce, fértil e ameno; diz, por fim, que devendo os criminosos e prisioneiros de guerra serem mortos imediatamente pelos bárbaros costumes é um favor que lhes faz, conservar a vida, ainda que seja em cativo.¹⁶

Neste inventário de argumentos percebe-se o fundo da escravidão-redentora utilizado pelos padres e religiosos que outrora dominavam o debate sobre a condição do escravo no Brasil, que é totalmente desmontado logo em seguida.

Homens perversos e insensatos! Todas essas razões apontadas valeriam alguma cousa, se vós fôsseis buscar negros à África para lhes dar a liberdade no Brasil [...] mas perdurar a escravidão, fazer esses desgraçados mais infelizes do que seriam, se alguns fossem mortos pela espada da injustiça [...] é de certo um atentado manifesto contra as Leis eternas da Justiça e da Religião. E por que continuaram e continuam a ser escravos os filhos desses africanos [...] Fala contra vós a justiça e a Religião.¹⁷

¹⁶ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. organizado por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Cia. das Letras; Publifolha . 2000.

¹⁷ *Id.*

Não há, segundo Andrada, nenhuma razão moral ou religiosa que justifique o cativo, portanto a manutenção da escravidão constitui um erro contra a humanidade. Neste sentido o autor assume em nome de Portugal e do Brasil um pesado fardo. “Com efeito, Senhores, Nação nenhuma pecou mais contra a humanidade do que a Portuguesa de que fazíamos outrora parte.”¹⁸

José Bonifácio ainda tem em mente outros problemas causados pela escravidão. De maneira bastante ampla, transparece no pensamento do autor uma profunda preocupação com a condição de civilização que o país deveria assumir. E novamente a escravidão se coloca como um obstáculo. Os hábitos e costumes “inoculados” pelos cativos na sociedade branca a corrompem e lhe põem a perder.

[...] nós tiranizamos os escravos, e os reduzimos a brutos animais, e eles nos inoculam todos os seus vícios.

[...] As famílias não têm educação, nem a podem ter com o tráfico de escravos, nada as pode habituar a conhecer e amar a Virtude, e a Religião [...] E então, Senhores, como pode grelar a justiça e a virtude, e florescerem os bons costumes entre nós?¹⁹

A inferioridade moral que o autor confere aos cativos parece ser fruto do próprio cativo, mas de qualquer modo, não pode haver nação civilizada sem que haja primeiro o fim da escravidão. Um segundo e inevitável passo seria o de instruir e civilizar os negros libertos, a fim de homogeneizar a sociedade brasileira segundo o modelo europeu de civilidade. O ponto de partida para esta empreitada seria o fim do tráfico, a exemplo do que fez a Inglaterra. “Pois

¹⁸ *Id.*

¹⁹ *Id.*

somos a única Nação de sangue Europeu que ainda comercia clara e publicamente em escravos Africanos”.²⁰

Como dissemos anteriormente, não são apenas argumentos de ordem moral que norteiam Andrada em seu combate contra a barbárie da escravidão. O sistema escravista é apresentado como absolutamente improdutivo e prejudicial à economia do país. Para Andrada, a escravidão subtraía a iniciativa e o caráter empreendedor da elite brasileira.

... o luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria; e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, Senhores, porque o homem que conta com os jornais de seus escravos vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios.²¹

A crer no autor, sem a escravidão a elite brasileira seria amplamente mais dada às grandes iniciativas, às ‘indústrias’ de vulto para economia do país.

Além disso:

... a lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não dá os lucros com que os homens ignorantes e fanáticos se iludem. Se calcularmos o custo anual da aquisição do terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que devem trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes numerosas, filhas do mau tratamento e da desesperação, as repentinas fugidas aos matos e quilombos, claro fica que o lucro da sua lavoura deve ser mui pequeno no Brasil, ainda apesar da prodigiosa fertilidade de suas terras, como mostra a experiência.²²

Em seu esforço contra a escravidão, Bonifácio apresenta como economicamente enganoso o proveito que se tira da mão-de-obra cativa.

²⁰ *Id.*

²¹ *Id.*

²² *Id.*

Certamente esta contestação se dirige aos que, como Antonil, pensavam que os cativos eram “os pés e as mãos” da economia brasileira e os que, mesmo mais tarde como José de Alencar, afirmam que o fim da escravidão se daria “naturalmente” no momento em que a economia prescindisse dela.

Quanto aos argumentos religiosos, Andrada não cita o catolicismo, manancial de defensores do escravismo, como fonte autoridade. A sua base é a “sã religião” e seus argumentos muito mais próximos daqueles que o cristianismo “quaker” saxão utilizou para condenar a escravidão. Mas seriam apenas essas as razões para condenar o cativo?

Ao que tudo indica, não. Em alguns trechos de seus escritos transparece um certo temor. Um medo da reação escrava. José Bonifácio crê que a escravidão implica em um *quantum* de violência. Violência esta que partia muitas vezes do senhor, mas poderia, em outras tantas, partir dos escravos. “Querer fazer escravos, e por tanto que estes sejam mansos como cordeiros, é um absurdo terminal”.²³

Para Andrada, seria apenas uma questão de tempo. Em breve estariam se multiplicando os horrores produzidos por “uma multidão imensa de homens desesperados que já vão sentindo o peso insuportável da injustiça que os condena a uma vileza e miséria sem fim”.²⁴ Um motivo a mais para se pôr a termo, em primeiro lugar, o comércio, e mais tarde, a existência de escravos será a própria segurança dos senhores.

O fato de que tal ordem de argumentos tenha sido levantada, nos indica que a segurança desses senhores estaria permanentemente ameaçada pela

²³ Manuscrito de José Bonifácio. Coleção José Bonifácio do Museu Paulista *apud*. SILVA, Ana Rosa Clocllet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio 1783-1823*. São Paulo: Editora da Unicamp. 1999. p. 199.

²⁴ SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. organizado por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Cia. das Letras; Publifolha . 2000.

existência de cativos a lhe rodear. José Bonifácio está equacionando a probabilidade de reação dos escravos. O exemplo de Palmares, tantos anos depois, ainda permanece na memória dos senhores. “Tema o Brasil que se formem novos palmares de negros!”.²⁵

Seguindo a necessidade de construir a nação, também se forma a escrita de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. Escrita esta, permeada pela preocupação da composição econômica, territorial e étnica da pueril nação brasileira. Em sua *História Geral do Brasil*, trata a vinda dos “colonos negros cativos” como um problema ainda por ser resolvido:

... mas fazemos votos para que chegue o dia em que as cores de tal modo se combinem que venham a desaparecer totalmente no nosso povo os característicos da origem africana, e por conseguinte a procedência de uma geração, cujos troncos no Brasil vieram conduzidos em ferros do continente fronteiro...²⁶

A introdução dos vigorosos braços que moveram a economia colonial do açúcar, e mais recentemente, a imperial do café, tinha como efeito perverso a inserção de uma massa de homens e mulheres marcados pela condição do cativo. Condição a qual - não obstante o que já se anunciava - oxalá não deixasse marcas na composição nacional. Assim, reconhecendo que a miscigenação era um fato, Varnhagen limitava-se a torcer para que no futuro a “combinação de cores” se revelasse pródiga para com o povo brasileiro e atenuasse o passado cativo marcado na pele da nossa gente.

Chama a atenção que o cativo surge como um mal para a composição do povo brasileiro, mas é imaginado como proveitoso para o cativo. Para o Visconde - a bem da injustiça da captura de um africano, um insulto a sua

²⁵ *Id.*
²⁶ *Id.*

humanidade, a de sua família e a de sua pátria²⁷ - estes ao serem introduzidos no Brasil, melhoram de sorte. Para comprovar tal hipótese, acrescenta:

E o certo é que passando à América, ainda em cativo, não só melhoravam de sorte, como se melhoravam socialmente, em contato com gente mais polida, e com a civilização do cristianismo. Assim a raça africana tem na América produzido mais homens prestimosos, e até notáveis, do que no Continente donde é oriunda.²⁸

Neste raciocínio, o maior prejudicado com o processo de escravidão teria sido o branco maculado pela miscigenação em sua índole européia, ao passo que o negro teria sido beneficiado, coberto pelo verniz cultural que lhe teria abrilhantado como nunca se fizera antes. A “escravidão-redentora” ganha mais um argumento, desta vez comparativo.

Para além das benesses recebidas pelos negros aportados no Brasil, ainda segundo o autor, estes teriam sido também agraciados com a escravidão mais branda de todo o continente americano.²⁹ Neste ponto há uma comparação com a escravidão, e mais com o racismo norte-americano, “onde o anátema acompanha não só a condição e a cor como todas as suas gradações”.

Aqui vemos uma precoce menção, não apenas à suavidade do cativo, bem como uma ausência de preconceitos mais rígidos para com as gradações de cores geradas a partir da miscigenação. Ao que parece, o autor identifica entre os brasileiros uma maior aceitação do mestiço. A princípio, seria de estranhar, uma vez que ele próprio torce para que as marcas da origem negra sumam e, portanto o próprio mestiço também.

²⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 7a. Ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos. s/d. p.224.

²⁸ *Id.*

²⁹ *Id.* p. 223.

A solução para o aparente paradoxo no pensamento do autor seria indicar a mistura como um caminho para a eliminação dos traços característicos da herança negra. Enfim, estaria o autor apontando, por outras vias, para um processo de branqueamento. Salva-se o mulato não pela metade negra, quiçá nem pela metade branca, mas talvez pela promessa de superação dos traços negros pelos traços brancos que traz em si.

Por esta inversão estaríamos redimidos do “pecado contra a humanidade” perpetrado por Portugal (e conseqüentemente pelos brasileiros) conforme prescrito por José Bonifácio.

Ainda durante o transcorrer do século XIX, com o avanço das pressões da diplomacia inglesa e com o crescimento da oposição à escravidão, toma vulto o movimento Abolicionista. Aqui no Brasil, as razões que se colocaram na base de sua argumentação estavam muito mais ligadas ao problema de constituição social da nação.³⁰ De certa forma, os argumentos fundamentais do abolicionismo anglo-americano dos *quakers*, ligados a moral cristã e a noção da escravidão como pecado, assim como a base filosófica do “direito natural” do abolicionismo francês, parecem ter sido meros acessórios.

De qualquer modo, o abolicionismo forjou o pensamento de homens como Joaquim Nabuco, autor de *O Abolicionismo*³¹, obra que é considerada a mais expressiva do pensamento de Nabuco e um texto fundador da sociologia brasileira. Trabalhando durante seu desterro em Londres, Nabuco parece ter se empenhado em transmitir - e a distância o favorecia nisso - um relato do que considerava as maiores mazelas da sociedade brasileira.

³⁰ Essa discussão encontra-se em CARVALHO, José Murilo. “Escravidão e razão nacional”. in _____ *Pontos e bordados - escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.p.35-63

³¹ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha. 2000.

Na melhor tradição do abolicionismo brasileiro, seu intuito é demonstrar a inviabilidade do progresso nacional sobre bases escravistas. Isso se coaduna com o contexto do movimento abolicionista que embora contasse com amplo apoio estrangeiro, não abria mão do arraçoado liberal para contestar o cativo.

No capítulo intitulado “A escravidão atual”, o autor utiliza um artifício extremamente interessante e expressivo. Uma vez que fala de fora do país, imagina qual seria o melhor instrumento para dar a conhecer o Brasil aos estrangeiros. Ei-lo: os jornais.

Sobre a escravidão, Nabuco postula serem os anúncios suficientes para dar uma boa idéia do que significa o cativo no Brasil. Compra, venda, aluguel. Os negros são anunciados como “mucama, moleque, bonita peça, rapaz, pardinho,...” para todo o tipo de serviço.

As fugas, cujos anúncios quase sempre são “acompanhados da vinheta do negro descalço com a trouxa no ombro”, trazem descrições que, segundo o autor, muitas vezes são baseadas em marcas de castigos empreendidos no próprio cativo, recompensam e alimentam a profissão de capitão-do-mato. Ainda figuram nas páginas da imprensa, narrativas de crimes cometidos por escravos contra os seus senhores e de bárbaros e, por vezes, fatais castigos desferidos por estes para se vingar daqueles.

Nabuco constrói uma descrição da sociedade escravista que parte da desumanização dos cativos anunciados a título de mercadoria, sem nome, só com atributos de utilidade, e chega na barbarização da sociedade, indiscutível fruto da manutenção do cativo. No entanto, os mesmos jornais de onde

foram tiradas estas ilações do deputado pernambucano, proclamam que a escravidão no Brasil é a mais branda de todas. Nabuco ironiza:

... de fato melhor para este [o escravo] do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativo à liberdade; o que tudo prova, apenas, que os jornais e os artigos não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles.³²

O deputado desdenha da brandura atribuída ao cativo. Destarte, tal brandura precisa ser contestada sob pena de não lograr os objetivos abolicionistas. Se a escravidão brasileira fosse benéfica ao negro como se argumentava na visão da “escravidão-redentora”, e branda como aventam os artigos dos jornais, não haveria a necessidade moral de extinguí-la, antes deveria ser incentivada. Mas, além deste, o deputado apresenta outros argumentos em prol do abolicionismo.

A Constituição Outorgada de 1824 apresentava, além da centralização de poderes nas mãos despóticas de D. Pedro I, uma face liberal. Em seu conteúdo figuram artigos que resguardam o indivíduo de uma série de práticas que atentam contra a sua integridade. Por exemplo: estavam abolidos “os açoites, a tortura, as marcas de ferro quente, e todas as mais penas cruéis”, e mais: “Nenhum cidadão pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.

Joaquim Nabuco salienta que a brecha, diante de tais garantias individuais, que a Constituição deixava para a existência da escravidão se assentava na omissão - uma vez que não havia menções ao cativo, ou qualquer regulamentação da posse de escravos - e na garantia da propriedade privada. De algum modo, o autor tem razão quando denuncia que pela

³² *Id.* p. 88.

constituição de 1824 não havia a escravidão. Tal omissão viria da vergonha e opróbrio que o cativo lançaria sobre a nação, pesados demais para figurarem em Carta Magna. Sobre o cativo, diz Nabuco: “A constituição não se ocupou dele.”

A Constituição fora feita para a eternidade, não importa quão transitória esta seria; mas o cativo era, bem se sabia, provisório. Deste descompasso surge uma prática múltipla, o nosso “não-código negro” identificado na multiplicidade decisória do Judiciário nas questões envolvendo o Direito e a escravidão.³³

Como dissemos antes, o pensamento abolicionista, e em especial as letras do deputado, tratam a escravidão como um obstáculo à formação nacional. De certo modo, os vários tipos de evolucionismo e a perene crença que este pensamento traz de que o futuro precisa superar o passado, impõe àqueles que pensam o Brasil na sua formação uma questão: O que vai representar, em alguns anos, a marca do passado cativo? Ou ainda, poderia o Brasil se desenvolver quando uma parte de sua população foi lançada ao desespero e a desumanidade e, ao mesmo tempo, inoculou toda sorte de vícios nos mais tenros anos da formação nacional?

Sem dúvida alguma, as preocupações que se articulavam coevamente em torno da escravidão são mais a respeito de seus efeitos, embora Nabuco tenha mergulhado na sua constituição e essência. Neste final de século XIX, a escravidão se alinha com a questão da constituição étnica do brasileiro. Pairava no ar uma vaga esperança, catalisada por Sílvio Romero às vésperas da abolição da escravidão:

³³ Cf. GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.

Pela seleção natural, todavia, depois de [o negro ter] prestado o auxílio de que necessita, o tipo branco irá tomando a preponderância até mostrar-se puro e belo como no velho mundo.³⁴

Quiçá fosse possível voltar às origens que, de fato, pouco existiram.

Pensar a escravidão no século XIX, como o é ainda hoje - já século XXI - é tentar entender como funciona a sociedade brasileira e como se poderia formar uma nacionalidade a partir de “tanto metal heterogêneo” numa amálgama cujo cadinho ainda está quente.

³⁴ *Apud.* SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976. p. 53.

2.3. O século XX - interpretando o passado.

“Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX é a escravidão. Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra levante a palma na influência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social.”

Caio Prado Júnior.

No início do século XX foi lançado um marco da reflexão acerca do passado colonial, inclusive no que respeita à escravidão. *Casa grande & senzala*,³⁵ de Gilberto Freyre, chegava com a promessa de separar raça e cultura na análise sociológica da formação brasileira. Inaugurava, portanto, uma via alternativa de investigação do passado colonial e escravista do país.

Freyre buscou valorizar o fundamento híbrido, elástico e adaptável da colonização portuguesa. Para o autor, ao contrário dos ingleses mais assépticos nos seus contatos, os portugueses seriam muito mais propensos a toda sorte de intercursos - sejam eles culturais, sociais ou sexuais. Na verdade, Portugal já seria um caldeirão onde se fundiam diversas origens: europeia, judaica e moura.

Mesmo que mantenha a idéia de raça presente em vários momentos do seu texto - por exemplo, na descrição dos judeus - o autor procura valorizar a mestiçagem, tirando dela o sentido de degeneração. Neste mesmo movimento, parece minimizar os conflitos e, ressaltando a adaptabilidade, acaba forjando uma impressão um tanto idílica do escravismo colonial. Ao menos é o que levantam os mais contundentes críticos de Freyre, freqüentemente se valendo de passagens onde o autor fala de uma solidariedade entre senhor e escravo que os unia na familiaridade dos ranchos, para desferirem suas imprecações.

³⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record. 2000.

Seria, então, esta a mais clara e evidente interpretação das páginas de *Casa Grande & Senzala*? O sadismo do senhor e o masoquismo do escravo, imaginados por Freyre, seriam a expressão de uma sociedade alheia a antagonismos? Ao que parece, há nas mesmas páginas de Freyre elementos que apontam para uma visão não tão paradisíaca da sociedade colonial e do cativo.

Ao contrário. Antes do mais, o mundo colonial luso-brasileiro se articula, para Freyre, segundo um intenso jogo de antagonismos que se complementam. É o antagonismo que sustenta a sociedade escravista, constituída entre a dor e o prazer, entre a opulência e a miséria, entre o cativo e a liberdade. Antagonismos estes, fruto da dupla vertente de concepções da escravidão perceptíveis em *Casa-Grande e Senzala*.

Ricardo Benzaquem de Araújo³⁶ mostra que interagem no pensamento de Freyre, além da concepção cristã, patriarcal, que coloca o escravo como responsabilidade cristã de seu senhor, na dita camaradagem, também a clássica, fundamentada no despotismo, no mando e no predomínio dos interesses dos senhores. A reflexão cristã sobre o cativo, como vimos, justifica-o, em grande parte, pela sua função redentora. De certo modo, isso traz o escravo para o âmbito dos cuidados de seu senhor, que lhe teria pelo menos as obrigações cristãs a cumprir. A partir dessa face inclusiva, Gilberto Freyre pôde trazer o escravo para dentro da casa-grande, mas também reconheceu o que de despótico havia nessa relação.

Por ambíguo que pareça, é possível realmente perceber em vários momentos da obra a violência do senhor sobre seus escravos. Na própria

³⁶ ARAÚJO, Ricardo Benzaquem. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.

argumentação acerca do sadismo senhorial, Freyre sustenta que este conduz a um comportamento violento por parte dos senhores.

... Transformava-se o sadismo do menino e do adolescente no gosto de mandar dar surra, de mandar arrancar dente de negro ladrão de cana, de mandar brigar na sua presença capoeiras, galos e canários - tantas vezes manifestado pelo senhor de engenho quando homem feito; no gosto de mando violento ou perverso que explodia nele ou no filho bacharel quando no exercício de posição elevada, política ou de administração pública; ou no simples e puro gosto de mando, característico de todo brasileiro nascido ou criado em casa-grande de engenho.³⁷

Destarte, as alusões a uma vida não tão penosa seriam justificadas pela sujeição do escravo ao despotismo do seu senhor. Não sendo propriedade de si mesmo, este receberia algumas regalias na medida em que estas favorecessem, ainda que indiretamente, o seu senhor. É o próprio Freyre que escreve:

É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua maioria uma sociedade bem alimentada. Quanto à quantidade, eram-no em geral os extremos: os brancos da casa grande e os negros das senzalas. Os grandes proprietários de terras e os pretos seus escravos. Estes porque precisavam de comida que desse para os fazer suportar o duro trabalho da bagaceira.³⁸

O trabalho dos escravos que se revertia em rendas para os senhores, era o que lhes facultava uma alimentação. Freyre não fala da magnanimidade dos senhores, muito menos cita alguma comoção senhorial como fator do estabelecimento de solidariedades destes com os seus cativos.

De mais a mais, se *Casa Grande & Senzala* não cumpriu sua promessa de separar raça e cultura, certamente vez grandes avanços nesta direção. Como exemplo de tais avanços figura a argumentação acerca da sexualidade

³⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record. 2000. p.122.

³⁸ *Id.* p. 105.

dos cativos, para Freyre, fruto do desequilíbrio sexual produzido pelo cativo e não uma marca racial inata.

Na esteira do pensamento que já se entende nacional e busca sua origem e formação, surge, ainda na década de trinta, a *Formação do Brasil Contemporâneo*.³⁹ Nas reflexões apresentadas por Caio Prado, o sentido geral da colonização e a concepção teleológica da história que o supõe, assinalam o cativo como motor da lógica econômica colonial. Nenhuma importância própria teria a escravidão, senão a de força motriz da economia colonial.

Entretanto quando lemos os capítulos finais, nos quais o autor discute a vida social brasileira, temos a impressão de que, de alguma forma, a escravidão representou mais que isso para o autor. A primeira afirmativa que faz, neste ponto do texto diz exatamente:

Naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX é a escravidão. Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra levou-lhe a palma na influência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social.⁴⁰

Seria esta influência apenas a barbárie e ineficiência do sistema de trabalho - tal como apresentadas quando o autor trata dos latifúndios? Parece que não. Em primeiro lugar, Caio Prado distingue a escravidão moderna da antiga, colocando-a como fruto do egoísmo e da ganância dos colonizadores. Ganância pela qual, pagar-se-ia elevado preço.

Se na Antigüidade os cativos eram “recrutados em todas as partes do mundo conhecido, e que nela se concentrava o que então havia de melhor e

³⁹ PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense; Publifolha. 2000.

⁴⁰ *Id.* p. 277.

culturalmente mais elevado”, na escravidão moderna os ibéricos primaram por recrutarem povos bárbaros, “de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores”.⁴¹ Mas não apenas isso. Ao trazê-los de seu *habitat* original, os europeus queriam apenas a sua porção inumana: a força muscular dos homens ou a “passividade da fêmea na cópula”.

Se por um lado os europeus não solicitavam senão a mais rasteira contribuição dos negros cativos, estes, por seu turno, se fizeram presentes, ainda segundo Prado, apenas na passividade de sua mera existência. Em outras palavras estaríamos diante de um cativo máximo, um jugo desmedido de brancos sobre negros. Destes, só se obteria o que fosse solicitado, já que lhes é imputada uma passividade que explica, inclusive, o domínio do contingente populacional de menor peso, o branco, sobre o restante da população colonial.

De um modo geral, as abordagens que pudemos inventariar até aqui se referem à escravidão não como um objeto em si, mas como um gerador de problemas raciais a serem resolvidos ou como uma parte do conjunto que justifica o que somos modernamente - para o bem ou para o mal. Na segunda metade do século vinte, no entanto, emerge a escravidão colonial como um objeto legítimo de estudos. A partir daí, a busca será compreender os mecanismos e características do cativo moderno, deixando de lado o juízo do inevitável: que somos fruto de uma sociedade escravista.

Nesta nova etapa de discussões a obra de Gilberto Freyre assume um papel central. Forma-se em torno de *Casa grande & senzala*, um debate alimentado pelas várias interpretações das idéias de Freyre do que seria a

⁴¹ *Id.* p. 280.

escravidão. Assim, concordantes e discordantes se alinham munidos de toda a sorte de argumentos para defender suas posições. Além do mais o cativo moderno vai se constituindo cada vez mais em tema central das discussões, deixando de ser tema acessório da colonização ou da formação étnica brasileira.

Nos anos 50 e 60 os estudos da escravidão ganham um sentido mais hodierno, na medida em que se aprofundam as tensões sociais com o surgimento e crescimento dos movimentos de direitos civis - em especial o dos negros. No Brasil, as patentes desigualdades sociais e especialmente os discursos desenvolvimentista e reformista, marcam a vida acadêmica. Desse modo estudar a escravidão é, além do mais, investigar as razões do atraso econômico e das dificuldades em superá-lo. Por outro lado, a questão que polariza propriedade privada e reforma agrária, se torna a cada dia mais candente. Seria esta uma reforma que espelharia aquela, gradual, que culminou no 13 de maio?

Alinha-se na chamada escola paulista, Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso, entre outros. A escravidão nas obras destes autores, embora estivesse profundamente identificada com a moção do sistema mercantil colonial, também era evidenciada pela violência como sua mais expressiva forma de reprodução. Essa marca bem como a condição jurídica e identidade de “peça” - no dizer de Fernando Henrique “sua auto-representação como não-homem”⁴² - formaria a base das relações sociais em torno do cativo.

⁴² CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962. p. 155.

Emília Viotti da Costa chega a considerar esta marca como interdito a um relacionamento cultural efetivo, e segundo a autora

... as duas camadas raciais permaneciam, a despeito de toda sorte de contatos, intercomunicações e intimidades, dois mundos cultural e socialmente separados, antagônicos e irredutíveis um ao outro.⁴³

O antagonismo, motor da história para os enfoques que se aproximam da matriz marxista, se estabelecia, assim, de forma inequívoca.

Grosso modo, o conceito que subjaz a reflexão destes autores é o de uma vida anômica. A ausência de regras ou de normas sociais e culturais se transporia entre o escravo e toda uma séria de atitudes que dele se poderia esperar. Assim, as fugas, a formação de famílias ou as práticas de resistência, não seriam expressões de uma formação social. Como destaca Fernando Henrique Cardoso:

Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os “rebeldes primitivos” da Europa. (...) As lutas dos quilombos (...) e a revolta pessoal do escravo que matava algum senhor e fugia não eram embriões de uma luta social maior, capaz de pôr em causa a ordem senhorial.⁴⁴

A contraposição ao cativeiro paradisíaco era a desumanização em um cativeiro absoluto, onde o senhor tinha poderes de vida e de morte sobre o escravo. Tinha poderes de torná-lo diferente do que ele realmente era.

Outra voz que engrossava o coro dos críticos a Freyre era a de Jacob Gorender, especialmente em *O escravismo colonial*.⁴⁵ Um dos pontos centrais da censura de Gorender à análise de *Casa grande & senzala* estava na

⁴³ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966. p. 280.

⁴⁴ CARDOSO, F. H. apud. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. p. 32.

⁴⁵ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

pretensa amistosidade das relações entre senhores e escravos. Para o autor, o cativo no Brasil redundava na morte como conseqüência de violentos processos pedagógicos, “não menos iníquos [aqui] que em outras regiões escravistas”.⁴⁶

No final da década de 70 e início dos anos 80, constroem-se outras possibilidades de observação da vida escrava. Kátia Mattoso é uma das primeiras autoras a tentar relativizar o cativo. Ao escravo passa a ser atribuída uma vontade, um desejo de liberdade, ainda que a alforria não seja plenamente sinônimo dela. *Ser escravo no Brasil*⁴⁷ é uma obra que tenta dar conta da vida do escravo em suas diversas dimensões, desde a captura até a eventual alforria.

Na obra de Mattoso há um espaço para que o escravo possa entrar no jogo colonial. Embora não seja ele que dite as regras, a autora entrevê “toda uma gama sutil de reações, invenções, adaptações originais ou repulsas disfarçadas” por meio das quais os cativos buscam seu espaço no jogo, certamente não muito amplo, mas existente. A se crer na autora, no entanto, a família escrava não parece ter sido parte destas invenções.

Na sua análise, Mattoso parece concordar com os que a precederam de que a vontade do senhor era elemento por demais proibitivo para que se constituíssem famílias entre os cativos. Além disso, a diferença entre os contingentes masculino e feminino também teria sido um obstáculo intransponível para a constituição familiar escrava. De tal forma esta condição seria impeditiva que os cativos insistiriam, a todo custo, em evitar a procriação, ceifando os laços de maternidade e de paternidade da vida escrava. As poucas

⁴⁶ *Id.* p.356-357.

⁴⁷ MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982.

crianças nascidas, também não conheceriam, segundo Mattoso, estes mesmos laços.

Mas a questão não se encerra aí. *A paz das senzalas*⁴⁸, de Manolo Florentino e José Roberto Góes, é um dos estudos recentes que vem tentando investigar a questão da formação de relações sociais cativas - de forma particular a formação de parentesco.

Os autores apresentam um modelo teórico bem construído. Em primeiro lugar considera-se que a população cativa estava sujeita a permanentes entradas de novos elementos em seu meio. Dito de outra forma, algo que necessariamente deveria influir na vida e na sociabilidade dos cativos seria o tráfico atlântico de almas e suas flutuações. Neste caso, o estrangeiro seria tão comum a ponto de produzir uma espécie de tensão social, gestando permanentemente um conflito potencial. Assim, urgia a criação de mecanismos que possibilitassem a pacificação, ou seja, que viabilizassem a convivência que se lhes outorgava.

A formação de laços de parentesco seria, então, uma maneira de tornar o estranho mais próximo, e portanto passível de convivência. Obviamente, estes laços obedeceriam a regras próprias, como por exemplo a preferência pela endogamia que seria relativamente abandonada em períodos de pico no tráfico, quando, segundo os autores, haveria uma urgência em se aparentar.

Ao mesmo tempo, a formação de tais laços favoreceria ao senhor com a pacificação de seu plantel. Pacificação esta que o permitiria recorrer ao tráfico novamente, reintroduzindo novos estrangeiros que se integrariam ao plantel por meio de novos laços parentais. Este mecanismo estaria, na realidade

⁴⁸ FLORENTINO, Manolo e GÓES, J. Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997.

transformando alguém que a princípio seria um prisioneiro, em escravo. O que, por fim, permitiria a própria existência do cativo.

A conclusão que se chega é que a construção da identidade de escravo estaria totalmente vinculada à possibilidade destes se relacionarem entre si na condição de cativos. A julgar pelos resultados das pesquisas de Florentino e Góes, da mesma forma que a diferenciação social gerada entre os senhores era a essência do cativo na face branca, o parentesco o era na face negra. Aos senhores, uma hierarquização dada pela apropriação da renda gerada pelo trabalho cativo. Aos escravos, a possibilidade de viver enquanto tais pelo estabelecimento de relações autônomas no ventre do cativo.

Também abordando o cativo pelo que este apresenta de político, Robert Slenes, apresenta sua versão da família escrava em *Na senzala, uma flor*⁴⁹, um trabalho igualmente permeado de influências da antropologia. Para Slenes, as dissensões entre os escravos, mesmo os de etnias diferentes, não seriam tão relevante quanto para Florentino e Góes. Desse modo, a família escrava seria mais uma forma estabelecida pelos escravos de manter uma certa “resistência cultural”, ou seja, de frustrar as tentativas do senhor de submetê-los por completo.

Para Slenes, o caráter pacificador seria secundário, como seria diminuta a importância da renda política obtida pelos senhores, na consecução de matrimônios e outros laços familiares. As forças essenciais que acabariam se sobrepondo às demais seriam as trazidas da África sob a forma de lembranças e heranças. Estas seriam a flor que teimou em sobreviver no meio inóspito do cativo, e talvez tivesse sobrevivido exatamente por esta adversa condição.

⁴⁹ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999.

O percurso que foi feito até aqui demonstrou uma série de propostas que ampliaram a compreensão da sociedade escravista em questão e, ultimamente, das redes que se instauraram relacionando os seus membros. Mais do que isso, os estudos mais recentes buscaram compreender os mecanismos que constituíam senhores e escravos enquanto sociedade. Sem dúvida, o que mais interessa é compreender a escravidão fluminense e as possibilidades de explicar os mecanismos que transformavam os prisioneiros africanos em escravos.

Claro está que a família está no centro de várias das discussões sobre a relevância das relações sociais. Seu papel na constituição de uma identidade escrava vem se revelando cada vez mais fundamental, ainda que não se tenha uma posição definida da sua utilidade (ou, se pelo contrário, era nociva) para os senhores.

Talvez o estudo de plantéis isolado do tráfico, como os eclesiásticos ou os plantéis reais, possa apontar de forma mais completa para mecanismos familiares sustentáveis e perenes. Estes, se comparados com os padrões das propriedades ligadas ao tráfico, poderão demonstrar o seu peso relativo, bem como das lembranças e das reelaborações neste complexo jogo de forças.

3. Algumas idéias teóricas...

Chega, então, a nossa vez de tratar do tema. Após tantas idéias e interpretações possíveis, difícil é tentar se inserir em tão seleta galeria. Mas nos propomos a tentar produzir conhecimento e para tanto, devemos mostrar como entendemos a construção do passado.

Diante de uma massa de dados empíricos como a que temos, o que se impõe é a necessidade de criar meios que permitam tornar o aparente caos do mundo vivido em algo inteligível. Qualquer taxionomia tem por compromisso primeiro espelhar com o máximo de confiabilidade possível, descontados os limites e as generalizações inerentes a qualquer processo analítico, a realidade observada pelo pesquisador por meio da documentação.

Talvez resida aí uma tensão. Por um lado, temos a imperiosa necessidade de correlacionar, aproximar e comparar os dados que lemos nas fontes. Por outro, a tentativa às vezes bem sucedida, outras fracassada, mas sempre complexa, de não cometer as rasteiras generalizações que dão sentido, num único e curto golpe, a vários elementos aparentemente desconexos. Generalizações que, ao cabo de tudo, traem o leitor, apresentando-o a ilusão, nem sempre verossímil, de que a realidade é tão simples e clara quanto o que se descreve.

Neste dilema parece se deparar, por exemplo, Max Weber, quando tenta descrever a situação material dos trabalhadores rurais da Alemanha nas

províncias do Além-Elba.⁵⁰ Nesta tentativa de conhecer o meio rural, especialmente do ponto de vista de seus trabalhadores, uma das primeiras constatações que Weber apresenta ao seu leitor é que

... as diferenças na constituição do trabalho e no tipo de assalariamento são extraordinariamente grandes dentro de cada distrito, tente-se eliminá-las como se queira; e estas diferenças aparecem mesmo entre propriedades quase contíguas.⁵¹

Assim, difícil seria agrupar todos os trabalhadores do agro alemão sob uma rubrica como “operariado rural” ou “camponeses”, sem cair nas enganosas generalizações. Refinando a sua análise, o jovem Weber procura classificar a situação material dos trabalhadores por meio de eixos de interesses, isto é, por meio do comportamento do seu orçamento frente às intempéries conjunturais. Claro está que aspectos subjetivos tiveram que ser levados em consideração nesta análise, já que são muitos os fatores que entram nesta equação. É o próprio Weber quem destaca:

... O importante aqui não é tanto determinar o montante efetivo da receita do trabalhador, mas sim, de acordo com o tipo da mesma, se é possível uma economia ordenada; se ele e o empregador se julgam em uma situação boa, ou porque não, segundo suas opiniões *subjetivas*, justificadas ou não; e que tendência existe por tanto no interior das aspirações e interesses *subjetivos* de ambas as partes, pois *disto* dependem os passos seguintes do desenvolvimento futuro.⁵²

A idéia que um trabalhador faz de si mesmo, muito mais do que o que se poderia chamar de realidade objetiva, é o que move os seus eixos de interesse. Ampliando esse pressuposto, poderíamos deduzir que, para o autor,

⁵⁰ WEBER, Max. “A situação dos trabalhadores rurais da Alemanha nas províncias do Além-Elba - 1892”. in SILVA, José Graziano da e STOLCKE, Verena. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981.

⁵¹ *Id.* p. 15.

⁵² *Id.* p. 17.

os critérios de ação no meio social são subjetivos, ligados à concepção que cada indivíduo faz de si, do mundo que o cerca e da rede de relações na qual está imerso. De certo modo, Weber está fugindo de um sistema classificatório direto, com critérios geográficos ou baseados na renda bruta, por exemplo, e buscando nuances da vida camponesa.

Em um outro cenário completamente diverso do de Weber, escreve Karl Polanyi. Seu trabalho gira em torno dos “estimulantes altamente artificiais administrados ao corpo social”⁵³ para a formação de uma sociedade de mercado no século dezenove e os efeitos desastrosos destes “estimulantes” para a vida das pessoas comuns. *A grande transformação* nos chama atenção, em primeiro lugar, para o fato de que o sucesso de uma tendência histórica não representa a impossibilidade das demais em lhe fazerem oposição. Logo, o estabelecimento de economia de mercado no século dezenove não significou diretamente que nada foi feito a respeito pelas correntes que lhe eram contrárias.

Mas o ponto central da obra de Polanyi é o uso de uma abordagem de cunho antropológico para mostrar que, até o recente estabelecimento total de uma sociedade de mercado, as ações, inclusive as econômicas, estavam impulsionadas por motivações não-econômicas. O trabalho de antropólogos como Marcel Mauss sustenta a argumentação de Polanyi. Segundo eles, as sociedades em que o mercado não se auto-regulamentava, regiam suas relações econômicas por outros princípios que não os da permuta, compra ou venda.

⁵³ POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1980. p.72.

Muito maior influência tinha, nessas sociedades, padrões como a simetria, a centralidade e a domesticidade. Tais princípios garantiam a circulação e a redistribuição de bens e serviços, fazendo com que o mercado tivesse uma importância secundária, estando, portanto, as trocas regulamentadas por princípios sociais.

Desse modo, Polanyi pôde compreender o século XIX inglês não apenas como um momento em que se estabelece a organização de um mercado a partir de mercadorias reais (produtos industrializados), mas também como um ponto de resistência à formação de um mercado completo daquilo que ele chama de mercadorias imaginárias, ou seja, terras, trabalho e dinheiro.

Vários trabalhos de grande importância foram pautados na argumentação de Polanyi. De certo modo, tornou-se possível interpretar de uma forma mais profunda a dinâmica de sistemas de relações sociais até então tidos como fruto da imperativa lógica de mercado. Essa quebra na crença da onipotência e da onipresença do *homo economicus* na história, abre um espaço para que se procure outros mecanismos que estariam se movendo junto com as suas manifestações econômicas.

Os estudos da micro-história, em especial os de Giovanni Levi, exemplificam o que estamos tratando. Mas não apenas ele. Estudos desenvolvidos no Brasil, e acerca da vida colonial brasileira, também demonstram o alcance desta concepção da construção histórica.

3.1. As contribuições da micro-história

Do ponto de vista da abordagem historiográfica, as últimas décadas se mostraram profícuas. Na verdade, desde os tempos da “Escola dos Annales”, cada vez mais os historiadores passaram a buscar novas formas explicativas para fundamentar as suas pesquisas levando em conta fatores até então desprezados. Mentalidades, imaginário, símbolo, cotidiano e estratégias tornaram-se cada vez mais importantes para o tipo de compreensão do passado que se buscava.

Mais recentemente temos duas correntes que vêm se revelando bastante fecundas. Uma delas é nova história social inglesa, com destaque para obra de Thompson que tem nos mostrado várias influências dos padrões culturais e das relações sociais interferindo na lógica econômica. O conceito de “economia moral” tem possibilitado a reinterpretação de uma série de ações de movimentos populares.

Uma segunda vertente é a abordagem micro-histórica que analisaremos aqui mais detidamente. Nem sempre dissociada dos conceitos manipulados pela história social inglesa, esta abordagem, segundo um de seus principais autores, foi construída a partir de referências teóricas variadas e se estabeleceu inicialmente como uma prática em

...busca de uma descrição mais realista do comportamento humano, empregando um modelo de ação e conflito do comportamento do homem que reconhece sua - relativa - liberdade além, mas não fora, das limitações dos sistemas normativos prescritivos e opressivos.⁵⁴

⁵⁴ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”, in BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP. sd. p. 175.

Com isso fica mais ou menos claro que a micro-história se constitui no fio da navalha entre a autonomia individual e a total determinação das estruturas sociais que constrangeriam os indivíduos. Mais uma vez, o que temos é o enfrentamento dos limites analíticos, dessa vez alargados por um exame exaustivo nas fontes. O resultado é uma aproximação das partes componentes dos complexos sociais analisados, não tanto pelas similaridades do *status* social, mas pela posição nos sistemas de relação.

Um exemplo expressivo desta abordagem é o trabalho de Giovanni Levi, *A herança imaterial*.⁵⁵ À primeira vista o estudo se apresenta quase biográfico, centralizando a sua narrativa na trajetória de Giovan Battista Chiesa, um exorcista desviante da autoridade católica, que insiste em se manter em atividade a bem das advertências de seus superiores. Como pároco de Santena, Chiesa não se contenta com suas atividades tradicionais, dando início a uma carreira de pregações inflamadas, repletas de curas e expulsões dos demônios que atormentavam a gente que o seguia e o aclamava.

À medida que o trabalho avança, percebemos que o interesse de Levi vai se desviar para o desvendamento das redes de relações e das estratégias sociais estabelecidas pelos habitantes de Santena e do universo agrário que a cerca. Do ponto de vista da classificação social, a análise de Levi extrapola o óbvio da simples constatação da posse da terra por cada indivíduo. O que é absolutamente necessário, uma vez que o que está em jogo são estratégias familiares e não ações individuais regidas pela lógica puramente financeira.

⁵⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.

A base das estratégias se encontra no estabelecimento de relações - sejam estas solidárias ou de dependência. Há, no entanto, um problema de ordem metodológica a ser resolvido pelo autor. A documentação disponível é, em geral, derivada de apontamentos oficiais, realizados sob os auspícios de entidades reguladoras, como a Igreja e o Estado. Tais entidades, com suas chancelarias e burocracias, tendem a organizar de forma monolítica a sociedade, propendendo à uniformização e ao controle.

Ora, as estratégias as quais Giovanni Levi se refere são estabelecidas, no mais das vezes, para fugir a este controle. A questão então seria como perceber nas fontes as redes de relações que se formam na tentativa de se furta aos olhares de seus escribas. Estariam estes, de algum modo, anotando mais do que percebiam?

Aparentemente sim, sendo possível a Levi, contornar esta dificuldade mudando o foco do conceito de família. Não tanto como unidade doméstica - o grupo de pessoas que se reúne em torno do mesmo fogo - a família se revelou uma ampla rede de solidariedades com regras definidas e que só pôde ser apreendida pelo cruzamento sistemático de registros acerca de seus membros e da composição de árvores genealógicas.

Foi possível ao autor perceber um conjunto de características que se revelaram como base das estratégias familiares empreendidas pelos grupos arrendatários, mas não apenas por eles. A princípio, como já dissemos, os laços são formados no sentido de ligarem grupos não-co-residentes. Além disso, é parte das estratégias sociais a diversificação dos negócios, mantendo o arrendamento e uma certa quantidade de terras como propriedade, e eventualmente, o investimento na carreira de um ou outro membro do grupo.

Se este fosse sacerdote, poderia concentrar em seu nome maior quantidade de propriedades, favorecendo o grupo com os privilégios de seu ofício.

A endogamia também aparece como característica estrutural destes grupos familiares. Este comportamento tende a manter a estabilidade do grupo e a coesão das propriedades nas partilhas por herança. Desta forma zela-se pela não-disperção dos bens acumulados pelo grupo. De um modo geral, estes laços consubstanciados pela propriedade parecem ter sido por demais sólidos e estáveis, perdurando toda a vida e abrangendo as descendências - que no mais das vezes também eram ligadas pelos inúmeros laços de consangüinidade gerados pela endogamia.

A partir do trabalho de Giovanni Levi, podemos perceber o quanto esta abordagem micro-histórica pode favorecer no desvendamento daquilo que Carlo Ginzburg chama de indícios, paradigma pelo qual, cada vez mais historiadores vêm construindo suas interpretações, percebidas, em geral, a partir de uma análise de diversas fontes.

A alta concentração e a ampla sedimentação social dos escravos na Real Fazenda de Santa Cruz possibilitou a formação de uma rede de relações muito ampla, e o seu estudo pormenorizado nos revela a sua complexidade. Mas esta não era uma “célula” isolada do seu contexto histórico, ao contrário, por ser uma fazenda de um porte pouco usual, para não dizer único no Rio de Janeiro, freqüentemente estava no centro das atenções. Das atenções dos jesuítas, dos que os expulsaram, dos que insistiam em desmembrá-la, dos que a usavam de modo ilícito e principalmente dos que a habitavam.

Em primeiro lugar, pela sua própria necessidade, em segundo pelas intempéries que os atingiam, os escravos de Santa Cruz forjaram, ao longo dos

mais de quatro séculos que atravessaram, formas próprias de organizar a sua vida cotidiana. Criaram regras sociais que permitiram uma coexistência ordenada e que os permitiu usufruir os recursos da fazenda a bem de sua condição cativa.

4. Demografia e Escravidão em Santa Cruz

4.1. Toda história tem suas fontes

Em virtude da necessidade permanente de controle do patrimônio da fazenda e das responsabilidades que sobre ele recaiam, parece que era comum que fossem realizados inventários e resumos estatísticos. Com isso ficava registrado o montante global dos bens com que a propriedade contava em determinados momentos. Ocorre que de toda essa rica documentação, somente chegaram até nós dois resumos estatísticos (1790 e 1799) e apenas dois inventários completos: o primeiro realizado em 1791 e o segundo, embora a indicação do arquivo conste 1818, foi concluído certamente em meados de 1817.

Outra forma de mapear a escravaria da fazenda era com os relatórios de distribuição dos escravos segundo sua ocupação. Desses, nós localizamos dois bastante completos, o de 1815, extremamente importante por se tratar do período estudado, e o de 1849 ainda mais preciso em suas informações. Também foram localizados quatro resumos contendo informações básicas acerca do destino dos escravos, dois de 1855, um de 1856 e um de 1858.

A minuciosa anotação que envolveu a transição administrativa de 1791 nos revela alguns aspectos interessantes da Fazenda e, de modo mais próximo, sobre os seus escravos.

Os assentamentos realizados nesta ocasião referem-se às várias dependências da fazenda, descrevendo e catalogando todo o seu conteúdo. Assim, abrem a lista dos bens, a capela e seus objetos: painéis, imagens,

paramentos,... Localizada no centro social da fazenda, estava mais para igreja matriz do que para capela ou ermida. No seu interior havia uma série de imagens, sendo a mais pitoresca a de Nossa Senhora do Rosário, uma bela peça esculpida em madeira que, segundo consta, pertencia aos escravos.

Segue a casa, com a mobília, a prataria, e outras quinquilharias que por lá existiam. Grandes peças de mobília em madeira maciça, algumas provavelmente construídas lá mesmo pelos habilidosos artesãos. A esta sucedem, ainda, as diversas oficinas, o engenho, os vários currais existentes e chega-se, finalmente, à lista nominal dos cativos de Santa Cruz.

A lista é composta do nome, relação familiar, eventualmente ofício e estado de saúde, além da idade do escravo em questão. Como, no mais das vezes, essa fonte nos revela, em primeira instância, a impressão do seu autor sobre a realidade que vislumbrava. A nós resta garimpá-la em busca de indícios que falem da escravidão em Santa Cruz.

Não há como saber ao certo quais foram as condições de confecção desta lista. Ocorre, porém, que todo o corpo documental do inventário se estrutura por meio de lugares físicos onde os bens inventariados estariam alocados. A espacialidade se mantém presente em todos os apontamentos, auxiliando nas descrições da situação do patrimônio. Assim, ao que tudo indica, com os cativos deve ter-se dado o mesmo.

Nos parece que seria impossível imaginar uma única e gigantesca senzala que comportasse a totalidade dos 1.342 cativos. Também não há na fonte qualquer menção sobre a existência de compartimentos coletivos, algo que se assemelhasse aos vários currais existentes na fazenda. Como, então,

essa espacialidade que caracteriza todo o inventário se faria perceber na lista dos seus cativos?

Seu formato sugere tratar-se do resultado de uma coleta de dados feita por unidades domésticas como num recenseamento: o mais corriqueiro dos inventários de massas humanas. A existência de chaves na margem esquerda do papel, possivelmente postas pelo próprio inventariante, une os elementos de um mesmo grupo. À guisa de ilustração, descrevemos as duas primeiras famílias, tal como a fonte apresenta:

{	Domingas Correa	Viúva	36
	Manoel Antonio	Filho	12
	Florencio Teixeira	Filho	04
{	Feliciano de Barros	Marido	5
	Joana da Silva	Mulher	32
	Joze da Silva	Filho	quebrado das costas ... 13

Ora, com base nestes indícios, podemos postular que a população escrava de Santa Cruz habitava unidades domésticas; pequenas senzalas onde residiam, em tese, um grupo familiar. A gravura disponível, um quadro de Debret, confirma esta hipótese, e nela aparecem várias unidades ladeando o terreno principal em frente à igreja.

Outros documentos como cartas de pedido de alforria encaminhadas ao Imperador D. Pedro II, e que agora se encontram depositados no arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, indicam que o número do grupo familiar compunha um sistema de endereçamento pelo qual, associando-se o nome e o número da unidade, seria possível singularizar inequivocamente um cativo dentre os mais de mil que habitavam o centro de Santa Cruz.

O segundo inventário, datado nos registros do Arquivo Nacional pelo ano de 1818, traz uma série de informações acerca deste grupo durante o desenrolar dos anos de 1817 até meados de 1821. Sua concepção já previa alterações, de tal forma que funcionassem como assentamento de um “livro caixa” da população de escravos. Tendo-o aberto diante de si, o leitor encontra uma divisão funcional entre as páginas, a da direita contém um número para o escravo, o número do grupo ao qual pertence, sua posição no grupo (a exemplo do inventário anterior se é casado, esposa, filho, neto, enteado,...) e a idade. Na página à esquerda é possível ver, no alto, a palavra “Observações” e abaixo dela, comparecem informações complementares como profissão, alforria, de que grupo é procedente (em caso de casamento celebrado entre 1817 e 1821), data de nascimento ou de batismo (excludentemente, isto é, se aparece nascimento, nunca aparece batismo; se figura a data de batismo, não consta a data de nascimento - tornando impossível estimar um prazo entre o nascimento e a celebração do batismo).

Este rico conjunto de informações nos permitirá acompanhar a dinâmica populacional dos escravos do rei em Santa Cruz por pelo menos 3 anos. Embora figurem nestas páginas as informações referentes aos anos de 1817 e 1821, eles podem estar minados pela sub-numeração. Isto se deve ao fato de que o inventário ficou pronto em meados de 1817, já contando todos os que nasceram ou chegaram; e descontando os que morreram ou se foram. De modo análogo, o ano de 1821, também está incompleto, só que de modo mais radical, já que apresenta apenas as mudanças até a metade do ano.

4.2. Dos números da origem

De certo modo, o que nos propusemos foi analisar as estratégias de vida da população de Santa Cruz. O objetivo é descobrir que tipo de artifícios esses habitantes utilizavam para lidar com o seu contexto histórico, procurando maximizar as vantagens e minimizar as perdas geradas pelos movimentos históricos.

Alguns autores, como Mary Karasch, por exemplo, acreditam ser possível definir o escravo “médio”, postulando que se alguém fosse um escravo desembarcado no Rio de Janeiro em meados do século XIX, seria provavelmente um menino pequeno ou um adolescente. Seria então este o agente das estratégias escravas?

O método usado por Karasch apresenta alguns problemas. O primeiro, é a amostragem que ela utiliza para basear as suas afirmativas. O universo de análise é de quatro navios apreendidos; um depois de 1831, data da lei regencial contra o tráfico, e três depois de 1850, quando esta legislação se torna mais rígida. Além disso, tentar desvendar um escravo típico pode ser de pouca valia do ponto de vista metodológico, já que tal “peça” nada mais é do que o indivíduo mais estatisticamente freqüente dentro de uma população. Em outras palavras, ele é um dos pontos dentro da malha social formada pela população escrava.

Decerto, este “típico” cativo não está só. Por isso, para identificar o ator, ou antes, o elenco que encena a trama que reconstruímos na história, talvez seja mais interessante tentar compreender a estrutura populacional. Seria mais eficaz identificar o peso que cada parcela da população tem perante a

totalidade, do que nos deixarmos levar pelo cálculo de um indivíduo típico que, dependendo do caso, pode nos fornecer o que representa uma parcela que se quer compõe mais de 50% do grupo.

Certamente este recurso não pode ser utilizado em cem por cento dos casos. Frequentemente estamos falando de um grupo composto apenas por homens, ou apenas por mulheres, ou nos interessam apenas as crianças; em outros casos as fontes não permitem uma tal reconstrução; enfim vários são os motivos que podem evitar o recurso. Mas se for possível...

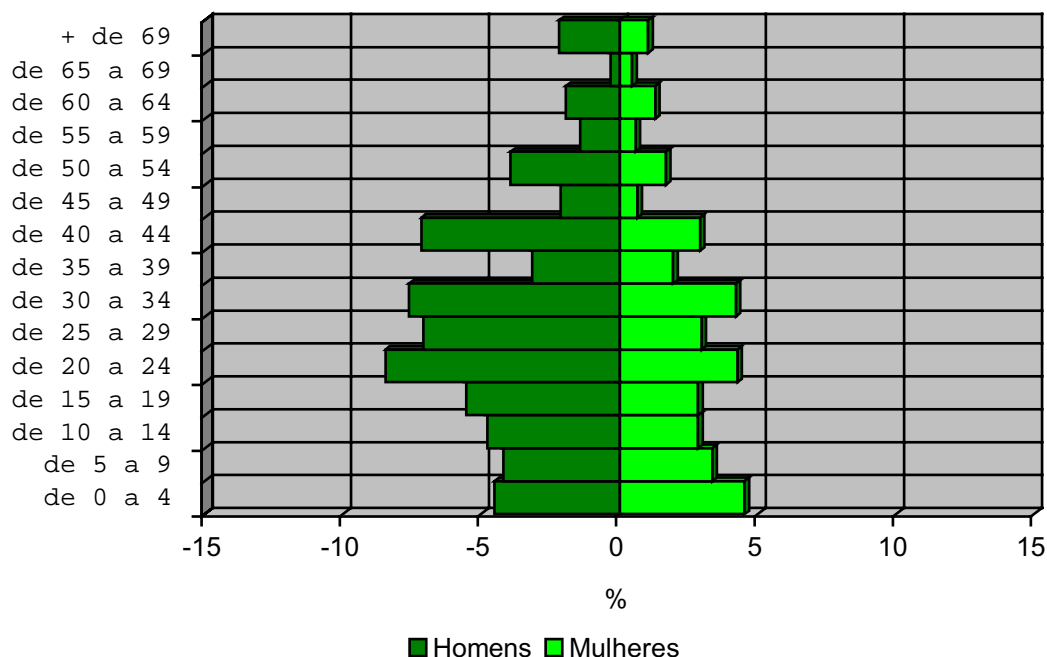
Sendo possível construir uma estrutura etária-sexual será de grande valia para a captura do perfil não apenas do grupo majoritário, mas da população como um todo, e um todo orgânico. Em geral, utiliza-se um gráfico para expressar o peso relativo de cada uma das faixas etárias em ambos os sexos, de tal modo que a partir da origem, temos um lado masculino (esquerda) e um feminino (direita). Seu formato é, no mais das vezes, piramidal, daí o nome: pirâmide etário-sexual.

A partir dos inventários *post-mortem* dos grandes proprietários de escravos falecidos entre 1810 e 1830, depositados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro,⁵⁶ foi possível calcular o peso percentual de cada coorte perante a população destes grandes plantéis. A idéia aqui é compor a estrutura demográfica dos plantéis de escravos com 50 ou mais indivíduos.

O Grafico 1 apresenta a pirâmide destes plantéis.

⁵⁶ Os dados desses inventários nos foram cedidos pelo Dr. Manolo Garcia Florentino, a quem agradecemos pela generosidade.

Gráfico 1: Estrutura Sexo-Etária dos Escravos das Fazendas de mais de 49 Escravos do Agro Fluminense entre 1810 e 1830



Fonte: Inventários *Post-mortem*. Arquivo Nacional. RJ.

Ocorre que o gráfico acima não tem o aspecto triangular do qual deriva o seu nome. Em primeiro lugar, sua base é relativamente menor que várias faixas do corpo, o que indica um peso menor da infância nesta população. Além disso, existe uma desproporção entre os percentuais dos adultos e ela pode ser percebida na dilatação do lado masculino.

A causa da menor proporção de infantes pode estar ligada a dois fatores básicos: baixa natalidade ou alta mortalidade infantil. O primeiro é a expressão de uma perda na capacidade reprodutiva pela queda na taxa de fecundidade do grupo que estaria tendendo a conter a reprodução, voluntária ou compulsoriamente. Isso poderia se dar caso o número de celibatários crescesse demasiadamente, ou as regras morais que regulamentam as relações sexuais fossem tão rígida e eficiente que estariam logrando distanciar

os membros desta população da procriação. Uma alternativa explicativa seria o uso de métodos contraceptivos que permitiriam os intercursos sexuais sem que deles redundassem descendentes.

A outra causa de uma base estreita seria a morte prematura em grande escala. Uma alta taxa de mortalidade infantil, a rigor aquela que ceifa até um ano depois do nascimento, também poderia ser responsabilizada pela pequenez relativa das coortes da infância. Assim, a população estaria se reproduzindo, porém a morte lhes estaria confiscando os rebentos em tal escala que, a bem de um razoável número de nascimentos, esta população teria dificuldades de se manter no tempo.

No período colonial, uma alta mortalidade infantil não seria apanágio da população escrava, pois as taxas eram elevadas para toda a população. Porém as dificuldades do cativo podem tê-la ampliado. Além disso, as taxas de fecundidade e natalidade entre os cativos são relativamente pouco expressivas, o que gerava uma população infantil de menor peso proporcional.

Se imaginarmos esta população como fechada, isto é, sem o ingresso de estrangeiros, a permanência desse quadro conduziria aos dobres de finados do grupo, uma vez que as gerações vindouras seriam menores que as anteriores. Quer seja pela baixa natalidade ou pela alta mortalidade infantil, este agrupamento não teria, por si só, como se perpetuar.

Outro dado importante a respeito destas coortes, é o equilíbrio em que se encontram do ponto de vista sexual. As proporções entre meninos e meninas até os dez anos aproximadamente, são praticamente as mesmas. Isto revela que, se por um lado, o pequeno crescimento endógeno poderia levar à extinção desta população, levaria antes a um maior equilíbrio sexual.

Isso nos leva a analisar as coortes superiores a dez anos. Como dissemos, basicamente a partir deste ponto tem início uma vertiginosa desproporção sexual. O volume relativo de homens tende a crescer até ultrapassar a cifra de 8%, enquanto no lado feminino, as mesmas coortes não alcançam 5%. Ora, se como vimos anteriormente, os nascimentos, ainda que pouco expressivos, conduziam a um equilíbrio sexual, tal desequilíbrio não tem origem endógena. A explicação para esse fenômeno deve ser buscada fora do grupo, ou melhor, de fora para dentro.

A população cativa estava sujeita ao permanente ingresso de estrangeiros vindos da África, atravessando a *calunga* do Atlântico aferrados no tráfico de almas, transformados em prisioneiros, mercadoria e lucro, antes de serem efetivamente escravos.⁵⁷ Aos senhores laicos e privados da província do Rio de Janeiro, como de resto quase toda a colônia, o tráfico servia como principal fonte de mão-de-obra, gerando em suas senzalas plantéis nos quais as taxas de crescimento endógenas pouco contribuíam para a manutenção do nível populacional.

Seria o tráfico, então, o responsável pelo desequilíbrio etário sexual da escravaria do agro-fluminense. Mas, como? A primeira hipótese é baseada em uma demanda colonial por braços masculinos e em idade produtiva. Aponta para isso, o elevado preço que um cativo africano nesta idade alcançava nas avaliações dos inventários *post-mortem*, no meio rural fluminense. Segundo Manolo Florentino, este valor poderia superar o das escravas em iguais condições em até 25%.⁵⁸

⁵⁷ Essa discussão se fundamenta em: GÓES, J. R. e FLORENTINO, M. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1997.

⁵⁸ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1997. p. 60.

Mas seria apenas isso? Além da demanda colonial é possível imaginar fatores inerentes à África, como os que foram apresentados por Klein e Engerman,⁵⁹ tenham contribuído para isso. As mulheres seriam a principal força de trabalho agrícola em grande parte da África, além disso, representariam capacidade genésica para a população local. Outros fatores podem ter contribuído para uma eventual escassez na oferta de escravos na África, como, por exemplo, o papel preponderante que elas desempenhavam no comércio em várias regiões da África, dando às mulheres acesso a bens que lhe poderiam valer um resgate. Há ainda o desvio de mulheres para a escravidão no Islã que também pode ter exercido influência nesse quadro.

No entanto, como poderia uma eventual menor oferta de mulheres não redundar em um aumento de seu valor no mercado colonial. Pode ter havido uma confluência de interesses de tal modo que a demanda preferencial colonial tenha se coadunado a oferta mais abundante na África. De mais a mais, tratava-se de uma sociedade em que a lógica de mercado ainda não estava plenamente estabelecida.

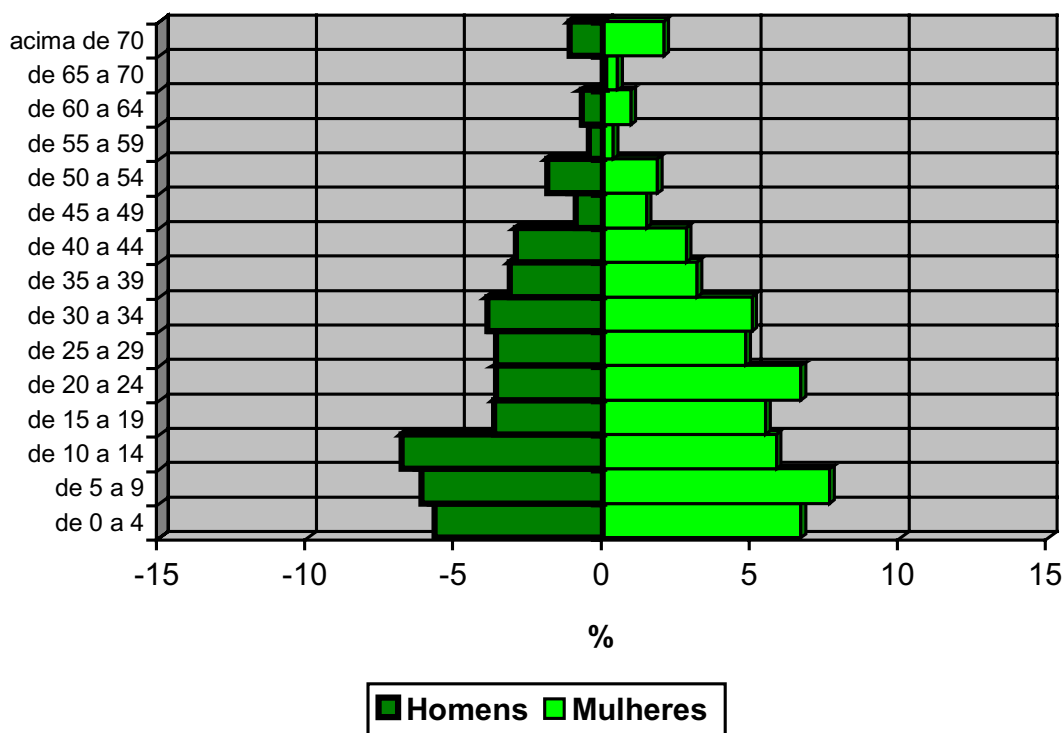
Acresce-se a tudo isso, a condição de cativo, isto é, ser propriedade de outrem, que também conferiu à população em questão uma curta expectativa de vida, o que confirma a estreiteza do cume de sua pirâmide. Após a dilatação das idades preferenciais na produção, o gráfico tende a uma redução bastante acentuada, indicando que relativamente poucos chegavam à velhice. Dito de outro modo, quanto mais avançava a idade do escravo, mais vertiginosamente crescia a probabilidade da sua morte, configurando uma expectativa média de vida relativamente curta.

⁵⁹ KLEIN, Herbert e ENGERMAN, Stanley L. "A demografia dos escravos americanos". In MARCÍLIO, Maria L. (org.) *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes. 1982. pp. 208-227.

Essa era a situação da escravaria dos grandes plantéis do agrofuminense. Mas, trata-se de propriedades particulares, regidas pelos desígnios e interesses dos senhores laicos e privadas da Província do Rio de Janeiro. Nossa investigação se dirige no sentido de recompor a vida de um grupo de cativos muito específico: os escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. Situada no contexto agrário da Província, esta fazenda possuía um elevado número de escravos.

Estariam eles distribuídos segundo as características dos demais plantéis que os circundavam? O Gráfico 2 mostra a estrutura populacional do primeiro inventário.

Gráfico 2: Pirâmide etária-sexual dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791.



Fonte: Inventário da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791. Arquivo Nacional. RJ.

A crer na contagem do escriba do inventário de 1791, a população de cativos de Santa Cruz apresentava uma formação bastante peculiar, principalmente se tratando de escravos.

De modo oposto ao dos grandes plantéis de escravos do Rio de Janeiro, a base da pirâmide referente à Santa Cruz indica uma grande presença de crianças. Os nascimentos e a infância, ou seja, os escravos de 0 a 14 anos, eram responsáveis por 40% da população em 1791. Para esse plantel é possível que o crescimento endógeno tenha sido crucial para o incremento do seu nível populacional. Dessa forma o tráfico teria um peso abissalmente menor para essa fazenda específica do que para o agro-fluminense em geral. É pouco provável que houvesse estrangeiros em número significativo nesse plantel. Deriva daí que Santa Cruz pode ter se desenvolvido, ao menos durante os anos próximos de 1791, como uma comunidade fechada no que diz respeito ao ingresso de estrangeiros. Era um lugar de arraigados, chão de raiz.

Também aponta para isso a existência freqüente de sobrenomes entre os escravos da Fazenda, o que constitui um poderoso indicativo de sedimentação social, sugerindo a existência de uma comunidade. Ocorre que mesmo os cativos mais velhos já tinham um sobrenome que não lhes indicavam a procedência africana. Como se percebe em várias fontes⁶⁰ e em obras diversas, como em Mary Karasch, os africanos tinham sua origem manifesta na composição de seu nome. Isso ocorria de várias formas. O cativo poderia ser chamado pelo nome seguido das expressões “de nação” ou simplesmente “nação”, “Guiné” ou “gentio da Guiné”, em oposição ao “gentio da terra” como eram tratados os índios. Numa classificação mais detalhada, a

⁶⁰ No inventário de 1818 constam alguns escravos africanos, o segundo nome ou um acréscimo indica a procedência africana. Assim, João Cabinda e Anna Izabel, escrava da Costa, são facilmente identificados como vindos da África.

origem ou o porto de embarque poderia compor o nome do africano, formando uma legião de “manoéis congo”, “marias mina”, “antonios calabar”, “josés cassange”,...

Aos nascidos na colônia, no mais das vezes lhe era atribuído o qualitativo de “crioulo”. Com muito mais raridade vemos escravos com sobrenome, sendo mais comum que assumissem um após a alforria. Em Santa Cruz os sobrenomes são absolutamente comuns, contemplando escravos de todas as idades e sexos. Na verdade, todos os escravos são nomeados com um nome composto, não se podendo afirmar que sejam todos sobrenomes. Porém, existiam lá vários “teixeiras”, “pereiras”, “ferreiras”, “costas”, “fernades” e outros, indicando uma complexa rede de parentesco instituída há muito e que ligava os cativos da fazenda uns aos outros há gerações.

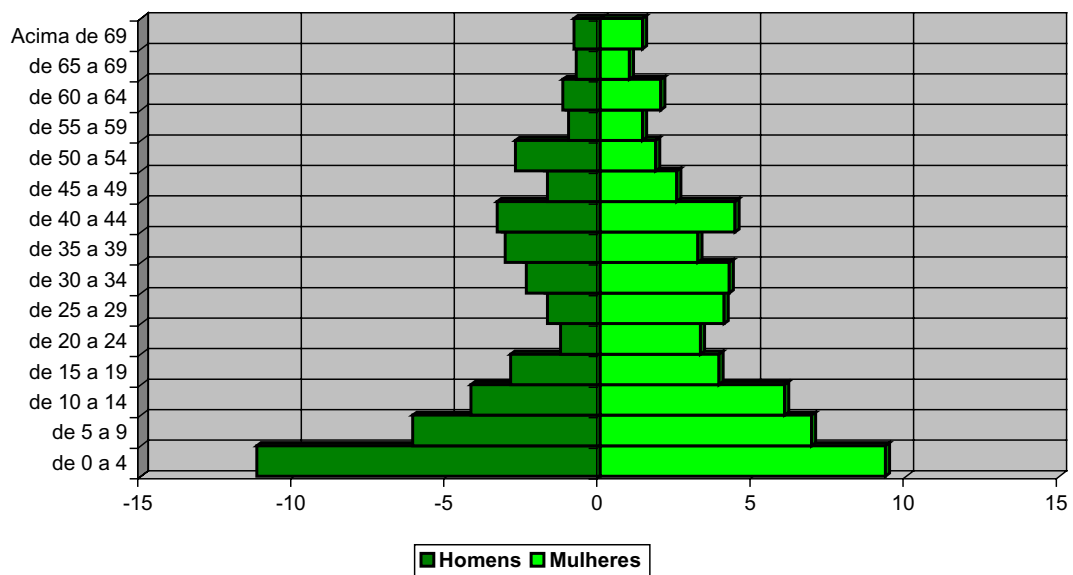
4.3. Dos que se foram...

Uma outra tendência é perceptível na pirâmide etário-sexual da Fazenda. Novamente na contra-mão da população escrava da região agrária fluminense como um todo, Santa Cruz tem a proporção de homens em idade produtiva menor. No caso dos plantéis laicos e privados, o volume populacional concentrado nos homens em idade produtiva se deve ao tráfico atlântico que, como dito anteriormente, agia de modo seletivo na travessia, primando pela presença de homens entre 15 e 30 anos. Santa Cruz apresenta um quadro inverso. Se por um lado, o contorno da pirâmide etário-sexual sugere que a comunidade de escravos se reproduzia sem o auxílio do tráfico; ao mesmo tempo indica uma “ausência” de homens em idade produtiva.

Isso se dá não apenas no inventário de 1791. Vinte e cinco anos depois, é possível observar uma deformação semelhante, sendo ainda mais acentuado o estrangulamento da pirâmide. O gráfico 3 mostra a distribuição populacional dos negros da Fazenda segundo o inventário de 1818. A julgar pela sua configuração, neste momento não apenas os homens estariam sendo deslocados com maior intensidade, mas um considerável número mulheres, aproximadamente na mesma faixa etária também.

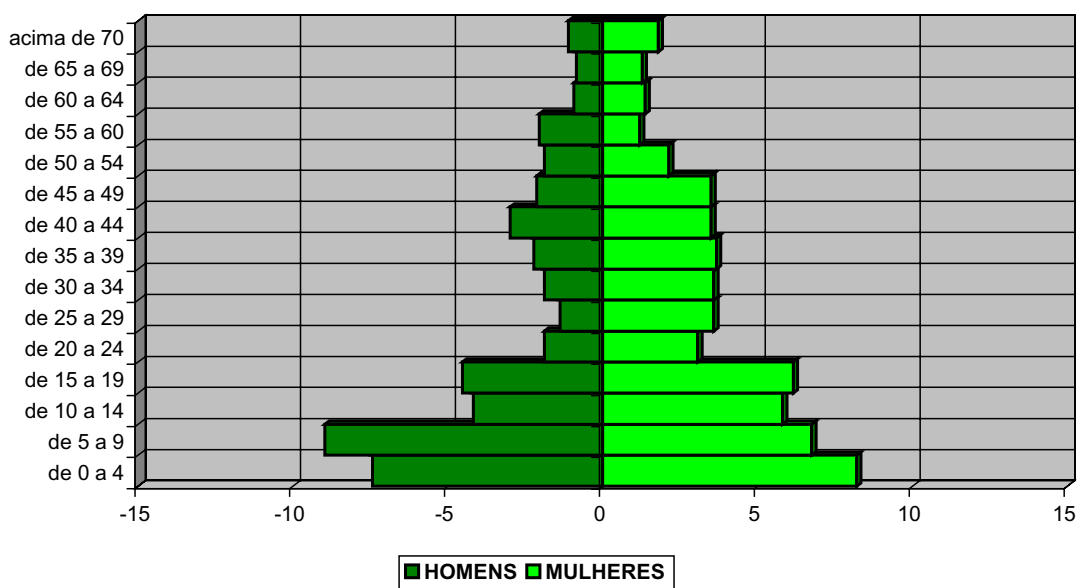
Atualizando-se as informações do inventário original de 1817, com base nas anotações nele inseridas posteriormente, chegamos à população de escravos que habitavam Santa Cruz em 1821, isto é, cinco anos depois.

Gáfico 3: Pirâmide Etário-Sexual dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818.



Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818 Arquivo Nacional. R.J.

Gráfico 4: Pirâmide Etário-Sexual dos Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1821.



Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818. Arquivo Nacional. R.J.

O gráfico 4 apresenta os resultados desta operação. Ele também nos indica que este possível movimento de evasão populacional não era uniforme quanto à duração. A situação expressa no gráfico 1 se apresenta na coorte masculina de 45 a 49 anos do gráfico 3 e na coorte masculina de 50 a 54 anos do gráfico 4. Do mesmo modo, o estrangulamento que se destaca no gráfico 3, aparece ainda no gráfico 4 uma coorte acima. São em ambos os casos, reflexos do mesmo movimento original que se estende pela história demográfica do grupo.

Há que haver uma explicação para isso. Duas hipóteses lógicas se impõem por sua obviedade: ou estes cativos morreram, ou saíram de lá, por algum motivo. Neste caso, poderiam ter obtido suas alforrias, fugido ou transferidos para trabalhar em outros lugares.

Quanto a primeira hipótese, observe-se o que diz a tabela 1. Nela constam os cálculos que se pôde realizar com base nos dados anotados no inventário de 1817. Seu propósito é auxiliar na investigação da parcela da população que desapareceria com maior probabilidade pela morte. Ainda que estejam calculadas porcentagens em universos inferiores a cem, é possível, por meio destes dados, inferir que a mortalidade ceifa em grande medida as crianças escravas, na essência, aqueles até quatro anos de idade. Claro está, que entre os idosos a mortalidade também é elevada, como seria de esperar.

Tabela 1: Morte e Mortalidade na Escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1817-1821.

	1817		1818		1819		1820		1821	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Óbitos de 0 a 4 anos	4	25	16	48	19	32	62	74	13	54
Óbitos de 5 a 15 anos	2	12,5	3	10	5	8	4	5	1	5
Óbitos de 16 a 39 anos	2	12,5	6	18	11	18,5	7	8	8	32
Óbitos de 40 ou mais anos	8	50	8	24	24	40,5	11	13	2	10
Total de óbito	16	100	33	100	59	100	84	100	12	100
Total da população ao final do ano	1169		1197		1210		1174		1185	
Taxa Bruta de Mortalidade	1,4		2,8		4,9		7,2		2,0	
Percentual de mortes ocorridas até 1 ano de vida	12%		21,3%		27,1%		37%		33,3%	
Taxa Específica de Mortalidade de 0-4 anos	0,9		3,3		3,9		14		2,9	

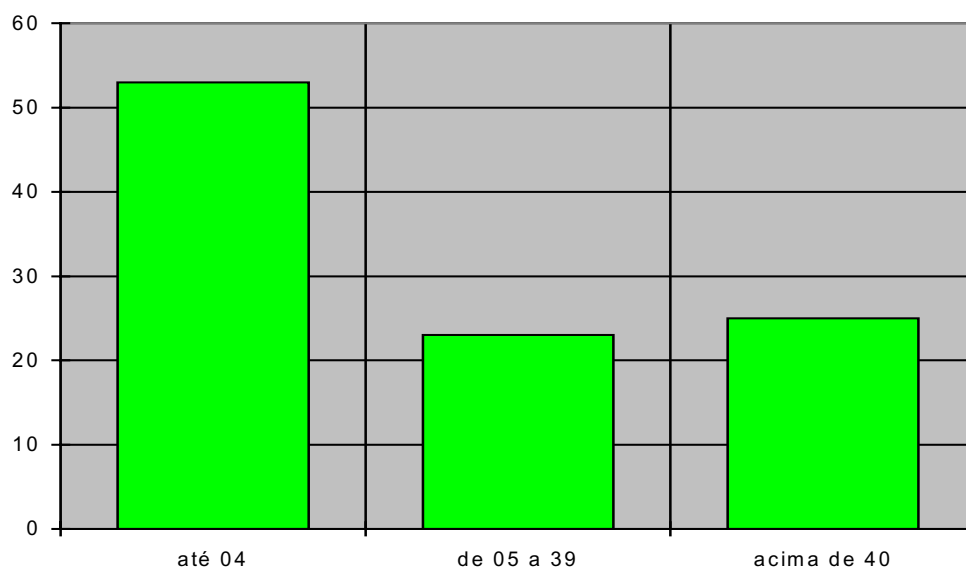
Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional, RJ.

A bem da verdade, a taxa de mortalidade em Santa Cruz neste período era caudatária de uma morte na infância – a sua proporção determina o peso da mortalidade dos idosos que oscila dentro de uma faixa bem menor de ocorrência. Embora tal situação não fosse apanágio deste grupo específico, na Fazenda o índice parece ter sido bastante expressivo.

O gráfico 5 expressa a representatividade da morte nas grandes faixas etárias para os cativos de Santa Cruz. A mortalidade nas idades inferior aos cinco primeiros anos corresponde à aproximadamente metade dos óbitos. O percentual extremamente elevado se deve, em parte, ao abissal índice de mortalidade verificado no ano de 1820. Talvez, epidemias de tétano ou tuberculose, ou as “febres”, ou ainda a disenteria tenha contribuído para que 14% das crianças que perambulavam pela vila dos escravos fossem ceifadas naquele funesto ano. A capacidade de contágio na vila dos escravos, ao que

tudo indica, era bastante elevada, provavelmente devido à alta concentração populacional (semi-urbana) e a possível circulação dos cativos em diversas esferas pouco salubres, como as ruas do Rio de Janeiro, colocando esses cativos expostos a endemias.

Gráfico 5: Mortalidade entre os Escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1817-1821.



Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional - RJ.

Tabela 2: Distribuição sexual dos nascimentos e óbitos entre os escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1717 - 1721.

	1817		1818		1819		1820		1821	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Nascimentos	11	15	28	33	36	35	17	30	11	8
Óbitos em idade inferior a 5 anos	4	0	8	8	9	12	31	34	5	7
População total	1169		1197		1210		1174		1185	
Crescimento populacional (por mil)	6	13	17	21	22	19	-12	-3	5	0,1

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818 (sic.) Arquivo Nacional, RJ.

Médias de crescimento populacional entre 1817 e 1821:

- População masculina: 7,6 p/mil.
- População feminina: 10 p/mil.

Na análise da divisão sexual da mortalidade dos escravos da Fazenda, o que temos está apresentado na tabela 2. A princípio ela possui um equívoco: na contagem da natalidade o número de batizados foi computado junto com os nascimentos. Isto se deve ao fato de que a fonte não registra um único caso em que figurem, simultaneamente, as datas do nascimento e do batismo. De fato, por um mecanismo que ainda permanece desconhecido, os registros da existência de nascidos se davam alternativamente por nascimento ou batismo, com uma ligeira preferência pelo segundo.

Esse é um erro que bem poderia ser descrito como erro padrão. O problema se constitui basicamente em contar, num determinado ano, os escravos nascidos no ano anterior e batizados neste. Porém o equívoco se estabiliza, uma vez que não contamos, neste tal ano, os que nasceram nele e serão batizados no seguinte.

Segundo os dados, a população masculina parece ter que enfrentar maiores dificuldades para se manter. Não apenas contava com um número geral de nascimentos cerca de 15% menor, como ainda tinha que se haver com uma taxa de mortalidade praticamente igual à feminina, o que lhe acarretava um crescimento populacional equivalente a $\frac{3}{4}$ do crescimento feminino. Chama a nossa atenção, ainda na tabela 2, o fato de que no ano crítico de mortalidade,

1820, o decréscimo populacional masculino tenha sido quatro vezes maior que o feminino.

No entanto, esta seria a explicação para a formação demográfica como a observada? É difícil dizer. É de estranhar que não apareçam fraturas demográficas nas coortes da infância, onde mais da metade das mortes ocorrem. Embora isso pudesse ser indício de um ciclo epidêmico de larga distância entre um pico e outro, não parece ter sido essa a origem da deformação na pirâmide etário-sexual da escravaria.

Quanto à segunda hipótese colocada anteriormente, é necessário desmembrá-la nas suas diversas possibilidades. As manumissões, as fugas, os presos e o deslocamento de mão-de-obra podem, em conjunto, mas não necessariamente com o mesmo peso, fornecer algumas evidências quanto à evasão de população em Santa Cruz.

Nas atualizações feitas no inventário de 1818 aparecem oito alforrias registradas. Além dessas, repousam no livro de registros do Cartório do 1º Ofício mais dez alforrias, que segundo Debret,⁶¹ teriam sido ordenadas por D. Pedro I quando ainda era Príncipe Regente, entre 1821 e 1822. No entanto, no documento consta como tendo sido ordenadas pela Princesa D. Maria Pereira e executadas pelo Marquês de Valadares (uma) e pelo Visconde de Magé (nove).

Não se pode de maneira nenhuma afirmar que essas sejam todas as alforrias concedidas durante os anos de 1818 até 1821. O que também não significa que não seja uma razoável amostra delas. Desses registros temos apenas 8 homens, dentre eles conhecemos as idades de apenas três. Suas

⁶¹ DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. v. 3. Paris, 1834.

idades correspondem às extremidades da faixa etária produtiva, e mesmo entre as mulheres, totalizando 14, a exceção seria a liberta Maria Izabel, a única que pagou pela sua liberdade. Embora reduzida, a amostragem que dispomos aponta para uma frequência maior de alforrias femininas um privilégio para os mais jovens, até 13 anos, e os mais velhos, acima de 40 anos. Portanto as alforrias poderiam contribuir muito pouco com o fenômeno demográfico que estamos investigando.

Tabela 3: Manumissões de escravos residentes em Santa Cruz entre 1818 e 1822

Data	Registro	Escravo	Id.	Obs.
	Santa Cruz	Maria da Conceição	4	Veio da Quinta liberta
	Santa Cruz	Bernardo Telles	-	Comprado por 256\$000
	Santa Cruz	Quintilliano Joaquim	4	
	Santa Cruz	Ursula Antunes	47	Casada com Flugencio Dias
14/03/1818	Santa Cruz	Maria Izabel	22	Alforria paga: 153\$600
23/03/1818	Santa Cruz	João Marianno	9	
05/04/1819	Santa Cruz	Maria Joze	13	
03/04/1821	Santa Cruz	Flugencio Dias	42	Liberto com a esposa por ordem de El Rey
18/04/1821	1º Ofício	Venceslau Marques	40	Consta no inventário de 1818
25/04/1821	1º Ofício	Manoel Garcia e sua filha	-	
25/04/1821	1º Ofício	Maria das Neves	62	Consta no inventário de 1818
25/04/1821	1º Ofício	Sebastião de Lima	-	
27/04/1821	1º Ofício	Joana Aoria e as filhas Cristina e Maria	-	
27/04/1821	1º Ofício	Maria do Espírito Santo	1	Consta no inventário de 1818
27/04/1821	1º Ofício	Arcângela de Jezus	1	Consta no inventário de 1818
28/04/1821	1º Ofício	Maria de Jezus Barcellos	-	
19/05/1821	1º Ofício	Ignácio da Alegria e sua esposa Felícia Maria	-	
21/03/1822	1º Ofício	Florinda Thereza	11	Consta no inventário de 1818

Fontes: Inventário da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818 e Livro de Registros do Cartório de 1º Ofício – Arquivo Nacional (RJ).

As fugas, ou deserções como eram chamadas, constituem uma outra alternativa a ser investigada. Em maio de 1808, o coronel Couto Reys troca

correspondências com João Abreu de Miranda Varejão.⁶² Nelas constam listas de escravos ausentes da fazenda por vários motivos, dentre os quais a deserção e a prisão. Trata-se, ao todo, de 71 escravos, sendo 43 desertados (41 homens e 2 mulheres) e de 28 presos, a maioria deles na fortaleza de Santa Cruz. Se computarmos pela população de 1817, teremos cerca de 6% da população geral e mais ou menos 12% dos homens. Essas cifras nos parecem bastante consideráveis.

Além disso, nos anos de 1817 a 1821 foram registradas no inventário mais quatro fugas. O primeiro caso é o de Manoel da Cruz Barbado, um viúvo de 42 anos que morava com sua filha Angélica de 16 anos. No campo de “observações” do seu registro no inventário consta simplesmente a palavra “desertado”.

O segundo caso é Victorino Marques, um viúvo de 42 anos de idade que compunha solitário a unidade 398 do inventário de 1818. Encontra-se no campo “observações” desse escravo a seguinte sentença: “Apresentado pelo perdão de Sua Majestade em 23 de junho de 1817”. Ao que parece, tal perdão se refere a uma fuga pretérita mal sucedida. Mas as desventuras de Victorino não se encerram aí, em 21 de junho de 1818 há uma nova fuga que termina em um retorno aparentemente pacífico.

Não é o que se dá com Manoel Joaquim, do domicílio 72 onde morava com sua mãe, a viúva Anna Joaquina. Nas observações pertinentes a esse cativo foi redigida uma breve história dos acontecimentos recentes de sua vida. Segundo consta, Manoel Joaquim havia desertado anteriormente, sendo apresentado pelo perdão de Sua Majestade El Rey em 15 de julho de 1817.

⁶² Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808... Biblioteca Nacional.

Em março do ano seguinte foi enviado para a Quinta, de onde retornaria menos de um mês depois. Não há como saber o que de fato ocorreu na breve passagem de Manoel pela Quinta, mas o que se tem por certo é que em março de 1819 é dado por desertado uma segunda vez. Se descontarmos os seis meses de carência para que se classifique um escravo como desertado, é possível que em setembro de 1818, ou seja, cinco meses após regressar da Quinta, ele estivesse abandonando a Fazenda novamente. Ao contrário de Victorino, não há registro de retorno de Manoel.

Por fim, temos Francisco Gomes que abandonou Santa Cruz em junho de 1817. Era solteiro, 22 anos, morava com sua mãe, a viúva Victorianna Pereira. No seu caso consta apenas a observação de sua deserção e a data da fuga. Como ele, outros escravos foram igualmente reapresentados pelo perdão de Sua Majestade – todos homens e a maioria entre 20 e 35 anos, não destoando muito do padrão geral de fuga de cativos. Há registro de que em 1849, isto é, 28 anos depois, o número de desertados é razoavelmente maior. Havia 18 foragidos,⁶³ sendo 17 homens e uma mulher. Isso indica que a média daqueles que abandonavam Santa Cruz poderia oscilar em torno do 10 a 20 escravos.

É possível que as fugas e as prisões fizessem a diferença na pirâmide etária que analisamos? É provável que sim, contribuindo para acentuar a ausência de homens na Fazenda, mas não explicaria a amplitude e nem o fato do lado feminino ser atingido a partir de 1817.

A outra forma de evasão de população seria o deslocamento de mão-de-obra para outros lugares. Quanto a isso, é possível dizer que posteriormente ao

⁶³ Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Datado de 30/06/1849 e assinado pelo escrivão Pedro Nolasco da Silva. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

seqüestro dos bens dos jesuítas, a Fazenda tornou-se propriedade da coroa e, portanto, seus escravos, escravos do rei. Não seria, então, absurdo postular que o deslocamento de mão-de-obra de Santa Cruz para o serviço governamental tenha ocorrido em razoável escala, como afirmam as memórias do coronel Reys.⁶⁴ Braços de lá trabalharam “... nos serviços do esquadrão em ofícios do trem, no laboratório da Conceição e nas fortalezas...”, computando aproximadamente 50 negros. Além disso, sabe-se pela mesma fonte, que o Conde do Rezende, quando vice-rei, deslocou escravos para seu serviço. É possível que outros tantos tenham sido usados na instalação da fábrica de pólvora e na sua produção, na manutenção do aqueduto da Lapa, construção de igrejas, edifícios públicos e outras obras realizadas na cidade do Rio de Janeiro, dentre outros possíveis afazeres.

Ao observarmos o comportamento desta população após a vinda da Corte lisboeta para o Rio de Janeiro, vemos que esse desnível populacional se acentuou bastante. Nos anos que se seguiram à instalação da sede do Império português no Brasil, uma série de mudanças foram realizadas na capital. Por certo, tais obras consumiram um sem número de escravos, dentre os quais, ao menos uma parte, pode ter saído de Santa Cruz.

É o que nos indica as listas trocadas entre Couto Reys e Miranda Varejão.⁶⁵ As listas, datadas de 1808, apresentam os seguintes destinos de trabalho para os escravos:

⁶⁴ REYS, Manoel Martins do c. “Memórias de Santa Cruz”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V. 1843. p. 178.

⁶⁵ Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808... Biblioteca Nacional.

Na lista elaborada pelo capitão administrado João Fernandes da Silva:

- No Arsenal: 8 escravos
- Na Conceição: 11 escravos
- No Trem: 22 escravos
- No serviço do Regimento de Cavalaria de Linha da Cidade ou Cavalariças de S. A. R.: 21 escravos
- No hospital (aprendendo cirurgia): 2 escravos

No pedido de escravos de João Abreu de Miranda Varejão:

- Carpinteiros: 4 escravos (sendo 1 com mulher e filhos)
- Pedreiros: 4 escravos
- Ferreiros: 3 escravos
- Carreiros: 3 escravos
- Aprendizizes: 17 escravos (moleques entre 12 e 16 anos)
- Trabalhadores: 50 escravos (alguns com suas famílias)

No total temos cerca de 145 escravos, isto é, 12,4% do total dos cativos contados em 1817. Se os números não forem por demais levianos, Santa Cruz serviu como fornecedora de escravos para o serviço de Sua Majestade, o Príncipe Regente. Um possível exemplo disso, em menor escala, seriam os pelo menos 15 rapazes e raparigas foram enviados para a Quinta, durante os cinco anos que se seguiram a 1817.

Além disso, há no Arquivo do Museu Imperial um documento produzido em meados do século XIX, onde consta a relação dos escravos pertencentes a

Imperial Fazenda de Santa Cruz destacados para a feitoria de Santarém em troca de 17 escravos pertencentes ao inventário da mesma feitoria que se acham destacados para a Quinta da Boa Vista.⁶⁶ Em outro documento datado de 1849,⁶⁷ constam 102 homens, 75 rapazes, 98 mulheres e 70 raparigas cujo destino registrado eram as “Quintas e outras”. Ainda que o período seja posterior e não saibamos com precisão para quais quintas foram os escravos, sabemos que haviam sido destacados por determinação de sua administração.

É possível perceber também que o número de homens destacados é ligeiramente superior ao de mulheres, enquanto o estrangulamento das pirâmides de 1817 e 1821 é bem mais acentuado no lado masculino. Mas se ao deslocamento de trabalhadores somarmos as fugas, estaremos bem próximos de conhecer o destino dos cativos que demos por falta nas pirâmides.

É claro que a importância do trabalho dos escravos possuía dimensões bem mais amplas do que as que aqui foi lhe destinado. Porém corrigiremos essa falta mais adiante, procurando construir um estudo do sentido social do trabalho escravo em Santa Cruz.

⁶⁶ Relação dos escravos pertencentes a Imperial Fazenda de Santa Cruz destacados para a feitoria de Santarém em troca de 17 escravos pertencentes ao inventário da mesma feitoria que se acham destacados para a Quinta da Boa Vistas. 1855. Arquivo do Museu Imperial, Petrópolis.

⁶⁷ Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Datado de 30/06/1849 e assinado pelo escrivão Pedro Nolasco da Silva. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

4.4. E de como se vive sem eles

Há ainda um paradoxo que nos exigirá mais atenção. Quer a explicação postulada seja próxima da realidade ou do absurdo, o que se verifica é uma redução proporcional do universo de habitantes em idade reprodutiva. No entanto, o que se observa é que os nascimentos continuam a acontecer, e mais, em maior quantidade. A comunidade mantém taxas de crescimento vegetativo positivas na maior parte do tempo.

Se observarmos a taxa geral de fecundidade - isto é, na razão entre o número de mulheres férteis e a quantidade de nascidos vivos num determinado ano – veremos que em 1791, a taxa de fecundidade geral era de 0,13, no quarto de século que se seguiu, este índice mais que dobrou, chegando a 0,28. Na Tabela 3 é possível notar alguns indicadores de alterações no comportamento matrimonial e sexual entre os cativos da Fazenda.

Tabela 3: Indicadores básicos da relação entre maternidade e filiação dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791 e 1817.

Indicadores	1791	1817
1. Mulheres com 15 anos ou mais (possíveis mães)	463	383
2. Mães (item 1 = 100%)	245 (53%)	222 (58%)
3. Mães alguma vez casadas (item 2 = 100%)	224 (91%)	171 (77%)
4. Mães menores de 20 anos (item 2 = 100%)	1 (0,4%)	37 (17%)
5. Mães que ainda moram com os pais (item 2 = 100%)	13 (5,3%)	40 (18%)

Fonte: Inventários de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz: 1791 e 1818 (sic.) Arquivo Nacional, RJ.

Os dados coletados para a montagem desta tabela se baseiam nas informações disponíveis nos inventários, de tal sorte que os rebentos e, portanto, as relações de maternidade podem não representar a totalidade do que houve, mas certamente representam uma amostra eficaz. De qualquer modo, a distorção é comum aos dois inventários, reduzindo seus efeitos nas comparações a níveis aceitáveis.

Temos então que, curiosamente, mediante a queda do número menor de escravos em idade fértil como um todo, e especialmente com a redução de 3% das possíveis mães frente ao total, o percentual das mulheres que concebem e mantêm seus filhos, perante o universo daquelas que alguma vez tiveram a chance de fazê-lo, aumenta consideravelmente. Em 1791, 53% das mulheres com mais de 15 anos, isto é, estando ou já tendo passado pela idade fértil, são tutoras de pelo menos um filho. Em 1817, não obstante a queda dos pais possíveis, esse percentual sobe para 58%.

Obviamente este movimento teria um preço. De algum modo, os cativos tiveram que alargar o escopo de possíveis mães para obter um aumento de natalidade. O percentual de mães que alguma vez passou pela experiência do matrimônio, e com isso pôde ter filhos sancionados pela norma, caiu de 91% para 77%. O que equivale dizer que a proporção de mães solteiras cresceu de 9% para mais de 20%. Correlativamente, as mães que moram ainda com seus pais - pai, mãe ou, eventualmente, ambos - que equivaliam a pouco mais de 5% no primeiro inventário, em 1817 respondem por 18% das mães.

Também a média de idade das mães caiu consideravelmente. Em fins do século XVIII, estava em torno dos 36, já na segunda década do XIX, caiu para 32 anos. Coerente a esta queda, há um aumento do número de mães

abaixo dos 20 anos. No primeiro inventário só havia uma (0,4%), ao passo que no segundo, essas jovens mães representam 17%, ou seja, 37 casos.

Por fim, em 1791, havia 26 filhos que não estavam sob a tutela de suas mães, sendo que 22 estavam com os pais e 4 com os avós. Já em 1817, a situação se alterou completamente, temos 63 filhos que viviam longe de suas mães, provavelmente mortas, libertas ou deslocadas para a Quinta. Destes, 20 estavam com os avós e 43 com os pais.

Essa última alteração descrita, aparentemente contradiz a hipótese de que tais mudanças seriam caudatárias, dentre outros fatores, por uma ausência de população em idade reprodutiva e em especial a porção masculina desta população. Assim, teríamos mais homens cuidando de sua prole do que no inventário de 1791. Ocorre que a média de idade destes homens é bem mais elevada que das mulheres que cumprem o mesmo papel. Os homens tutores de filhos têm 38 anos de idade em média, enquanto as mulheres, casadas ou não, têm, também em média, 32 anos. Destarte, os pais que tutelam seus filhos na ausência das mães são de uma geração anterior, ficando, em geral, fora da faixa de estrangulamento.

A conseqüência nefasta dessa alteração é que algumas famílias muito provavelmente foram separadas com a retirada de escravos da fazenda. É igualmente provável que os laços internucleares tenham se fortalecido ainda mais já que a primeira e a terceira geração teriam seu convívio estreitado.

O que temos aqui é, muito provavelmente, uma comunidade se moldando às contingências históricas segundo seus próprios critérios e a sua percepção. Aqui é possível fazer uma pequena digressão a respeito dos padrões de conduta que podem ter se instaurado naquele lugar.

O que se tem, em primeiro lugar, é cerca de um século e meio de cuidados dos curas de Santo Inácio. Em praticamente todas as obras consultadas acerca da administração jesuíta, percebe-se uma conduta benevolente, porém disciplinada. O sistema de regalias concedidas aos escravos funcionava como um poderoso meio de controle social sobre a massa cativa, de modo que o indisciplinado poderia ser vendido. Algo que deveria equivaler a um degredo. Mas, paralelamente às benesses, havia a pregação, iniciada na escola de rudimentos e catequese e mantida ao longo de toda a vida dos escravos. Tão cadente e repetitiva quanto a batida do tambor que marcava as horas da vila, deveria ser a voz dos padres na escola, nos ofícios religiosos, no trabalho,... Tal procedimento parece ter surtido algum efeito. Algo entre 20 ou 30 anos depois, cerca de uma geração além, os padrões de conduta ainda parecem razoavelmente fortes. Basta dizer que em 1791 apenas nove mulheres – menos de uma em cada 10 - poderiam receber a pecha de mães solteiras, enquanto que em 1817 esse qualitativo caberia a 23%, ou seja, praticamente uma em cada quatro.

Isso pode ter sido fruto do afrouxamento nas regras ou, ao menos, na vigilância. Quando a administração real assumiu a Fazenda, um de seus maiores desafios certamente foi manter sob controle social uma escravaria tão numerosa. Para tanto, o modelo jesuítico de trato pareceu o melhor a ser adotado. De fato, não havia muito que pensar, e sim, uma multidão socialmente habituada a um conjunto de práticas que constituíam uma dominação aceitável. Mudar isso seria muito temerário. Como diria o deputado Rafael de Carvalho posteriormente: “Ora com taes hábitos toda a reforma exige prudencia”.

O controle moral e religioso exercido pelos inacianos, uma vez extinto, abriu espaço para que os escravos pudessem explicitar interesses e relações até então latentes. Não que esses cativos tenham abandonado o catolicismo, posto que eram conhecidos por mui piedosos, mas puderam flexibilizar as regras de conduta com mais espaço. Espaço esse, outrora preenchido pelos cuidados de Santo Inácio.

Embora não seja certo que assim tenha se dado, mas convém citar que Serafim Leite fala de pouco mais de 700 escravos em 1759, na saída dos jesuítas, e no inventário de 1791 constam 1342 cativos. Temos quase o dobro. Se a incúria dos administradores foi, em algum momento, traduzida em ruína dos negócios da fazenda, parece também ter redundado numa maior natalidade entre os escravos. Se tomarmos por pressuposto que tal natalidade é caudatária da conjunção do afrouxamento das regras morais com o incremento da acumulação de fortuna, teremos que a ruína da fazenda foi transformada em prosperidade para os seus cativos.

Tabela 4: Cabeças de domicílio entre os escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791 e 1817.

	1791	1817
Domicílios encabeçados por homens	251 (70%)	205 (60%)
Domicílios encabeçados por mulheres	110 (30%)	134 (40%)
Total de domicílios	361 (100%)	339 (100%)
Mulheres solteiras encabeçando domicílios	21 (6%)	25 (7%)
Mães solteiras encabeçando domicílios	7 (2%)	11 (3,2%)
Mulheres viúvas encabeçando domicílios	81 (22%)	83 (25%)
Mulheres casadas* encabeçando domicílios	8 (2%)	26 (8%)

* Sem marido mencionado ou com marido ausente

Fonte: Inventários de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz: 1791 e 1818 (sic.) Arquivo Nacional, RJ.

A tabela 4 mostra alguns indicadores acerca da vida dos que foram classificados como cabeças de domicílio. É bem provável que o conceito em questão seja o de cabeça de um fogo, ou seja, uma unidade domiciliar e produtiva, onde se congregavam os que trabalhavam e partilhavam do mesmo teto, reunidos em torno do mesmo fogo. De qualquer modo, ainda coerente com tudo o que foi exposto acima, as mulheres assumiram de modo mais efetivo essa posição. Em 1791, as mulheres assinaladas no topo da lista de habitantes de uma destas unidades representava menos de 1/3 do total. No transcorrer da segunda década do século XIX, essa proporção se eleva para 40%.

O mais curioso é que os demais indicadores tendem a mostrar um aumento da independência feminina em medidas bem mais modestas. O diferencial parece estar nas relações externas ao grupo. Um número significativo de mulheres aparece, em 1817, casadas com homens que não pertencem ao mundo de Santa Cruz. Dentre os 26 casos, isto é, 8% das mulheres casadas, pelo menos 9 trazem indicações de quem seja o marido.

É o que se deu com Rita Maria de 19 anos que após se casar com o liberto João Manoel, também logrou obter sua alforria no dia 8 de junho de 1818. Outro exemplo é Joana Ferreira, de 34 anos, originária da família 3, onde vivera com sua mãe, Cecília Vieira, uma viúva de 75 anos - seu pai, Manoel da Paixão, faleceu num ponto qualquer do tempo, entre 1791 e 1817 - e com seus outros quatro irmãos. Joana, embora não tenha obtido a liberdade até o momento em que o inventário foi atualizado, saiu de seu grupo original para formar uma nova unidade, a de número 498, onde figura sozinha, tendo a

indicação de seu esposo, o liberto Joaquim de Santanna, sido assentada nas observações.

Chama mais atenção ainda os casos de escravas de Santa Cruz casadas com escravos que estão na Quinta. A relativa precocidade das esposas se comparadas ao quadro do inventário de 1791, confere uma certa singularidade a matrimônios como o de Ignacia Cândida, de 16 anos. Ignacia veio da família 22, onde morava com os pais, Jerônimo Rodrigues e Joanna Rodrigues. Lá, ainda com seus pais, Ignácia deu a luz, numa data incerta entre o final do ano de 1818 e o início de 1819, a Pedro Soares. Por certo, temos que este foi inserido no grêmio da Santa Igreja, pelo sacramento do Batismo, em fevereiro de 1819, e que assim permaneceu por pouco tempo. O pequeno Pedro, veio a falecer em novembro do mesmo ano. Após a perda do filho, Ignacia e Jozé Soares resolveram unir-se sob os laços do matrimônio católico, não obstante o noivo estivesse a alguns quilômetros, na Quinta, a serviço de Sua Majestade.

Também dotado de relativa precocidade, foi o matrimônio de Anna Catharina que aos 14 anos já consta no inventário como casada com o escravo Jozé Aniceto, que é da Quinta. Dela, não se sabe nem ao menos o domicílio de origem.

Estes matrimônios podem ser evidências de um afrouxamento nas tendências endogâmicas, ao mesmo tempo em que também podem significar uma maior circulação dos escravos de Santa Cruz com outros ambientes também ligados ao domínio real. De tal sorte que esta circulação ampliaria, ainda que modo relativo, o escopo de opções matrimoniais aos quais estariam sujeitos os cativos da Fazenda. Isto seria, então, mais evidente e notório entre

as mulheres, dada a desproporção entre os sexos, principalmente em idade reprodutiva.

Será que as jovens escravas punham-se a pensar concretamente nesta possibilidade? Talvez, ao final do dia, algumas rodas de raparigas pudessem ser vistas comentando o assunto. Rodas, onde cada uma opinava sobre os requisitos para estar em melhores condições para obter as atenções de um liberto dos arredores - que caso fosse letrado, poderia ajudá-la a redigir uma carta ao Príncipe Regente solicitando a sua própria alforria. Ou talvez, pelo contrário, tais pensamentos assaltassem-nas no auge do dia, quando o labor era menos suportável. Aí poderíamos imaginar uma ou outra mocetona a pensar numa companhia que valesse o alento para as dores da vida. Quiçá, que lhe tirasse a dor maior, a dor do cativoiro.

Os homens de lá... Esses, como todos os demais ao longo da História, se esmerariam para subtrair às mulheres seus devaneios, apresentando-lhes algo de seu próprio interesse. Factível como a ambição. A terra, os animais, o direito ao enxoval, as vantagens de se casar o quanto antes. Ali mesmo, à sombra de Santa Cruz.

4.5. O que se faz em Santa Cruz

Mesmo sendo produto das mãos jesuítas, que certamente a marcaram com seu estilo próprio de trato, é preciso que se diga que a principal atividade da Fazenda de Santa Cruz era a pecuária. Quando os padres foram expulsos contava com mais de dez mil cabeças, não obstante houvesse lá cana, feijão, arroz,... Ao contrário do que apurou Eugene Genovese⁶⁸ para o sul dos Estados Unidos, onde a negligência e os maus-tratos dos negros eram apontados como um dos responsáveis pela ruína da pecuária sulista, em Santa Cruz os escravos campeiros eram relativamente eficientes. Genovese chegou a encontrar testemunhos de época que atestavam ser, nas áreas de pecuária, de pouca utilidade a posse de escravos. Na fazenda, o gado havia se multiplicado sob o cuidado dos campeiros negros e sua ruína foi atribuída ao desleixo dos administradores, alguns interessados em desmembrar a fazenda.

Certamente a primazia desta atividade se refletiu na constituição original do plantel de escravos, definindo um trabalho muito menos árduo do que a colheita de cana ou algodão, por exemplo. No entanto, dado o porte da propriedade e o fato de ser pública, acreditamos que o predomínio da pecuária tenha decrescido razoavelmente durante a administração pública.

Em que, então, uma escravatura tão extensa se ocuparia? Sabemos que não estavam apenas a serviço de Sua Majestade e seus administradores, mas também tinham seus próprios interesses para cuidar. O relatório do Deputado Rafael de Carvalho afirma que os cativos detinham lotes de terra bem consideráveis e que deles tiravam bons rendimentos, já que os cultivavam nos

⁶⁸ GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas. 1976. pp. 95-107.

sábados, domingos e dias santificados, ou seja, uma boa parte do ano. Não trocaram essa regalia por outra, como o fornecimento das vestimentas; alguns investiam ainda mais. Nos Mapas da ocupação da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, do Arquivo do Museu Imperial, constam, entre 1855 e 1858, de 5 a 20 escravos alugados a si.⁶⁹ Ou seja, pagavam para trabalhar nas suas próprias ocupações, obviamente mais rentáveis que os jornais pagos à fazenda.

Temos na Biblioteca Nacional um relatório datado de 1815, que ilustra de modo geral em que se ocupavam os escravos da Fazenda. Neste relatório figuram apenas os cativos que se encontram na Fazenda sem contar os de sua propriedade deslocados para outras labutas. Seu conteúdo está expresso na tabela 5.

Esta lista impressiona não apenas pelas minúcias, mas principalmente pela idéia de auto-suficiência que ela é capaz de gerar. Santa Cruz aparentemente produzia praticamente tudo o que necessitava e era plenamente capaz de cuidar dos seus. A existência de cirurgiões, enfermeiros, amas, parteiras,... revela que os cativos eram como que amparados pela administração, quiçá para que tivessem plenas condições de trabalhar. Ao mesmo tempo, é de se notar que apenas 34 escravos estão destacados para aquela que tradicionalmente era tida como atividade principal da Fazenda: a pecuária. Os 26 homens, auxiliados por 8 rapazes, aparentemente podiam cuidar dos milhares de cabeças de gado criadas ali.

⁶⁹ Mapas da ocupação da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, para os anos de 1855, 1856 e 1858. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

Tabela 5: Distribuição dos escravos de serviço da Real Fazenda de Santa Cruz (1815)

Homens

<i>Funções</i>	<i>Homens</i>	<i>Rapazes</i>
Carpinteiro:		
Oficiais	6	
Aprendizes	14	19
Pedreiro:		
Oficiais	6	
Aprendizes		5
Serventes	5	7
Ferreiros:		
Oficiais	5	
Tocadores de fole	2	
Sapateiros:		
Oficiais		
Aprendizes	1	3
Outros serviços		
Oficiais curtidores	8	
Oficiais manteigueiros	1	
Oficiais tecelões	4	
Oficiais oleiros	8	
No hospital		
Cirurgiões	1	
Barbeiros	2	
Enfermeiros	2	
Cozinheiros	2	
Carreiros	13	
Candeeiros		12
Carroceiros	3	
Campeiros	26	8
Centeiros enteireiros	4	
Hortelões	2	
Sacristãos	2	1
Com os empregados	2	6
Guardas de roças	9	
Feitores	1	
Nos caminhos	2	
Com licenças	3	
Na cavalaria	1	
No armazém	1	
A dispor diariamente	57	
Soma	193	61 (254)

Mulheres

<i>Funções</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Raparigas</i>
No fabrico de manteiga	1	
Nas oficinas de teares	15	20
Na olaria	5	
No armazém	8	
Com os empregados	4	
No Paço	1	
Enfermeiras	4	
Parteiras	2	
Amas de cegos	10	
Amas de crianças	11	
Na horta	7	
Colhendo mamonas	11	
Paridas	26	
Dispensadas por estarem próximas de parir	9	
Nos caminhos	40	8
A dispor diariamente	164	22
Soma	318	50 (368)

Fonte: Observações sobre a administração da Real Fazenda de Santa Cruz, pelo tenente coronel Francisco Cordeiro da Silva Torres. Acompanha uma relação dos escravos a serviço naquela fazenda, 1815 – Biblioteca Nacional (II - 34, 33, 8)

Se fizermos um cálculo duro de produtividade, teremos cerca de 5,5% de investimento de trabalho na atividade-fim contra um absurdo índice de 94,5% de investimento de força potencialmente produtiva em atividades outras. Não que os pastos tenham chegado ao seu limite de produtividade, muito pelo contrário, continham menos de 2/3 das cabeças de gado deixadas pelos jesuítas.

Ora, poderia a fazenda ter deslocado o seu centro de atividades da criação ao cultivo? Toda a sua existência está ligada à pecuária e ao abate como principal meio para gerar rendimentos e até recentemente era conhecida como Abatedouro Nacional. Além disso, discriminados em atividades agrícolas, encontram-se apenas 18 escravos, menos de 3% do potencial de mão-de-obra. Se acrescentarmos a esses as 11 mulheres da colheita de mamona, teremos 29 cativos, menos de 5%.

Associando as duas atividades presumíveis de uma fazenda, agricultura e pecuária, não ocuparíamos 10% da escravaria. Isso poderia ser explicável pelo período do ano em que a lista foi montada. Caso não se tratasse do período de plantio nem do de colheita, os escravos da lavoura poderiam estar ociosos. Essa hipótese é plausível considerando-se os 243 escravos ditos “a dispor diariamente”, que representam algo em torno de 40% da capacidade de trabalho da escravaria, mesmo não sendo certo que seus labores estivessem ligados à agricultura ou à pecuária. Mas ainda assim, somando tudo teríamos no máximo 50% dos escravos com potencial de trabalho sendo possivelmente destinados às atividades econômicas primárias.

Com isso fica mais ou menos claro que a Fazenda durante a sua administração pública, foi progressivamente descaracterizada como unidade produtiva nos moldes tradicionais, para se acrescentar aos seus produtos outras fontes de lucros indiretos. É o que constata Manoel Martins do Couto Reys⁷⁰ conforme descrito em suas memórias, e a presença de um elevado número de escravos especializados o confirma. Entre os homens, o índice de especialização é de 40%, contando os carpinteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros, curtidores, manteigueiros, tecelões, oleiros, e os aprendizes que com eles trabalhavam. Estariam todos eles envolvidos apenas na manutenção da enorme estrutura da fazenda?

Seria difícil imagina-lo. Na relação dos 17 escravos pertencentes à Imperial Fazenda de Santa Cruz e destacados para a feitoria de Santarém em troca dos escravos pertencentes ao inventário da mesma feitoria que se acham

⁷⁰ REYS, Manoel Martins do Couto. “Memórias de Santa Cruz”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo V. 1843. p. 152

destacados para a Quinta da Boa Vistas, encontram-se nada menos do que 7 especializados. São dois carpinteiros, três pedreiros, um oleiro e um curtidor.

Então temos que em Santa Cruz, um elevado percentual de sua escravaria detinha algum conhecimento profissional e esses cativos, tanto quanto os não qualificados eram destacados para suprir as demandas por mão-de-obra. É possível que o plano de Couto Reys tenha sido posto em prática. Dizia ele:

Com estas considerações, tantas vezes conferidas e analysadas na minha memória, me pareceu que, entre tantos artigos de que recordava, dois mereciam uma particular atenção para serem adoptados, e seriam bem aceitos na justiça dos gênios cordados imperiais. O primeiro, a educação de um certo número de rapazes escravos, mais geitosos, e de provada habilidade, applicando-os a ofícios mecanicos, debaixo da doutrina, e insinuaçõa de bons mestres, formando com este expediente um congregado de hábeis carpinteiros da ribeira e obra branca, de calafates e tanoeiros de ferreiros e serralheiros, de pedreiros, caboqueiros, &c., para se occuparem indefectivelmente nas obras reaes, como nos arsenaes, trem, e casa de armas: cujos jornaes avultadissimos, em que a fazenda real faz annualmente consideráveis despezas, ficando nos cofres do Erário, eram consequente e indubitável rendimento da fazenda de Santa Cruz, que entraria na conta de seus lucros.⁷¹

Também corrobora a efetivação desse expediente, o relatório de distribuição da escravaria da fazenda em 1849,⁷² que apresenta um índice de 31% da população masculina ativa em atividade ou em preparação para o exercício de um ofício. Ainda que esse índice seja menor do que o de 1815, é três vezes maior do que o percentual encontrado por Florentino e Góes para o agro-fluminense como um todo.⁷³

É provável que o incentivo a formação profissional transparecesse para a Coroa e para a administração como parte integrante e importante da

⁷¹ *Id.* pp. 157-158.

⁷² Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Datado de 30/06/1849 e assinado pelo escrivão Pedro Nolasco da Silva. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.

⁷³ FLORENTINO, Manolo e GÓES, J. Roberto. *A paz das senzalas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1997. p. 109.

lucratividade gerada pela fazenda, tanto quanto suas colheitas de grãos da terra - arroz, feijão, milho,... - e tanto quanto a carne verde saída de seus abatedouros para saciar o Rio de Janeiro. Porém, por certo não era essa a perspectiva que os escravos tinham de seu próprio trabalho.

Se o exercício de um determinado ofício poderia lhe valer uma ausência da fazenda, o que significa abandonar suas fontes de renda, qual seria a vantagem de ser um escravo artesão? Stuart Schwartz nos mostra como determinados tipos de ocupação costumavam render ao escravo tempo extra para cuidar de sua própria produção, além de uma diferenciação social advinda da sua capacidade de gerir os seus próprios investimentos.⁷⁴ Um maior controle do seu tempo, ou melhor, um maior tempo sob seu controle parece ter sido uma das vantagens de exercer um ofício para os cativos.

Em Santa Cruz para cada ausência que se prolongasse a ponto de arruinar suas terras, correspondia um período de folga para que o dito cativo colocasse suas coisas em ordem. *Tal período era de um ano.*⁷⁵ Mesmo sendo uma determinação aplicada indistintamente, ser um artesão poderia lhe proporcionar alguns anos de folga na vida, já que para arruinar uma roça bastam poucos meses de descuido.

Seja por isso, seja por se tratar de um trabalho melhor que o ordinário, o fato é que em torno de 1818, havia 174 cativos com ocupação que lhe exigia uma habilidade a ser aprendida, e desses, 70 escravos, ou seja, mais ou menos 40%, cuidavam para que outro membro de sua família seguisse a mesma trilha.

⁷⁴ SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.

⁷⁵ Resolução nº 144 de 1837, de autoria do Deputado Rafael de Carvalho membro da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. Imperiais (I-PAN-14.8.837-Car.rs - Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis - R. J.). p. 3.

Mesmo não correspondendo à totalidade dos casos, é importante mencionar algumas histórias de sucessão dos conhecimentos profissionais. Um exemplo disso é Francisco de Almeida, tecelão no inventário de 1818. Francisco tem por aprendiz ninguém menos que seu filho Luís José, de apenas oito anos. Chama ainda mais atenção o caso de Domingos Ramos, um caboqueiro de 51 anos casado com Maria da Penna. Seus três filhos, Francisco de Souza de 16 anos, José Isidoro de 14 anos e João de Souza de 11 anos, são todos eles aprendizes de carpintaria.

Outros casos chegam a ser curiosos como o de Francisco do Desterro, um oleiro que possivelmente providenciou para que seu filho se tornasse músico. Feliciano Teixeira conseguiu se manter no “ofício” da música, apesar de sua notória inaptidão para a coisa, tão notória que valeu a observação: “não tem jeito para a Quinta”. Diferente foi o acontecido com Anna do Rosário Pimenta, uma jovem de 25 anos, casada, embora o marido não esteja assinalado. Seus filhos, Vicência Ferreira de oito anos e Targine José de pouco mais de um ano, estão destinados à música na Quinta. É bem provável que o pai não registrado possa ter obtido, ainda que precocemente, o direito de seus filhos serem classificados como músicos.

Certamente estes casos mostram que, de alguma maneira, o ofício era algo desejado pelos cativos, e portanto, algo que lhes conferia vantagens e algum *status* frente aos demais. Os músicos citados indicam que a música, e quiçá os ofícios em geral, não tinham necessariamente uma ligação com a aptidão, com os “*mais geitosos, e de provada habilidade*” dos quais falava Couto Reys. Antes, tratava-se de algum tipo de arranjo da política cotidiana

que facultava, mesmo aos inaptos, a possibilidade de se furtar ao trabalho braçal.

Nos relatórios de distribuição das tarefas também aparecem também os escravos “a dispor diariamente” (1815) e “nas esquadras ambulantes” (1817), o que equivale dizer, os que cuidam dos serviços mais pesados e não-especializados dentro da Fazenda. Em ambos os casos eles representam 40% da mão-de-obra classificada destes braços para todo serviço. Mais uma vez em ambos os relatórios, aproximadamente 80% são mulheres; para ser mais exato, em 1815 as mulheres representam 76,5% e em 1849 são 80%.

De um modo geral, é possível imaginar as mulheres escravas de Santa Cruz, se pondo a trabalhar pesado, certamente mais pesado do que gostariam, dada a escassez de homens. A elas era negado o acesso à praticamente todos os ofícios, exceto a música. Poderiam ter trabalhos específicos como ser ama, enfermeira, trabalhar na olaria, ou no fabrico de manteiga, ser parteiras ou trabalhar nos teares. Mas, não eram consideradas detentoras do ofício de seu trabalho.

5. Socialização Parental e Escravidão em Santa Cruz

De um ponto de vista estritamente teórico, poderíamos tentar definir parentesco como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria, antes do mais, a obtenção de aliados de tal feita que o parente esta diametralmente oposto ao estrangeiro. Deriva daí uma necessidade - branda ou urgente - conforme a situação vivida, de articular o maior número possível de parentes. Os meios para isso são basicamente a consangüinidade e a consecução de cônjuges.

Mas outros mecanismos podem ser implementados, dado a um acréscimo na necessidade de se articular parentalmente. Um outro meio de se conquistar aparentados seria instituir um rito que sancionasse uma aliança forjada anteriormente. O compadrio na sociedade luso-brasileira funcionou como um desses mecanismos de aparentar, constituindo alianças desejadas por ambas as partes, pais e padrinhos, estendida a uma terceira parte o batizado.

Um exemplo claro das alianças possíveis com o compadrio é o difundido habito de entregar os filhos para os "coronéis" batizarem. Aos pais interessa aproximar-se do elemento poderoso do seu lugar e o coronel manteria, desse mesmo modo, o clientelismo que lhe caracteriza. Ao batizado facultaria a "proteção" - melhor traduzida pela manutenção de sua dependência.

O parentesco consangüíneo estabelece a primeira e mais fundamental das relações sociais, a que se firma entre mãe e filho,⁷⁶ e desta derivam as relações de proteção advindas de uma eventual figura paterna. As relações conjugais que a princípio seriam preferencialmente obtidas desta célula, se deslocam para seu exterior pela - praticamente universal - existência do tabu do incesto. Provavelmente as características demográficas dos primeiros grupos sociais humanos impediam, ou ao menos dificultavam, as relações matrimoniais intracelulares. A pequena expectativa de vida, associada a um intervalo intergenésico razoavelmente elevado, acarretaria uma situação familiar em que a maturidade sexual dos filhos não se daria dentro do período de vida dos pais.

Entre os irmãos, de modo semelhante, seria mais factível buscar uma parceria matrimonial fora, do que esperar os anos relativos à diferença etária para a próxima geração do sexo oposto. Este padrão se infundiu de tal modo na formação cultural desses pueris grupos humanos e se soldou na sua *praxis* tão solidamente que logrou sobreviver às mudanças demográficas.

Em Santa Cruz havia um grande número de cativos – entre 700 e 1600, dependendo da época e do registro – que dividam o espaço da fazenda. A coexistência forçada entre estes indivíduos proporcionou a ocasião para o intercurso sexual. Porém não apenas isso. Dado que falamos de seres humanos, não obstante as classificações (peça, semovente, gado humano,...) as relações sexuais obedeciam determinados preceitos sociais e produziam novos laços de solidariedade. Seja pela geração de descendentes comuns ou pela troca de indivíduos entre os grupos, o fato é que além de famílias

⁷⁶ Cf. FOX, Robin. *Parentesco e Casamento - uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Vega. s/d.

nucleares - lares ou fogos – é possível encontrar padrões de socialização extracelulares. As regras sociais, provavelmente tácitas, eram produto da confluência de um sem número de fatores como as heranças culturais dos negros, a pregação jesuítica e as conjunturas históricas. A existência de tais padrões ou estratégias indica uma organicidade comunal. Certamente esses aspectos tornaram as relações extracelulares perceptíveis, indicando que o parentesco era uma força social poderosa neste meio.

Uma das pistas que nos conduziram a esta busca foram as observações do Deputado Rafael de Carvalho. No seu texto, o deputado se refere a uma rede de parentesco que envolvia todos os membros da comunidade. Diz o deputado a respeito do “povo jesuítico”: “Estes escravos reproduzindo-se em si mesmos desde os Jesuítas, formão hoje huma associação de parentesco mixto e complicado, apresentando huma raça de gente muito feia.”⁷⁷

O mais sintomático dos indícios deste parentesco é que não é possível montar muitas genealogias completas. A princípio a tarefa parece simples, já que temos registros distando aproximadamente uma geração um do outro. Em tese seria uma tarefa banal construir genealogias de três, quatro, ou até mesmo cinco gerações. Só depois de um bom tempo investido nesta inglória tarefa é que se percebe que uma genealogia completa envolveria praticamente todo o plantel. Nos estudos de famílias escravas, normalmente o limite da família é dado pela escassez de fontes, aqui não. Há sempre uma nova união matrimonial que abre todo um novo leque de aparentados, e assim se sucede *ad nauseum*.

⁷⁷ Resolução nº 144 de 1837, de autoria do Deputado Rafael de Carvalho membro da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. Imperiais (I-PAN-14.8.837-Car.rs - Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis - R. J.). p. 3.

De todo modo cumpre-nos a árdua tarefa de seguir os vestígios deste “parentesco mixto e complicado” estabelecido por essa gente que o deputado apreciava por “muito feia”. Em função das diferenças entre os inventários é possível postular que as mudanças encontradas até aqui tenham um desdobramento pelos modos de socialização. Para averiguar tal hipótese a exposição da complexa análise das redes parentais, os inventários serão analisados separadamente, começando com o de 1791, para posteriormente comparar os resultados com o que foi obtido da lista de 1818.

5.1. No final do século XVIII

5.1.1. Dos sobrenomes às relações

Um aspecto relevante da sedimentação social em Santa Cruz, já anteriormente citado, é o fato de que em 1791, exceto um único caso, todos os escravos possuem um nome composto, isto é, um nome com dois termos.

Num plantel de 1342 escravos dar um nome simples não permitiria que este cumprisse uma das suas principais funções, diferenciar alguém dos demais. No entanto, isso não invalida uma pesquisa a esse respeito, já que a praticidade está no uso de dois termos no nome, e não na escolha de que termos seriam esses. Uma vez que muito dificilmente uma tal tarefa seria aleatória,⁷⁸ a questão que se nos impõe é: quais critérios teriam presidido a escolha de nomes entre os cativos de Santa Cruz?

Algumas vezes os cativos adotavam sobrenomes após sua alforria. É o caso de Francisco Nunes de Moraes, um africano liberto, originário da Costa da Mina, que lavrou seu testamento na Bahia, em 6 de setembro de 1790. Nele declara que havia comprado sua liberdade dos seus senhores, os herdeiros do Capitão-Mor Antônio Nunes de Moraes, pela quantia de duzentos e cinquenta mil réis. Por esse trecho do testamento já é possível perceber uma prática muito significativa, a adoção do sobre nome dos senhores pelos escravos. Francisco pôde, e mais, quis adotar o sobrenome do Capitão-Mor Antônio.

⁷⁸ "... atribuir um nome resume experiências pessoais, acontecimentos importantes, visões de mundo e valores culturais." FLORENTINO, Manolo e GOES, J. Roberto. in "Comércio negreiro e estratégias de socialização parental entre os escravos no agro-fluminense". Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP. 1994. p. 369.

Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma “herança” tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina, é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho.

No caso que temos nas mãos a situação é bem diversa. Trata-se de um grupo substantivo e não de um único indivíduo. Também as relações que seriam viabilizadas pelo uso de sobrenomes estariam se estabelecendo num mundo escravo - e, no caso, relativamente circunscrito - e muito pouco diante da sociedade livre. Os fatores que levaram a definir quais seriam os sobrenomes de cada indivíduo, provavelmente estavam ligados às próprias relações internas ao plantel.

É o que também percebeu Carla Casper Hackenberg,⁷⁹ quando analisou os grupo de escravos pertencentes à fazenda do Cabussú. Carla postula que a nomeação é, também entre os cativos, uma forma de homenagem a antepassados ou parentes próximos. Embora uma elevada percentagem de sua amostra, 35% dos casos, estejam relacionados aos proprietários, 62% se referem a parentes e padrinhos. Em Cabussú o que estava em questão era o primeiro nome, que em Santa Cruz não apresenta a mesma regularidade. Mas entre o “povo jesuítico” o que se destaca é o uso de sobrenomes.

De fato, nem sempre é possível afirmar que o segundo termo do nome se trate de um sobrenome com todo o rigor e nem que seja o último nome do cativo. Muitos deles parecem ser apenas nomes compostos, do tipo Maria

⁷⁹ HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativo*. Dissertação inédita. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997.

Francisca, Manoel Antonio,..., o que pode deixar dúvida de que seja o nome completo.

O primeiro passo necessário seria estabelecer alguns critérios que nos permitissem definir com um mínimo de confiabilidade, quais seriam sobrenomes e, por conseguinte, os termos que apontassem para existência de algum tipo de agrupamento entre os cativos. Talvez o mais apropriado seja defini-los pela via negativa, isto é, quais seriam os nomes compostos. Para tanto, ao menos dois critérios já se impõem: o primeiro, seria dado pelo fato de que um nome composto permite flexão de gênero, ou seja, se há um Antônio Francisco, e pode haver uma Maria Francisca, Francisco(a) não pode ser, de forma alguma um sobrenome. O segundo, deriva do primeiro, e decorre de que se o segundo termo do nome pode ser usado como primeiro, este é, por isso mesmo, definidor de gênero. Há ainda os casos específicos do uso do nome 'Jesus' no segundo termo e dos títulos dados ao nome Maria, que por motivos óbvios, não nos permitem tratá-los como sobrenome.

A partir do tratamento proposto para os dados do plantel de Santa Cruz, observamos que apenas 797, dos 1342 cativos podem, com segurança, serem tidos como membros de grupos de sobrenomes.

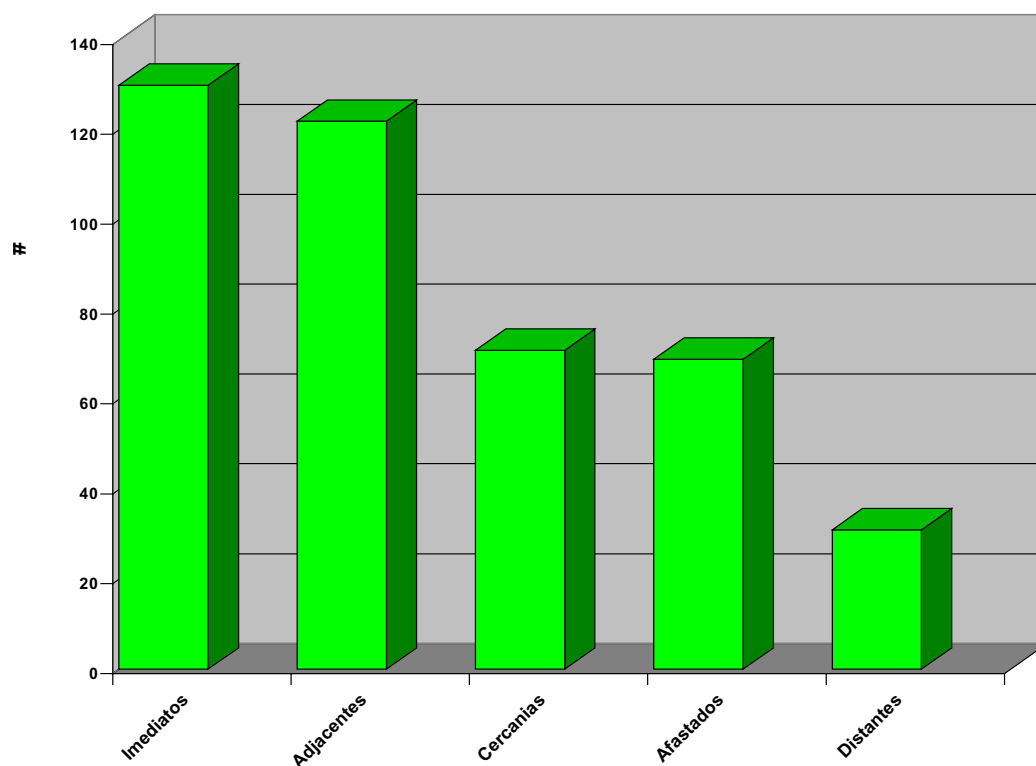
Mas como explicar a escolha de um determinado sobrenome se, como sabemos, sobrenomes não determinam o parentesco direto nos moldes nucleares já que pais, mães e filhos aparecem, na grande maioria dos casos, com os nomes mais diversos?

Um primeiro critério que se revela é o da proximidade espacial, posto que 424, isto é, 53% dos cativos considerados, possuem um semelhante com o mesmo sobrenome em até nove grupos familiares dispostos antes ou depois

do seu, na organização da fonte. Como já foi dito, nada impede, e ao contrário, a lógica aponta, que esta disposição tenha relação direta com a organização física dos escravos. Isso nos mostra, em primeiro lugar, que para mais da metade dos cativos em questão, havia um outro indivíduo com o mesmo sobrenome nas proximidades.

Para emprendermos uma análise mais fina, subdividindo esse espaço circundante em faixas de proximidade, como mostra o gráfico 1, perceberemos que havia uma forte tendência de agregação entre esses indivíduos. Logo, não apenas a escolha do nome não era aleatória, mas também a divisão e a ocupação do espaço não o eram.

Gráfico 8: Número de pessoas portadoras do mesmo sobrenome por local relativo de moradia, Santa Cruz, 1791.



Fonte: Inventário da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791. Arquivo Nacional. RJ.

Ao que tudo indica, a divisão do espaço se dava de forma a aproximar, na medida do possível, pessoas que mantinham alguma afinidade entre si. Se os homens organizam seu espaço por meio de suas relações socio-culturais, a expressão social dessa relação pode ter se dado pela troca de sobrenomes. Por outras vias, a leitura do gráfico também nos aponta para uma preferência pela manutenção de núcleos, onde se reproduziam esses laços.

Lembrando que esta Fazenda era estatal e se mantinha relativamente distante do tráfico atlântico, é possível que este gráfico esteja mostrando alguma forma de relação social desenvolvida no seio da escravaria, e que escapou às letras do autor do inventário. Assim, os cativos que tinham longa convivência, não apenas pessoal, mas familiar, isto é, por gerações a fio, precisavam desenvolver modelos relacionais que possibilitassem o convívio e a organização política em tão extensa comunidade.

Ora, essa tendência à aproximação esbarra na própria proliferação de famílias. Com a sucessiva formação de novas unidades, os cativos, em alguns momentos, se veriam impedidos fisicamente de manter a distribuição desejada. Talvez, por isso, tenham que ter estabelecido outras formas de manutenção destes vínculos. O primeiro critério que expomos, só dá conta de pouco mais da metade dos cativos que consideramos portadores de um sobrenome. Isso pode indicar que algum outro tipo de critério também passou despercebido até agora.

Podemos pensar que muitos eram os modos de materializar um parentesco tão plural quanto o que descreveu o deputado Rafael. Assim, haveria de existir um outro critério que mantivesse os vínculos para além da dispersão espacial. A observação dos indivíduos que possuem o mesmo

sobrenome, quando também ordenados pelas suas idades revela que freqüentemente existem grupos de pessoas que além do sobrenome compartilham a idade. Se incluirmos aqueles que são registrados com um ano de diferença, o que pode representar meses de distância entre os nascimentos, esse número se revela surpreendente. Cerca de 438 cativos podem ter sido batizados com o mesmo sobrenome para firmar uma aliança, possivelmente entre seus pais ou padrinhos.

Existem ainda os que se enquadram em ambos os critérios, o espacial e o temporal, e que configuram mais de 1/3 dos cativos considerados. Assim, distribuídos por esses critérios temos:

. Cativos com sobrenome:	797 cativos (100%)
. Somente pelo critério espacial:	142 cativos (18%)
. Somente pelo critério temporal:	156 cativos (20%)
. Por ambos os critérios:	282 cativos (35%)
. Total	580 cativos (73%)

Este quadro nos informa sobre duas possibilidades que rondam a análise dos sobrenomes. É possível pensar que na origem do nome, o detentor anterior fosse o mesmo em ambos os casos. Alguém tido como social e afetivamente relevante, e que por isso poderia ser homenageado tanto pelos circunvizinhos, quanto por aqueles que lhe herdaram o nome no mesmo momento. O fato é que esse uso, agora sabidamente sistemático, não

aleatório, representa a construção de uma ordem social relativamente sólida, já que engendrava suas malhas por toda a extensão do espaço que abrigava a comunidade.

Ainda que não possamos definir qual a origem efetiva do sobrenome, se de um padrinho, ou de uma madrinha, ou outra coisa qualquer, a definição de critérios lógicos que cubram a quase totalidade dos casos, aponta para um uso cultural do nome, ou seja, uma forma de manter identidades e preservar ligações de ordem social e afetiva.

5.1.2. A ocupação do espaço e as relações cativas

Como dissemos antes, as relações parentais indicadas pelos nomes, podem ter definido a ocupação do espaço disponível para as moradias dos escravos. Assim, é possível que se disponha de forma ordenada, o conjunto da fonte de 1791, de tal modo a atender aos critérios de ocupação e de produção do inventário simultaneamente. O centro da propagação das gerações de famílias presentes no inventário é, possivelmente, o núcleo de famílias entre os grupos 247 e 276, onde estão todos os quattros escravos assinalados com mais de 100 anos.

Se dividirmos os grupos, e por suposição o espaço com o mesmo tamanho do subgrupo sugerido pela ocupação destes cativos centenários,⁸⁰ será possível intuir o fluxo de difusão das gerações de que dispomos. Para tanto é preciso combinar a disseminação de pessoas idosas - nesta etapa do trabalho, consideradas todas as que têm acima de 60 anos - com a ordenação dada pelo inventário.

Assim podemos chegar ao diagrama do gráfico 9, que estabelece dois fluxos distintos, um de ocupação outro de inventário. Neste diagrama, o nível representa o ponto na escala de gerações entre 60 e 112 anos e, por suposto, a ordem na difusão das gerações. A área, determinada por uma letra (A-M),

⁸⁰ Mesmo que as idades assinaladas não correspondam à idade verdadeira, não torna inválido o raciocínio. Ao contrário, se estamos admitindo a idade como fator de ancestralidade, a credibilidade desta informação se mantém, já que só seria verossímil uma idade tão avançada se correspondesse à idade aproximada ou a idade "social". Em outras palavras, ou eram mesmo centenários, ou a comunidade os considerava como em condição semelhante.

expressa um núcleo de famílias agrupadas segundo o tamanho do grupo de indivíduos mais velhos, isto é, 36 famílias. O que corrobora essa divisão é a incrível regularidade com que os idosos aparecem em cada um destes núcleos numericamente iguais entre si. É como se pudéssemos fatiar o espaço social de Santa Cruz e observar que em cada uma das fatias há um núcleo com alguém com mais de 60 anos de idade, impedindo a aceitação da idéia de confinamento dos velhos nessa propriedade. E finalmente, o fluxo de inventário expresso pelas setas largas e dado pela ordem em que as famílias são transcritas no inventário.

Obviamente não se trata de uma distribuição absoluta, mas relativa, ou seja, a julgar pela combinação desses dois critérios, as posições relacionais da ocupação dos grupos de famílias era aproximadamente como a descrevemos no gráfico 9, segundo os níveis:

Nível 1: A geração mais velha tem 100 anos ou mais

Nível 2: A geração mais velha tem entre 90 e 99 anos

Nível 3: A geração mais velha tem entre 80 e 89 anos

Nível 4: A geração mais velha tem entre 70 e 79 anos

Nível 5: A geração mais velha tem entre 60 e 69 anos

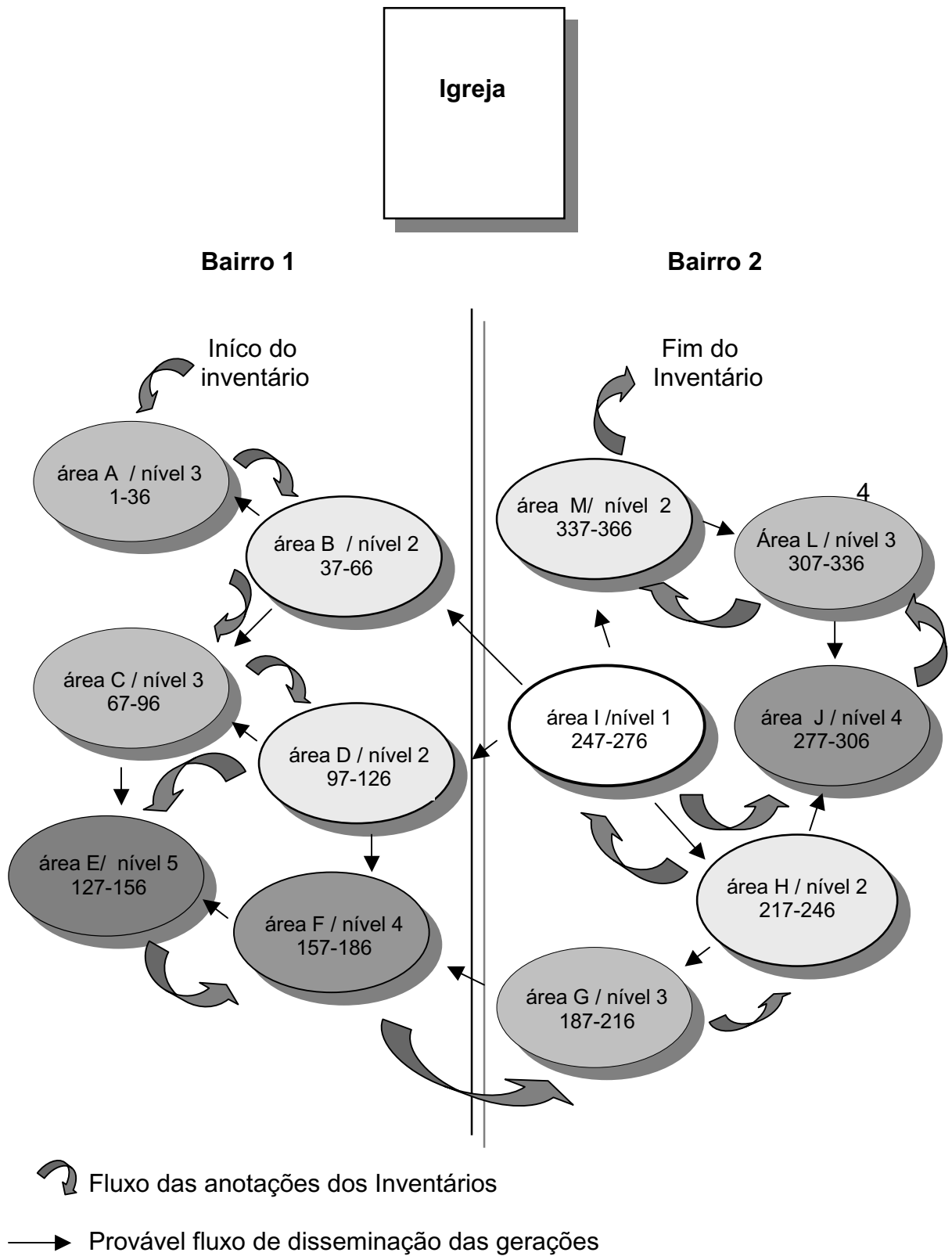
Parece ficar pouco convincente o caminho de ida e volta feito pelo inventariante no seu percurso. Por que não teria ele seguido numa espécie de varredura toda a região, preferindo ir ao fundo e retornar? Tal questão parece ter solução quando analisamos a planta da distribuição espacial das senzalas

de Santa Cruz. O diagrama que segue⁸¹ nos mostra que o espaço das senzalas era dividido em dois bairros, à esquerda do terreiro central estava o bairro da Limeira, e à direita, o da Pacotiba.

Se nossas suposições estiverem corretas, é provável que as famílias dos grupos de A até F estivessem em um dos hemisférios, enquanto as famílias dos grupos de G a M, no outro. Embora não nos seja possível, com as informações de que dispomos afirmar quem estaria onde, é patente que o espaço público de Santa Cruz era ordenado. Longe, portanto, da anomia.

⁸¹ Baseado na planta encontrada em: TELLES, Maria L. M. S. "A conquista da terra e a 'conquista' das almas". in *A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial*. Rio de Janeiro: s.n., s.d.

Gráfico 9: Quadro das Posições Relativas das Unidades Familiares dentro da Real Fazenda de Santa Cruz.



5.2. No início do século XIX

Vimos que, segundo o inventário de 1791, os cativos da Real Fazenda de Santa Cruz lograram estruturar uma complexa rede de parentesco, como dizia o deputado Rafael de Carvalho. Vimos que este parentesco se plastificava na atribuição de sobrenomes, de tal modo que os vizinhos e os que nasceram na mesma época recebiam os sobrenomes como forma de sedimentar a relação.

Passados 25 anos, o novo inventário feito apresenta alguns problemas para esse tipo de análise. O primeiro deles é a presença de um certo número de cativos com um nome simples - isto é, provido de apenas um termo. O surgimento desses cativos pode indicar uma alteração na acuidade das anotações, mas, por se tratar, na maioria dos casos, de menores de 10 anos, podemos imaginar que de fato estaríamos diante de uma alteração em um dos modelos de plasticidade das relações sociais em Santa Cruz.

Praticamente todos os cativos sem sobrenome estão, entre 1817 e 1821, com menos de 20 anos. Estamos falando de 5,4% dos cativos, ou seja, 78 dos 1456 nomes arrolados entre 1817 e 1821. Desses, 30 tinham menos de 5 anos quando de seu registro, 32 estavam entre 5 e 10 anos quando tiveram seus nomes assentados no inventário e os outros 16, estavam com idade acima de 10 e abaixo de 20 anos.

Os casos de sobrenome *stritu sensu* também são menos freqüentes do que no primeiro inventário. Enquanto em 1791 havia 797 portadores de sobrenomes segundo os critérios adotados, isto é cerca de 60% dos cativos, em 1817 chegam apenas a 40% (591 cativos). É possível que estas alterações

estejam apontando para um paulatino desuso dos sobrenomes como emblema de relações.

Outro índice deste possível movimento é a diferença de idade observada entre os portadores de sobrenomes e os demais cativos. Os indivíduos ligados aos sobrenomes têm, em média, 27.4 anos; enquanto seus correlatos alcançam apenas a média de 16 anos de idade. Os mais jovens parecem se servirem cada vez menos dos sobrenomes para materializar os seus laços de afinidade.

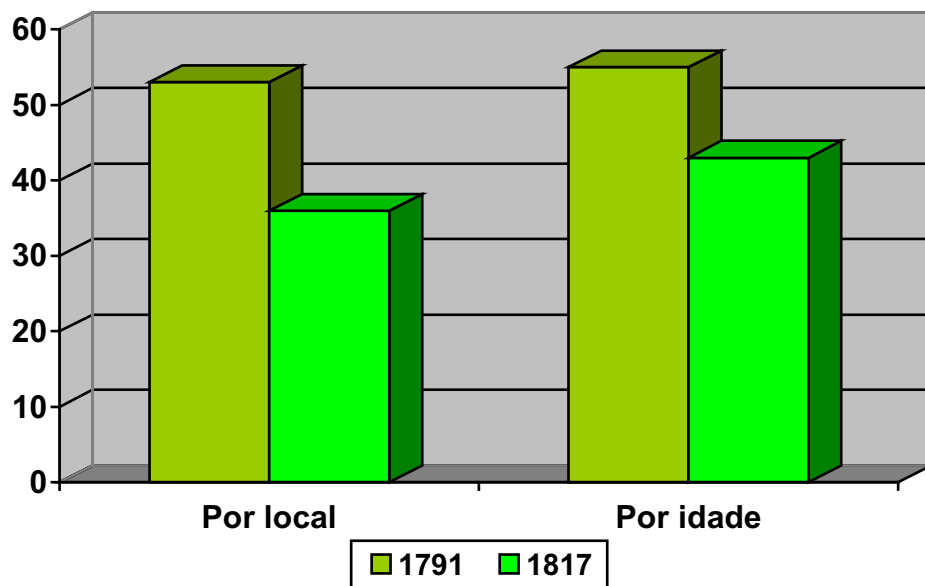
Mas esse prenúncio de mudança não nos impede, nem nos exime, da tarefa de investigar a permanência dos portadores de sobrenome no inventário de 1817. Nesse sentido, a primeira observação que pôde ser feita é de que ele não apresenta a mesma regularidade do de 1791. Ao contrário, o segundo inventário apresenta os portadores de sobrenomes quase tão distantes entre si quanto os demais cativos.

Isto colocaria em xeque o procedimento tomado quanto aos dados de 1791? Não necessariamente. É provável que o abandono do uso de sobrenomes fosse abrindo “buracos” na lista nominal. Não que os parentes não estivessem lá, é possível que estivessem, só que agora não mais reconhecíveis pelo seu sobrenome.

O outro critério identificado para a proximidade entre os portadores de sobrenomes sofreria a mesma ação imperativa. No entanto, quanto às idades, o que se dá é um pouco diferente. Em 1791, havia 438 portadores de sobrenomes nascidos aproximadamente na mesma época, o equivalente a aproximadamente 55% da população com sobrenomes. No segundo, esta cifra alcança mais de 40%. A diferença no decréscimo é substantiva. Para o critério

do local de moradia a redução é de 1/3 enquanto no critério das idades a redução alcança apenas 1/5.

Gráfico 10: Redução na aplicação dos critério de escolha de sobrenomes.



Fonte: Inventários de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz: 1791 e 1818 (sic.) Arquivo Nacional, RJ.

Como e porquê tais mudanças ocorreram não sabemos ao certo. É possível que a maior circulação dos cativos em ambientes diversificados e a intensificação das relações com indivíduos destas esferas sociais, tenham contribuído bastante para que houvesse uma sensível alteração no modo de materializar as relações parentais. É possível ainda, embora pouco provável, que os índices fossem os mesmos entre os dois inventários e a nossa análise estaria minada pela sub-numeração gerada com o recrutamento de um grande número de habitantes para trabalhar em outros lugares.

Mas temos uma outra análise para fazer. Ocorre que o declínio demográfico observado no transcorrer do intervalo entre os registros foi acompanhado de um crescimento no número de habitações. Em 1791,

descontadas as distorções, temos 1330 habitantes em 361 unidades domiciliares, perfazendo uma média de 3,7 habitantes por unidade. No quarto de século que se seguiu, temos, em 1817, 1094 habitantes em 398 unidades, chegando apenas a 2.7 habitantes por domicílio. Isso pode nos indicar que, além de um maior acesso dos cativos à construção destas unidades, há uma permanência dos domicílios já construídos, possivelmente legado por gerações. Uma das evidências que levam a tal hipótese é o fato de que a área I, de nível 1, isto é, onde estavam cativos acima de 100 anos, e a área H, de nível 2, cativos na faixa dos 90 anos, são constituem 2 das 3 que em 1817 apresentam escravos da faixa dos 70 anos. E mais, a única escrava com mais de 80 anos no inventário de 1817 está exatamente na mesma área dos cativos centenários em 1791.

5.3. Da permanência e transmissão da posse das habitações

O Deputado Rafael de Carvalho nos dá algumas dicas preciosas sobre a vida em Santa Cruz. Uma das "deixas" que aparecem no texto do deputado já podemos conferir: a existência de um intrincado sistema de parentesco entre os cativos. Uma outra que talvez possamos inferir a partir de alguns indícios, é a existência de legados em herança.

Como visto anteriormente, os cativos da Fazenda obtinham uma certa acumulação de posses, seja pela sua produção agrícola, obtida pela posse de pedaços de terra e pela possibilidade de cultivá-los nos sábados, domingos e dias santificados - segundo o mesmo deputado, uma boa porção dos dias do ano -; seja pelo exercício de alguma outra atividade lucrativa implementada nesses mesmos dias.

Se era possível a acumulação de bens, deveria ser igualmente possível a diferenciação social entre os membros da dita comunidade. Desde os tempos jesuíticos já havia indícios de que a comunidade de Santa Cruz não era homogênea do ponto de vista da distribuição de bens. Segundo as pesquisas de Serafim Leite⁸² as senzalas poderiam ser divididas em dois tipos: as construções de parede e telha e as de sapê. É provável que esta distinção indique uma diferença entre os seus moradores, estabelecendo algum tipo de hierarquia econômica entre eles.

Se havia acúmulo de posses e hierarquia econômica, é lógico supor que houvesse critérios, explícitos ou tácitos, para a circulação destes bens do qual

⁸² LEITE, Serafim S. I. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. 1945.p. 59.

fazia parte algum padrão no legado de heranças. Se assim for, talvez possamos capturar algo a esse respeito na transmissão da única posse dos cativos cujos registros nos chegaram às mãos: as unidades domiciliares.

Como vimos anteriormente, algumas famílias ao se constituírem acabavam buscando domicílio longe de seu grupo de origem, quiçá na orla do espaço de habitação. Mas esta não era a única alternativa. Havia outros que se formavam próximo ao centro geográfico da comunidade. Vejamos o que foi possível fazer com o valor da diferença entre o número do domicílio em que os cativos estavam em 1791 (origem) e o número da unidade na qual foram assentados em 1817 (destino).

Dos 1342 escravos lavrados no inventário de 1791, 395 cativos, isto é, cerca de 30%, ainda estavam presentes no inventário de 1817. É provável que esse percentual seja na realidade bem mais elevado, já que em alguns casos não foi possível fazer uma identificação positiva com confiabilidade. As identificações feitas levavam em conta três critérios fundamentais: o nome, a idade e o círculo de familiares mais próximos - esse último muito pouco eficaz dadas as mudanças na estrutura do domicílio ao longo dos 25 anos que separam os registros.

As unidades domiciliares de que falamos são, a bem da verdade, pequenos edifícios ou subdivisões de edifícios maiores que supomos acompanhados de pedaços de terra. Quanto ao legado das terras, nada poderemos saber, quanto ao espaço de moradia é possível que capturemos alguns indícios sobre tendências na herança das senzalas.

Robert Slenes apresenta um bem fundamentado estudo sobre as formas das senzalas em *Na Senzala Uma Flor*.⁸³ Neste trabalho, Slenes mostra duas modalidades básicas de senzalas: uma em forma de galpão, dividida em cubículos, e outra como cabanas individuais. O único registro iconográfico da paisagem da Real Fazenda de Santa Cruz nos foi deixado por Debret. Embora este não seja um registro muito claro, a impressão que se tem é de que as cabanas eram a habitação mais freqüente. Os escritos sobre a fazenda que freqüentemente se referem a "vila dos escravos" ou "às cabanas dos escravos", também apontam nesta mesma direção, assim como a descrição do número de cabanas dada por Serafim Leite.

Sendo este espaço, ainda que diminuto, um âmbito privado, em certo sentido se constituía como uma fronteira para o cativo que se mantinha confinado do lado de fora. Se realmente, como temos visto, os cativos de Santa Cruz gozavam de certa autonomia, a casa, "domus" do cativo, não seria um bem, tanto do ponto de vista concreto quanto do simbólico, de menor importância. Ainda que muitos cativos que não dispusessem por meio de herança de uma unidade dessas, ela pode por isso mesmo ter se constituído como um diferencial, já que não poderia ser dividida entre os herdeiros como eventualmente os rebanhos e as terras.

A partir daí foi possível imaginar três pontos-chaves para a aferição dos legados privilegiados: a faixa etária, a posição em relação aos irmãos conhecidos e o estado civil. Na verdade, o primeiro e o último ponto tratam muito mais da aferição dos fatores de permanência dos elementos em seus grupos domiciliares do que da transmissão deles aos descendentes.

⁸³ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999. p.

É preciso que se diga que em nenhum caso, o número do domicílio no primeiro inventário coincide com o do segundo, já que entre eles foram inseridos outros, até a saturação do espaço. Portanto descontada uma alteração padrão, os números que analisaremos adiante podem nos oferecer algumas tendências possíveis no que diz respeito à permanência e à transmissão da posse das unidades familiares.

Tabela 7: Distância média entre os domicílios de origem e destino por faixa etária (idade em 1791).

<i>Faixa Etária</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
0-9	122	132
10-20	136	91
20-30	57	47
30-40	65	26
40-50	29	23

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional - R.J.

Tabela 8: Distância média entre os domicílios de origem e destino pelo estado civil

<i>Estado Civil</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Casado/Viúvo	43	36
Solteiros	121	97

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional - R.J.

A tabela 7 nos mostra que, tendencialmente, a idade era um fator de permanência no mesmo domicílio. Os cativos com mais de 20 anos em 1791 tendiam a se deslocar menos, ou mesmo a não se deslocar das suas unidades domiciliares, ainda que se passasse um quarto de século. E mais, as mulheres

tendem a ter uma média de deslocamento menor do que os homens na mesma faixa etária.

De modo semelhante, conforme mostra a tabela 8, os escravos assinalados como casados em 1791 tendem a apresentar uma média de diferença do número de domicílio sensivelmente menor do que os solteiros. Certamente as duas tendências apresentam o mesmo fenômeno: os cativos alteravam o seu domicílio fundamentalmente quando do seu casamento, fora isso, a tendência era a estabilidade.

Tabela 9a: Distância média entre os domicílios de origem e destino pela posição conhecida do filho.

<i>Posição do filho dentro da prole</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Primeiro filho	119	83
Segundo filho	114	88
Terceiro filho	116	99

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional - R.J.

Tabela 9b: Distância média entre os domicílios de origem e destino pela posição conhecida do filho – subtraído o padrão médio de 84 domicílios.

<i>Posição do filho dentro da prole</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
Primeiro filho	35	-1
Segundo filho	30	4
Terceiro filho	32	15
Média	32,3	6

Fonte: Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz. 1818. Arquivo Nacional - R.J.

Como é possível observar na tabela 9a, há um padrão inverso entre os homens e mulheres. Os homens primogênitos tendem a se deslocar mais do que seus irmãos mais novos. Com as mulheres o que se dá é exatamente o oposto. As mais velhas se deslocam menos do que as suas irmãs. Se considerarmos a tabela 9b, podemos constatar que as mulheres mais velhas tendiam a ficar com o domicílio dos pais.

É possível que ao receber um novo homem em seu grupo familiar, as mulheres oferecessem as suas casas ou uma unidade construída contígua, quando possível. É bom lembrar que o escopo matrimonial para os homens era bem mais dilatado do que para as mulheres, dada a desproporção entre os sexos. Deriva daí que uma forma de tornar uma mulher mais interessante para os seus possíveis pretendentes seria acompanhá-la de uma habitação, ainda que não fosse no exato momento da consecução do matrimônio. Disso, trata o deputado Rafael: “a filha á quem coube por doação uma potra, conta estar casada; pois o dote convida, e logo seduz algum rapaz.”

Estamos pisando em terreno instável, é verdade. No mais, o que temos são conjecturas amparadas por alguns tênues indicadores. Mas um eventual privilégio das mulheres no legado das casas de seus pais não destoaria do quadro geral visto em nosso percurso.

Mais uma vez, temos um caso que ilustra a idéia. Se realmente as mulheres tinham precedência na herança e as primogênicas mais especificamente, poderíamos entender como uma escrava em especial acumulou alguma riqueza que lhe permitiu se distinguir dos demais escravos em amplos sentidos.

Estamos falando de Maria Izabel, a única escrava que conhecemos a pagar pela sua alforria. Em 14 de março de 1818, Maria Izabel desembolsou a quantia de 153\$600 para pagar por sua liberdade, um caso praticamente único nos registros examinados que encontra um par apenas na carta de Lucrecia do Espírito Santo, que em 1842 recorria a “inata piedade” do jovem Imperador para libertar sua filha. Lucrecia, como Maria Izabel estava disposta a pagar o preço pedido, no seu caso: 40\$000.

A história da família de Maria Izabel, tal como pudemos apurá-la, tem início no inventário de 1791. Nele estão assentadas no domicílio 234, Marinha Mata, uma viúva com apenas 37 anos, na época, e suas duas filhas, Caetana do Carmo, com 20 anos e Ignacia de Jezus com apenas 2 anos. No inventário seguinte, consta uma família de três gerações formada a partir de Caetana do Carmo no domicílio 208, possivelmente o mesmo local do 234 do inventário anterior.

No grupo 208, estava assentada a nova matriarca Caetana do Carmo com dois filhos, Saturnino Honorato e Maria Izabel. Esta, por sua vez, estava com seus três filhos Francisco Damaz, Ana Vieira e Roza Maria. Além deles, moravam também os dois únicos escravos de escravos registrados em Santa Cruz, João Cabinda, de 23 anos e Anna Izabel, de 13 anos, escrava da Costa.

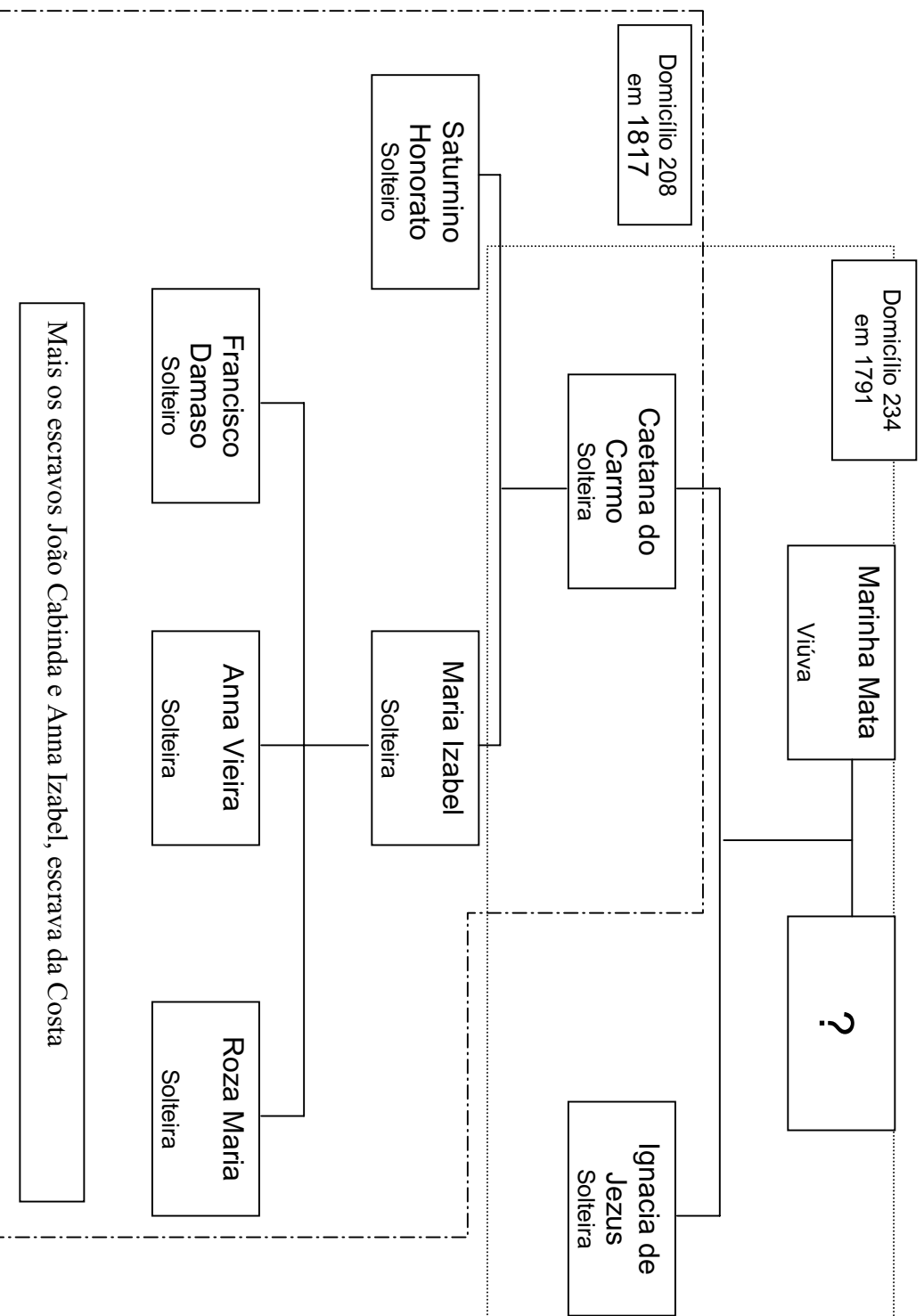
Curiosamente, tirando o irmão e o filho de Maria Izabel, não há homens registrados nesta família há quatro gerações. Após a viuvez, Marinha da Mata, não ingressou nenhum homem por matrimônio nesta família, as filhas e a neta permaneceram solteiras com seus filhos. Provavelmente Izabel tinha uma relação estável, já que seus filhos nasceram mais ou menos próximos, em

1812, 1814 e 1815, e depois cessam os nascimentos até a sua alforria em 1818.

Se nossas especulações estiverem corretas, Caetana do Carmo pode ter concentrado bens por ser a mais velha das filhas. Maria Izabel pode ter se beneficiado primeiramente do acúmulo da família em detrimento do irmão. Assim Maria Izabel, membro privilegiado da família de escravos que provavelmente mais acumulou bens em Santa Cruz, pôde dispor da quantia que lhe quitou a liberdade.

Mais do que simplesmente um capricho, este padrão de heranças pode ter constituído uma estratégia que atenderia a duas necessidades simultâneas da comunidade. Em primeiro lugar, obter um cônjuge em um contexto de escassez de parceiros seria uma urgência para qualquer família que quisesse garantir o encaminhamento de suas filhas. Por outro lado, esse mesmo padrão garantia a manutenção da riqueza acumulada em Santa Cruz o máximo possível dentro de suas fronteiras. A menor circulação de mulheres pelos domínios reais tornava-as um depositário mais seguro do que os voláteis trabalhadores masculinos, que se ausentando poderiam dispor de seus bens em outras paragens. Se realmente havia alguma garantia de herança para as mulheres, isso pode significar que outras como Maria Izabel e sua mãe podem ter optado por permanecerem solteiras, a bem de suas relações estáveis, como forma de não dilapidar o seu patrimônio.

Gráfico 11: Genealogia da Família da escrava Maria Izabel



6. Um possível cotidiano em Santa Cruz

Com o tempo de pesquisa nos aproximamos de nosso objeto, intangível pela sua natureza, mas almejado pela nossa febre de saber. Algumas vezes nos sentimos tentados a imaginar uma realidade que seja uma entre tantas possíveis, mas que seja, ao mesmo tempo, a que pudemos apreender. Conosco não foi diferente. Quase foi possível visualizar a partir da aquarela de Debret, o movimento, ora frenético, ora vagaroso, dos habitantes de Santa Cruz.

Ocorre que existiu não apenas uma, mas muitas fazendas de Santa Cruz nos séculos que a atravessaram. Nestes anos tantos repletos de movimento e vida, muitas faces históricas se apresentaram à "gente muito feia" que o deputado Rafael de Carvalho viu nos anos de 1830. Poucos registros foram deixados sobre essas vidas, menos ainda nos chegaram às mãos, mas com o que tivemos tentamos abrir uma janela para mostrar a paisagem documentada da fazenda. Como um quebra-cabeça no qual várias são as peças ausentes, a análise que empreendemos ainda tem alguns buracos que, talvez, só possam ser tapados com um pouco de imaginação. É o que nos propomos a fazer, ao menos por um instante.

Nenhum dos viajantes que se hospedou na fazenda deixou um relato que nos contasse como os escravos se ajeitavam nos seus afazeres diários. No entanto as várias fontes consultadas acabaram nos dando uma idéia, ainda que com as distorções costumeiras, do possível cotidiano destes homens e mulheres unidos pelos seus laços sociais e pelas correntes do cativeiro. Talvez

um viajante que visitasse Santa Cruz preocupado em retratar a vida dos escravos visse algumas coisas interessantes, as quais bem poderíamos ler em algum relato perdido. Ainda que nos parecesse um tanto exagerado, como exagerados pareceram alguns elementos das fontes, que ainda assim mencionaremos a seguir, o exagero não seria inocente, quem sabe fosse a expressão do pasmo ou até da confusão do autor frente ao que via, mas não entendia.

Quiçá fosse alguém que estivesse apenas de passagem, para um pousio numa jornada maior. Um tal viajante, tão hipotético como o padre que expulsamos de Santa Cruz, certamente se encantaria com o cenário que se descortinaria diante de seus olhos após a curva do alto do Morro dos Chinas. Morro que recebeu esse nome pela presença, desde o início do século XIX, de uma colônia de chineses, usados como experiência do uso de mão-de-obra oriental na substituição dos cativos. Ao iniciar a descida, o imaginário viajante se depararia com uma enorme baixada, compondo um vasto campo limitado ao longe por um par de montanhas. Boa parte destas terras era destinada ao pasto dos diversos gados, mas em vários pontos dessa paisagem seria possível ver cercados de terra com algum cultivo. Se fosse um dia santificado, como o domingo ou outra data com preceito de guarda pela fé católica, os escravos estariam trabalhando nestes cercados, cuja posse lhe fora concedida.

No meio da baixada, o maior sinal da presença humana, um pequeno povoado, organizado à moda dos antigos aldeamentos jesuítas. Ao fundo, dominando todo o cenário, ladeada pela torre do campanário, a imponente igreja dotada de uma maciça porta central com três vitrais equidistantes por sobre ela, conforme o sólido estilo arquitetônico jesuítico. Ao seu lado o que já

fora o convento dos jesuítas, agora, desde 1808, transformado em palácio, residência de verão para a Família Real. À frente deste conjunto, dois bairros de senzalas emoldurando o terreiro central. À direita, o bairro de Pacotiba e a esquerda o bairro Limeira. Do alto da serra, certamente poderia ser ouvido o murmúrio, ainda que distante, do borbulhar da vida na fazenda.

Ao descer pela estrada sinuosa, o viajante começaria, paulatinamente, distinguir os sons que de lá emanavam. Ao fundo o murmúrio constante dos canais de drenagem dos pastos, construídos sob a égide de Santo Inácio e mantidos abertos pelos mais zelosos dos seus administradores. Sobrepondo-se a esse, provavelmente seria ouvido o conjunto de vozes, algo indefinido, da escravaria da fazenda. Algumas vozes femininas, em cantorias a embalar o seu serviço, outras infantis, na festiva comemoração da vida, típica da tenra idade.

Aproximando-se pelo terreiro, o coche de nosso possível viajante se tornaria alvo de olhares, um tanto curiosos, mas já habituados ao movimento de chegada freqüente de visitantes. Quiçá a indagação fosse apenas: quem será dessa vez? Ou algo assim. Se fosse numa tarde de sexta-feira,⁸⁴ haveria um grande número de cativos por lá, evitando o trabalho da fazenda e preparando-se para outras atividades, como o trabalho na sua própria exploração agrícola ou a folga do fim de semana. Se fosse uma segunda-feira pela manhã, igualmente estariam lá os tantos cativos, relutando às imprecações dos feitores, que os empurravam para o trabalho. Suponhamos que se tratava de uma sexta-feira, digamos, pela manhã.

⁸⁴ Estas informações constam em uma carta ao administrador solicitando maior controle sobre os escravos na manhã de segunda e na tarde da sexta, quando esses buscavam se ausentar do trabalho. Caixa 507 Arquivo Nacional, RJ.

Certamente os responsáveis pela administração estariam de prontidão a receber o novo hospede, trocar alguma conversa e conduzi-lo para o almoço. À tarde, após um bom descanso, numa espécie de passeio guiado pelos arredores imediatos do Palácio, estarrecido, o ilustre visitante constataria que a fazenda estava dotada de grande autonomia. Ao passar pelas oficinas poderia ver os vários mestres - carpinteiros, ferreiros, falquejadores - e seus aprendizes encerrando morosamente suas atividades. Assim também, poderia conhecer os teares, local de trabalho de aproximadamente 40 mulheres coordenadas por um mestre tecelão, onde eram produzidos os tecidos que vestiam a escravaria de Santa Cruz nos seus mais corriqueiros dias. A botica causaria estranheza ao hipotético estrangeiro, já que ela também era controlada por um escravo que, até por força do ofício, era alfabetizado, lendo e escrevendo com precária desenvoltura, mas ainda assim, fazendo-o.⁸⁵ E este não era um apanágio do boticário de Santa Cruz, lá havia uma escola de rudimentos para os meninos que lá aprendiam as primeiras letras até os sete anos, período no qual eram também alimentados pela cozinha das crianças. Provavelmente, o abrigo fornecido pela fazenda aos infantes menores de sete anos constituía-se num meio para liberar as suas mães, que em certas épocas compunham a maior parte das esquadras móveis, responsáveis pelos trabalhos da fazenda.

Talvez este desequilíbrio sexual fosse percebido pelo nosso hipotético observador. Podemos imaginá-lo comparando a paisagem humana desta fazenda com as demais observadas ao longo de visitas em outras propriedades. Suas retinas, habituadas ao predomínio masculino na população escrava poderiam estranhar a freqüência feminina neste grupo. Provavelmente

⁸⁵ Não é certo que todos os boticários escrevessem com precária desenvoltura, mas a débil assinatura do boticário no inventário de 1791, nos levou a inferir que apesar de alfabetizados, os escravos não escrevessem com freqüência.

suporia estar em um criadouro de escravos, como alguns néscios ainda hoje o fazem. Arriscado seria supor a resposta do administrador, caso fosse indagado sobre o destino dos homens do lugar. Corramos o risco de vislumbrá-lo chutando um pouco de poeira do chão, com as mãos no bolso e levantando o rosto a comentar sobre a ida de homens a reparar o aqueduto da Lapa ou para obras no Rio de Janeiro, talvez alguns tenham obtido a sua liberdade e outros tenham fugido, mas no geral estão eles trabalhando em outras obras de El Rey de Portugal, afinal são escravos do rei.

Se o estrangeiro ousasse vagar entre as casas da vila dos escravos, é possível que se deparasse com algumas construções de parede sólida com várias portas, tantas quantas eram as moradias obtidas de sua subdivisão. A julgar pelo que captou Debret, essas construções eram providas de janelas, algo que talvez diferisse de outras possíveis observações anteriores. Quanto a seus habitantes, a esses podemos imaginar que as impressões não seriam muito diferentes das que já nos foram dadas, tanto pelo escrivão dos autos do seqüestro dos bens, por ocasião da expulsão dos jesuítas, quanto pelo deputado Rafael de Carvalho, quase 100 anos depois: os acharia “uma gente muito preta e muito feia”.

Mas a tarde já declina, aproxima-se a hora da Ave-Maria, e mesmo que fosse de um país protestante, ao menos pela curiosidade, podemos tomar o nosso hipotético visitante e conduzi-lo até a igreja para os ofícios religiosos que ali teriam lugar. As seis da tarde, aproximadamente, tem início a oração do "Angelus". Hoje – imaginemos - ainda mais solene por ser o Tríduo da festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira de uma das três irmandades dos cativos, a saber: a do Rosário, a das Almas e a do Santíssimo Sacramento.

Os confrades do Rosário entrariam pomposamente pela nave repleta dos negros de Santa Cruz, obviamente todos bem vestidos e paramentados. Os reis da irmandade se dirigiriam para o fundo onde se sentariam nas cadeiras que ladeavam o altar. Viriam, logo a seguir, outros membros eminentes que tomariam lugar na nave principal, próximos à grade que a separava do altar. Certamente estes lugares já estariam separados nesta ocasião. Por último viria o sacerdote que, vendo as duas filas de escravos que seguiam paralelas a sua frente se separarem, chegaria ao altar. Após cumprimentá-lo se dirigiria à congregação, quem sabe até repleta.

Seria ingenuidade supor que todos os presentes estivessem ensimesmados em orações fervorosas. Boa parte dos fiéis estaria, certamente, comentando os detalhes das vestes das rainhas ou, talvez, calculando quanto gastariam para a próxima festividade. Outro grupo possivelmente estaria comentando sobre negócios, algumas compras e vendas poderiam ter lugar no eco do "Dominus te cum" proferido pelo sacerdote e seguido pelos murmúrios dos seus negros fiéis. Ao final de tudo, a festa prosseguiria na vila dos escravos, mas isso não era para os estrangeiros olhos de nosso suposto viajante. Para ele um jantar, um tanto enfadonho, onde o principal assunto à baila talvez fosse as virtudes econômicas e o potencial produtivo da fazenda. Conversa esta que se estenderia ainda pela roda de licores, entretenimento um tanto moroso até a hora de retirar-se.

Ao recolher-se, o imaginário estrangeiro certamente ainda ouviria os cantos e as celebrações dos cativos diante de suas casas, cantando e dançando aproveitando a sua cota de diversão, numa vida não de todo carente de dores e infortúnio. Ali, no íntimo do seu aposento, ele teria a oportunidade e

a privacidade necessária para por seu diário de viagem em dia, anotando as impressões tomadas durante o dia. Quiçá a altas horas da noite, entre o sono e a vigília, ainda fosse embalado nos cantos da tal gente, que ele julgava "preta e feia", de Santa Cruz.

O sábado começa cedo. Neste dia o trabalho era realizado para os próprios cativos, em suas terras, com seus rebanhos e nas mais atividades que pudessem lhe render algum lucro. Isso posto, podemos imaginar que havia alguma circulação monetária entre os negros e, provavelmente, algum acúmulo pecuniário.

Ainda pela manhã, de acordo com o interesse de nosso hipotético visitante, ele poderia tomar conhecimento de que algumas escravas foram para a Corte. Seria uma fuga? Não, lhe tranquilizaria um dos funcionários, as fugas ocorriam, mas eram chamadas de deserções e só eram assim consideradas após seis meses de ausência do dito escravo. Então, afinal, que negócios poderiam ter as negras de Santa Cruz na Corte? Foram buscar seus vestidos, mandados fazer nas lojas da rua da Alfândega, com as francesas que costuram para a alta sociedade. Amanhã seria o ponto alto da festa da Senhora do Rosário, uma grande oportunidade para a visibilidade social. O que poderia chocar o nosso hipotético observador seria o putativo desperdício de dinheiro, de recursos. Muito mais para um povo cativo, maior proveito - talvez fosse esse o juízo a ser feito - teriam se acumulassem até a última dracma para a alforria e, posteriormente, para algo lhes proporcionasse uma prosperidade material segura, algum investimento. Nota-se que, se existisse, tal viajante seria um ignorante no que tange a alma luso-brasileira.

A parte da tarde do sábado poderia reservar pelo menos uma surpresa para um provável forasteiro. Em meio ao agito da vida vespertina, entre trabalhos próprios, possíveis negócios e preparativos para as festividades próximas, um som se destacaria. Uma buzina rasgaria o burburinho da tarde. E percorrendo as ruas e vielas da vila dos escravos, munido de um carrinho, um peixeiro. Isso porque alguns escravos iam a Sepetiba ou a Guaratiba pela manhã, compravam peixes e depois circulava por entre as ruas da cidadela dos cativos a anunciar o seu produto com a dita buzina. Certamente o regateio se fazia presente a cada requisição de sua presença e ao final de alguns minutos de negociação acertava-se o valor a ser pago pela quantidade desejada.

Novamente as seis da tarde repetia-se o ritual da véspera com a mesma pompa. E depois o mesmo enfado dos jantares, quase intermináveis, onde se alongavam e repetiam os termos da prosperidade da Real Fazenda de Santa Cruz, em grande parte atribuídos ao empenho e competência daquele que as narrava. Uma vez livre do ritual dos licores, nosso viajante hipotético poderia se entregar às suas anotações, onde certamente figurariam o complexo sistema de parentesco desenvolvido pelos escravos. Também seria alvo dessas observações o zelo com que estes cuidavam de suas terras e de suas casas, a ponto de disputarem entre si por fronteiras de roças. Nestas situações o administrador funcionaria como arbitro dos litígios.

Com o alvorecer do domingo, anunciado pelas longas batidas dos pesados sinos do campanário, teria início a solene festa de Nossa Senhora do Rosário. Ao chegar na praça entre as senzalas, o nosso fictício estrangeiro provavelmente já se depararia com uma pequena multidão. Um grande alvoroço precederia as pouco frutíferas tentativas dos mais velhos em por

ordem na procissão que atravessaria toda a extensão do terreno central, entrando na igreja com seus estandartes e paramentos. Ao meio, toda ornada com flores a estátua de Nossa Senhora do Rosário, uma bela peça de madeira pertencente aos próprios escravos.⁸⁶ À entrada da nave principal, uma benção especial para os cativos da Irmandade que conduziram boa parte do transcórrer litúrgico, entoando desde o *Kirie Eleison* inicial até as prolixas ladainhas ao final da celebração.

A festa que se seguiria traria uma rara oportunidade para que o estrangeiro se aproximasse um pouco mais dos cativos e, quiçá tivesse a oportunidade de conversar com um ou outro. Das muitas coisas que, digamos, Mathias Xavier, um escravo nascido em 1741, poderia contar-lhe, uma certamente viria à memória do velho escravo. Foi antes da Família Real chegar, mas bem depois dos padres serem mandados embora, e sabia disso porque ainda era menino quando os padres se foram. Talvez já se fossem passados uns 20 anos do acontecido. Isso mesmo. Foi um ano depois de um companheiro seu ser assassinado com uma facada certa no coração por um “escravo mau”. O motivo do crime não se lembrava bem, mas deveria ser ou mulher, ou dinheiro, ou terras.⁸⁷ Três coisas que levam um homem a perdição.

O fato é que vieram para Santa Cruz dois escravos fugidos do Rio de Janeiro. Ao que se lembra Mathias, um dos ditos escravos havia roubado uma grande quantidade de ouro de seu senhor. Este deveria ser ourives, já que algumas peças vieram soltas, como fivelas e botões. Mathias talvez lembrasse de ter visto uma fivela ou alguns botões desligados de seus usos normais. Pois bem, os dois vieram do Rio de Janeiro e se instalaram nas proximidades,

⁸⁶ A estátua consta do inventário de 1791.

⁸⁷ Ambos os relatos constam em um conjunto de cartas de Manuel Martins do Couto Reys. Caixa 507. Arquivo Nacional, RJ.

comprando o abrigo e a comida com o ouro roubado. Após muita confusão, o administrador chamou alguns escravos mais velhos, dizendo que já sabia do acontecido, visto que chegaram cartas da cidade⁸⁸ e que o melhor a fazer era entregar os dois sujeitos para não macular a reputação dos escravos da fazenda. É claro que outras ameaças também devem ter sido usadas. Talvez a mais temível, o degredo. Caso os ladrões não fossem entregues é provável que diligências acontecessem e os envolvidos seriam vendidos, pelo melhor preço, para algum serviço indesejável, como a produção de cal no Continente do Rio Grande de São Pedro, onde foi localizado um cativo sendo oferecido ao quem pagasse melhor.

Antes de partir talvez o hipotético viajante tivesse algumas idéias interessantes a respeito dos escravos e da vida na Fazenda de Santa Cruz. Se fosse perspicaz, já teria avaliado que a vida do lugar se constituía em função de uma memória: a memória dos jesuítas. Porém, como toda memória, esta era um bem simbólico a ser negociado pelos diversos agentes sociais deste microcosmo. Para os que queriam desmembrar e vender a propriedade, essa era a memória do inatingível, que torna inviável a retomada das atividades lucrativas. Para os administradores como o Coronel Manuel Martins do Couto Reys, era a memória do almejado, daquilo deveria ser implementado o quanto antes. Para os escravos era a memória de um tratamento bem negociado.

Para estes últimos, o valor da marca jesuítica era muito mais eficaz quando acreditado pelos seus senhores. É possível que a manutenção de certos comportamentos tenha ocorrido, dentre outros fatores, pelo ganho que a imagem de "povo jesuítico" poderia produzir.

⁸⁸ Manuel Martins menciona cartas do alferes Manuel Borges de Sampaio, pedindo apoio para efetuar a prisão dos foragidos. Cartas Avulsas. Arquivo Nacional. Caixa 507.

Assim, a identidade de “servos de Santo Inácio a serviço do Imperador” lhes facultava um relacionamento permeado pela memória que os administradores construíram acerca do “modo jesuíta de produção”. Ser devoto, ser fiel a algumas tradições jesuíticas era, então, manter abraçada a crença dos seus feitores na eficácia do método pretensamente herdado dos jesuítas. Acontece que para os cativos o novo relacionamento deveria ser muito mais proveitoso do que com os “veneráveis” antigos senhores de Santo Inácio.

Cabe perguntar: como os cativos pareciam - aos olhos dos agentes reais e imperiais - tão saudosos e fieis à memória dos tempos da Cia. de Jesus? Esse comportamento possivelmente foi forjado no lidar com os administradores, crentes no poder do método jesuítico. Na medida em que a evocação dessa memória era capaz de amortecer parte dos conflitos inerentes à vida na fazenda, ela foi se plastificando numa identidade relativamente sólida, que distinguia os “Servos de Santo Inácio” dos demais escravos, passíveis de punições mais rígidas e a quem se concedia poucos privilégios. Escravos que eram mais rebeldes, ainda que os de Santa Cruz fossem, ao que tudo indica, apenas imaginariamente mais dóceis.

Assim também seria possível perceber que a tensão estabelecida entre a escravaria e os jesuítas provavelmente foi amortecida pela concessão de benesse aos cativos. Mas, ainda assim, a tensão existia, quiçá sob a sombra do degredo. Ser vendido, retirado de uma propriedade onde a vida era menos sofrida que nos casos mais gerais, não seria punição das menores. Além do que, dentre os edifícios que circundavam o convento, havia uma cadeia, cumprindo seu papel repressor.

Com o advento da administração real, o descontrole e o desmando parecem ter grassado nos campos da fazenda. Descontrole este, que pode ter gerado uma paulatina autonomia para a vida escrava, não obstante os deslocamentos que retiraram uma parte da mão-de-obra da fazenda. Algum tempo depois, chegou à fazenda o Coronel Manuel Martins do Couto Reys, um administrador que apostou na viabilidade do modelo jesuíta de administração.

Segundo suas próprias memórias sobre a fazenda, o coronel usou alguns elementos herdados dos jesuítas para a lida com os escravos, embora a pregação e a doutrina religiosa desde os primeiros anos de vida, não fizessem parte deste trato. Esse quinhão do legado inaciano pode ter dado ao coronel o relativo controle que desejava - relativo até pelas dimensões do plantel. Porém aos cativos, a ausência desta pregação facultou uma maior independência moral frente à fé católica. Possivelmente, após alguns anos corridos desde a expulsão dos inacianos, os cativos forjaram uma vida cultural cada vez menos permeada pelo *habitus* instaurado pelos padres.

O controle real era para o labor, pouco interessado numa eventual moralidade dos negros, até por não acreditar que esta fosse possível. Como vimos anteriormente, mesmo os homens mais ilustrados da Corte não distinguiram a vida escrava dos vícios e instintos que maculavam a nação pueril.

De tal modo as coisas correriam que ao se despedir do lugar, o nosso hipotético estrangeiro sairia com a sensação de estar abandonando uma comunidade em transformação que se distanciava do padrão moral rígido e supervisionado de perto pelos padres, e adotava um outro diferente, moldado

por escolhas e experiências vivenciadas dentro da própria comunidade, instrumentalizando a memória de uma herança jesuítica.

O fato de Santa Cruz ser uma fazenda do Estado, a partir de meados do século XVIII, pôs diante dos seus escravos um certo quadro ao qual eles souberam se adaptar com relativa presteza. Apesar das vozes destoantes, como a que vimos em José Bonifácio, a omissão por parte do Estado foi regra no trato com a questão da escravidão. Diante de tal ausência, os escritos dos padres jesuítas se transformaram na principal fonte de reflexões sobre a manutenção e o trato com a escravidão. Em terras de abolicionismo tardio, os principais agentes da reflexão e da tentativa de normatização, ainda que por vias morais, eram os padres da Companhia de Jesus.

Santa Cruz teve de ambos um pouco, dos padres primeiro, do Estado depois. Seu microcosmo surge como reflexo do pensamento escravista brasileiro, onde o Estado parece estar à sombra do que diz o clero. Os senhores laicos, dotados de relativa autonomia perante seus cativos agiam segundo sua própria prática, assim como também deriva dos “costumes” as decisões judiciais. Diante deste cenário aparentemente caótico, a escravidão no Brasil se mantém muito mais pelos maleáveis “costumes” do que por qualquer rígido artifício legal. Na fazenda “os costumes”, estabelecidos desde os tempos dos padres, também se transformaram em jurisprudência; direito adquirido e respeitado. Destarte, o regime estatal se mira no eclesiástico tanto pelo sucesso deste quanto pela inépcia daquele no trato com a questão.

Em função disso, os cativos aproveitavam as heranças dos padres para se impor aos administradores claudicantes. Os maiores aliados que possuíam eram o seu número, assombroso, e a sua fama, tranqüilizadora, ambos

associados à manutenção do que havia sido estipulado “no tempo dos padres”. Só que muita coisa que foi acrescida ou transformada acabou se consolidando politicamente como sido estabelecido “no tempo dos padres”. De tal modo, que o “tempo dos padres” foi dilatado o quanto se pôde.

Internamente à escravaria, dadas as condições, os relacionamentos foram se tornando cada vez mais complexos, forjando conflitos, alianças, irmandades, fujões, afortunados, enfim toda a diversidade que vimos ao longo deste trabalho. No entanto, os artifícios que utilizavam não eram de todo estranhos aos demais escravos, embora o seu uso fosse, sem dúvida, mais amplo.

Ao escrever sobre as famílias de Santa Cruz, Richard Graham afirmava: “Pode-se presumir, pelo que se conhece da vida escrava em geral, que muitos destes casais representavam somente uniões temporárias”.⁸⁹ Com isso, revelou não apenas quão pouco se conhecia da vida escrava naqueles anos, mas como essa perspectiva embotou sua análise. Mesmo diante de um número considerável de viúvos – e a viuvez é, por definição, espelho de uma relação que sobreviveu à morte de um dos cônjuges, que literalmente transcende a própria existência de uma das partes - Graham preferiu acreditar que as relações eram instáveis e voláteis, sem nenhum significado maior. Diante de tudo o que pudemos ver, percebe-se o quão amplo era esse significado e como ele açambarcava todos os habitantes da “vila dos escravos”.

⁸⁹ GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e Imperialismo*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1979. p. 43.

Anexos:

Anexo1: Distribuição da escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz de acordo com a ocupação e grandes faixas etárias, 1849.

Ocupação	Hom.	Rpzes.	Mul.	Rpgas.	Mnos.	Mnas.	Total
Carpinteiros	31	22	0	0	0	0	53
Falquejadores e serradores	9	0	0	0	0	0	9
Pedreiros	32	7	0	0	0	0	39
Tanoeiros	2	0	0	0	0	0	2
Ferreiros e serralheiros	16	2	0	0	0	0	18
Lombilheiros	1	1	0	0	0	0	2
Cortidores	2	0	0	0	0	0	2
Oleiros	20	8	0	0	0	0	28
Cavoqueiros	9	0	0	0	0	0	9
Sacristão	2	0	0	0	0	0	2
Enfermeiros	11	4	5	0	0	0	20
Serviço de Campo	25	9	0	0	0	0	34
As ordens do superintendente	0	0	0	0	0	0	0
No armazém	1	1	0	0	0	0	2
Na cozinha das crianças	0	0	2	0	0	0	2
Carreiros e candeeiros	12	7	0	0	0	0	19
Feitores	8	0	9	0	0	0	17
Esquadras ambulantes	39	88	323	152	0	0	602
Parteiras	0	0	2	0	0	0	2
Em serviços passivos por valetudinários	29	0	22	0	0	0	51
Nos teares	0	0	43	0	0	0	43
Amas de cegos e crianças	0	0	27	0	0	0	27
Inúteis por velhos e achacosos	17	0	50	0	0	0	67
Menores de 7 anos	0	0	0	0	165	170	335
Aprendendo as primeiras letras	0	22	0	5	0	0	27
Músicos	1	0	0	0	0	0	1
Aprendizes de músicos	1	13	1	6	0	0	21
Destacados nas Quintas e outras	102	75	98	70	0	0	399
Desertados	17	0	1	0	0	0	18
Tambor	2	0	0	0	0	0	2
Total	389	259	583	233	165	170	1853

Existem ainda 273 idosos que pertencem às Feitorias anexas.

Fonte: Relatório de ocupação dos escravos da Imperial Fazenda de Santa Cruz, 1849. Petrópolis. Arquivo do Museu Imperial.

Anexo 2: Mapa da ocupação da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz entre 1855 e 1858. (AMI)

<i>Tipo de ocupação</i>	<i>28/01/1855</i>	<i>26/03/1855</i>	<i>14/03/1856</i>	<i>07/03/1858</i>
1- Escravatura em serviço ativo	595	566	640	642
2- Inúteis	105	103	86	76
3- Menores de 7 anos	410	415	369	369
4- Destacados para a Quinta e outros	441	477	664	664
5- Alugados para si	20	18	5	5
6- Alugados para particulares	85	82	38	38
7- Doentes no hospital, a serviço de empregados, aprendizes de costureira, amas efetivas e provisórias, dispensados, em serviço de parto, presos, desertados, de folga ou em serviços não especificados.	343	345	408	403
Total	1999	2006	2210	2197

Anexo 3: Mapa da População de Escravos Ativos da Imperial Fazenda de Santa Cruz entre 1855 e 1858. (AMI)

Mês/Ano	Homens	Rapazes	Mulheres	Raparigas	Meninos	Meninas	Total
01/1855	157	112	188	60	34	37	588
03/1855	161	103	237	70	33	35	639
03/1856	146	98	189	57	33	43	566
03/1858	145	95	171	62	76	91	640

Anexo 4: Relação dos escravos pertencentes a Imperial Fazenda de Santa Cruz destacados para a feitoria de Santarém em troca de 17 escravos pertencentes ao inventário da mesma feitoria que se acham destacados para a Quinta da Boa Vistas. (AMI)

Nome	Idade	Est. Civ.	Obs
João Fiel	29	S	Carpinteiro
João Evangelhista	20	S	Idem
Manoel de Cristo	30	S	Pedreiro
Ignácio dos Santos	20	S	Para todo serviço
Romualdo Francisco	40	V	Pedreiro
Joaquim Francisco Primeiro	38	C	Pedreiro/para todo serviço
Antonio dos Santos	18	S	Oleiro/ para todo serviço
Pedro Nolasco	35	C	Para todo serviço
Manoel Passo	18	S	Curtidor/ para todo serviço
Joseffa Patrocínio	17	S	Para todo serviço
Nicencia dos Reis	31	V	Para todo serviço
Ignacia de Jesus	22	S	Para todo serviço
Belmira Francisca	1 ½	S	Filha da dita
Francisca da Glória	22	S	
Florentino do Espírito Santo	4 meses	S	Filho da dita
Virgínia da Glória	22	S	
Ananias Freitas	4 meses	S	Filha da dita

Bibliografia e Fontes:

i. Fontes

i.1. Fontes Primarias Manuscritas:

1. Inventário dos Bens da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1791. Arquivo Nacional, Códice 808, Volume 4.
2. Inventário da Escravaria de Santa Cruz, RJ, 1818. Arquivo Nacional, Códice 3277, Depósito 208.
3. Correspondências e documentos diversos da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ, 1790-1820. Arquivo Nacional, Caixa 507.
4. Resolução nº 144 de 1837, de autoria do Deputado Rafael de Carvalho membro da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. Imperiais e tutor de S.M. e AA. II. (I-PAN-14.8.837-Car.rs - Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis - R. J.)
5. Mapa da totalidade da Escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Datado de 30/06/1849 e assinado pelo escrivão Pedro Nolasco da Silva.
6. Mapas da ocupação da escravatura da Imperial Fazenda de Santa Cruz, para os anos de 1855, 1856 e 1858. Arquivo do Museu Imperial. Petrópolis.
7. Ofício de Manuel Martins do Couto Reis remetendo os escravos requisitados para trabalharem na quinta de S.A.R. Fazenda de Santa Cruz. 30.05.1808. Biblioteca Nacional – Setor de Manuscritos (II – 35, 11, 7 n1-3)
8. Relação dos escravos da Real Fazenda de Santa Cruz que se acham empregados na cidade em vários destinos, presos em outros e desertados (Fazendo de Santa Cruz 30 de maio de 1808 assinado pelo capitão

administrado João Fernandes da Silva) e cópia da relação dos escravos que devem vir da Fazenda de Santa Cruz para a quinta de S. A. R. Secretaria de Estado 26 de maio de 1808 assinado por João Abreu de Miranda Varejão. Biblioteca Nacional – Setor de Manuscritos (II – 35, 11, 7 n1-3)

i.2. Fontes Primárias Impressas:

1. REYS, Manuel Martins do Couto. “Memórias de Santa Cruz”. Revista do IHGB. Tomo V, 1843.
2. REYS, Manuel Martins do Couto, “Lucro geral da Fazenda de Santa Cruz nos 13 anos incompletos contados de Julho de 1791 a Dezembro de 1804”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo V. 1843.
3. GAMA, José Saldanha da. “História da Imperial Fazenda de Santa Cruz – Primeira Parte”. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 38. Parte II. 1875.

ii. Referências Bibliográficas:

1. ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. s/l: Typographia Leuzinger. 1928.
2. ARANTES, Antonio Augusto, FELDMANN-BLANCO, Bela, BRANDÃO, Carlos R.,... *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2a. Ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.
3. ARAÚJO, José Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro...* RJ: Imprensa Régia, 1820.

4. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e Paz*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994.
5. BAQUAQUA, Mahommah Gardo. *Biografia e narrativa do ex-escravo afro-brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1977.
6. CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese, in: Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas, IFCH-UNICAMP, (10):1-14, out. 1983
7. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
8. CARVALHO, José Murilo. *Pontos e bordados - escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999.
9. _____. "História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". *Topoi - Revista de História*. No. 1. Ano I. 2000. pp.123-152.
10. CERTEAU, Michel de, *A invenção do Cotidiano*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
11. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
12. COSTA, Iraci del Nero da & SLENES, R. W. "Nota sobre algunos elementos estructurales de la familia esclava brasileña" in: HISLA - Revista Latinoamericana de Historia Económica y Social. Lima, Centro Latinoamericano de Historia Económica y Social, (11):3-11, 1988
13. DEBRET, Jean-Baptiste. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*. v. 3. Paris, 1834.

14. FAZENDA, Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomo 95, vol. 149 (2ª edição). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1943.
15. FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João. *O Arcaísmo Como Projeto*. 4a. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 2001.
16. _____ e GÓES, J. R. *A Paz da Senzala*. RJ: Civilização Brasileira, 1997.
17. _____ e GÓES, José Roberto. "Comércio Negreiro e Estratégias de Socialização Parental entre os Escravos do Agro Fluminense, 1790-1830" in: *Anais do 9o Encontro de Estudos Populacionais*. São Paulo/Belo Horizonte, ABEP, 1994, pp. 345-365
18. FOX, Robin. *Parentesco e Casamento - uma perspectiva antropológica*. Lisboa: Vega. s/d.
19. FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Record. 2000.
20. FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
21. GENOVESE, Eugene. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas. 1976.
22. GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1989.
23. _____. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Cia. Das Letras. 1987.
24. GOLDSCHMIDT, Eliana Maria R. "As exigências eclesiásticas para o matrimônio, a especificidade quanto aos casamentos de escravos", in: *Anais da 2a Reunião Anual da SBPH*. São Paulo, SBPH, p. 89-91, 1983

25. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
26. GRAHAM, Richard. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo, Perspectiva, 1979
27. GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambigüidade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 1994.
28. HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativeiro*. Dissertação inédita. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997.
29. KARASCH, Mary Catherine. *Slave life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton, Princenton University Press, 1986
30. LARA, Sílvia H. *Campos da violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
31. LEITE, Benedito F. *História de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: sc.sd.
32. LEITE, Ilka Boaventura. *Antopologia da viagem*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
33. LEITE, Serafim. *A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil*. Lisboa: Ed. Brotéria. sd.
34. _____. *História da Cia. de Jesus no Brasil*. Tomo VI. RJ: Instituto Nacional do Livro. sd.
35. LEVI, Giovanni. "Sobre a micro-história", in BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Editora da UNESP. sd.
36. _____. *A herança imaterial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2000.
37. LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e eclesiástica, até a chegada d'el-Rei Dom João VI; além de notícias topoggraphicas, zoológicas e botanicas*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e C.^a 1835. tomo VII.

38. MATTOSO, Kátia Queiroz. *Ser escravo no Braisl*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1982.
39. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. São Paulo: Publifolha. 2000.
40. NÓBREGA, Manoel da. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1988.
41. PIRATININGA JÚNIOR. *Dietário dos Escravos de São Bento*, Rio de Janeiro: Ed. Melhoramentos.1991.
42. POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1980. p.72.
43. PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense; Publifolha. 2000.
44. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. Rio de Janeiro, Cia das Letras.
45. SCHWARCZ, Lilia M., *Retrato em Branco e Negro*.São Paulo: Cia das Letras.
46. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001.
47. SILVA, Ana Rosa Clolet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio 1783-1823*. Sao Paulo: Editora da Unicamp. 1999. p. 192
48. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. organizado por Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Cia. das Letras; Publifolha . 2000. p. 45.
49. SIQUEIRA, Sônia Aparecida, "A Escravidão negra no pensamento do bispo Azeredo Coutinho. Contribuição ao estudo da mentalidade do último

inquisidor geral”. *Revista de História (São Paulo)*, XXVII (1963), n. 56, págs. 349-65, XXVIII (1964), n. 57, págs. 141-76.

50. SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976

51. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1999. p. 32.

52. TELLES, Maria L. M. S. “A conquista da terra e a ‘conquista’ das almas”. in *A forma e a imagem - arte e arquitetura jesuítica no Rio de Janeiro colonial*. Rio de Janeiro: PUC-RJ. s.d.

53. VAINFAS, Ronaldo. *Ideologia e Escravidão*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1986.

54. VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil*. 7a. Ed. São Paulo: Ed. Melhoramentos. sd.

55. VIANA, Sônia Baião Rodrigues. *Fazenda de Santa Cruz...* Dissertação de mestrado, UFF, 1974.